



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA- PPGEO

CAMILA SILVA SANTOS

**A multiplicação das chácaras e a questão agrária na segunda  
residência no município de Lagarto-Se**

São Cristóvão - SE

2021

CAMILA SILVA SANTOS

**A multiplicação das chácaras e a questão agrária na segunda  
residência no município de Lagarto-Se**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Organização e Dinâmica dos Espaços Agrário e Regional

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Josefa de Lisboa Santos.

Instituição financiadora: CAPES

São Cristóvão - SE

2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Santos, Camila Silva  
S237m A multiplicação das chácaras e a questão agrária na segunda  
residência no município de Lagarto-SE / Camila Silva Santos ;  
orientadora Josefa de Lisboa Santos. – São Cristóvão, SE, 2021.  
125 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal  
de Sergipe, 2021.

1. Geografia agrícola. 2. Posse da terra. 3. Residências  
secundárias – Lagarto (SE). 4. Camponeses – Lagarto (SE). 5.  
Agricultura e Estado. 6. Interação rural-urbana. 7. Crescimento  
negativo (Economia). I. Santos, Josefa de Lisboa, orient. II. Título.

CDU 911.3:63(813.7)

CAMILA SILVA SANTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Geografia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dra Josefa de Lisboa Santos (PPGEO/UFS)

Presidente da banca

---

Prof.<sup>a</sup> Dra Alexandrina Luz Conceição (PPGEO/UFS)

Examinadora interna

---

Prof.<sup>a</sup> Dr. Daniel Almeida (DGEI/UFS)

Examinador externo

Dissertação defendida e aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

São Cristóvão - SE

2021

## Dedicatória

**Dedico a:**  
Maria do Carmo Silva Santos (mãe) e Antônio Francisco dos Santos (pai)

## AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação não é fácil, imagine em tempos de pandemia. Mas minha trajetória durante esse período foi fortalecida devido ao carinho, respeito, compromisso e responsabilidade que todos vocês sempre tiveram comigo. Por isso agradeço imensamente:

A **Maria do Carmo** (minha mãe) e a **Antônio Francisco** (meu Pai), pela inspiração diária, é por vocês que acordo todos os dias com vontade de lutar por uma sociedade melhor, sinto um amor inexplicável por tudo que vocês são e representam em minha vida.

A **Luan Silveira**, meu companheiro e grande amor, agradeço demais por tudo que conquistamos, somos movidos por sonhos e realizações, muito obrigada por não soltar minha mão nos momentos de angústia, por estar comigo sempre, apoiando e acreditando que tudo vai dar certo.

A minha família que muitas vezes só o afeto bastava para acalmar o meu coração, muito obrigada, amo todos vocês: **Carla** (irmã), **Carlos** (irmão), **Cauan** (sobrinho), **Luan** (sobrinho), **Sidney** (cunhado), **Bárbara** (cunhada), **Anthony** e **Anthonele** (sobrinhos), **Piedade** (sogra) e **Juliete** (amiga)

A minha orientadora **Josefa Lisboa**, a sua orientação não se reduz apenas a dissertação, a gente aprende muito sobre a vida, a senhora com todo compromisso, calma e delicadeza mudou a minha vida de um modo tão mágico, que eu prefiro sentir do que explicar. A sua humanidade, sabedoria, parceria e comprometimento com a sociedade é o que te faz única e especial, muito obrigada por tudo e por tanto.

A **Andressa Araújo** e **Juliana Lima**, vocês acompanharam e vivenciaram comigo todo esse processo, são minhas irmãs de coração, essa trajetória não teria sido fácil e suportável sem o apoio e cumplicidade de vocês, vivemos momentos bons e ruins, compartilhamos conhecimentos, anseios e vitórias. Agradeço demais pelo companheirismo, solidariedade, confiança e respeito que temos umas com as outras, amo vocês.

Aos meus **Professores da UFS do Departamento de Geografia em Itabaiana**, sou muito agradecida por todos os aprendizados, vocês são os melhores professores que eu poderia ter tido.

A **Marleide Sérgio**, minha professora e amiga, uma mulher extraordinária que marcou a minha trajetória de uma forma muito especial, sinto muito carinho, admiração e respeito pela sua forma de ser e agir.

A **Fabrcia de Oliveira e Diana Mendonça** vocês são especiais demais, muito obrigada por tantos ensinamentos e por serem únicas e incríveis.

A todos os integrantes do **PET-Itabaiana**, em especial ao tutor **Hunaldo Lima**, sempre muito solícito e disposto a ajudar seus alunos.

A todos os integrantes do **LATER**, em especial a: **Bruno Andrade, Edésio, Laiane e Rafaela**, vocês são espetaculares, contribuíram com diálogos necessários para minha trajetória, o meu muito obrigada.

A todos os integrantes do **PPGEO**, em especial as professoras **Alexandrina, Cristiane e Marleide**, toda a minha admiração e respeito pela trajetória de vocês.

A **Alexandrina**, membro da minha banca de defesa, a escolha se remete a admiração, carinho e respeito por tudo que a senhora é e representa para a geografia brasileira, nós ainda temos muito o que aprender com a senhora.

A **Daniel Almeida**, um professor sensacional e inteligentíssimo, o que achávamos que seria difícil compreender na geografia física, ele facilitava e a gente saía da sala mais do que satisfeitos, é uma alegria tê-lo em minha banca, muito obrigada.

Agradeço a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, pelo financiamento na pesquisa, eu não sei o que seria de mim sem essa bolsa e que mais estudantes possam ter a mesma chance que eu, e que as políticas de financiamento estudantil concretizem mais sonhos.

Agradeço a todos os camponeses que, assim como meus pais, tem a terra como possibilidade de vida e reprodução social, e que sigamos na luta por uma sociedade melhor. **MUITO OBRIGADA!**

## Epígrafe

### Elogio da dialética

A injustiça avança hoje a passo firme;  
Os tiranos fazem planos para dez mil anos.  
O poder apregoa: as coisas continuarão a ser como são  
Nenhuma voz além da dos que mandam  
E em todos os mercados proclama a exploração;  
isto é apenas o meu começo.

Mas entre os oprimidos muitos há que agora dizem  
Aquilo que nós queremos nunca mais o alcançaremos.

Quem ainda está vivo não diga: nunca  
O que é seguro não é seguro  
As coisas não continuarão a ser como são  
Depois de falarem os dominantes  
Falarão os dominados  
Quem pois ousa dizer: nunca  
De quem depende que a opressão prossiga? De nós  
De quem depende que ela acabe? Também de nós  
O que é esmagado que se levante!  
O que está perdido, lute!  
O que sabe ao que se chegou, que há aí que o retenha  
E nunca será: ainda hoje  
Porque os vencidos de hoje são os vencedores de amanhã.

**Bertolt Brecht**

## RESUMO

A dissertação elucidada o movimento de ocupação do espaço agrário no município de Lagarto/SE, a partir da presença e expansão de chácaras na década de 1990, e seus rebatimentos para a economia local camponesa. Tratam-se de terrenos, cujos usos como segunda residência, representam para os seus proprietários momentos de descanso da rotina de trabalho urbano ou a fuga do mundo do trabalho nos fins de semana, para em seguida realizar o retorno à vida criativa e laboral. Essa realidade se desenvolve em um país cuja concentração da terra é reconhecidamente uma questão estrutural, responsável por desigualdades de renda e poder e em um estado onde a minifundização se intensifica ano a ano, conforme confirmam os dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE). Na área da pesquisa identificamos que as terras do entorno da Unidade de planejamento do rio Piauí são tradicionalmente ocupadas por unidades de produção camponesas, nas quais se desenvolvem a produção de cultivos alimentares e a presença dos citros, tradicionalmente representativos da economia regional. Considera-se que a espacialização de chácaras como domicílios de uso ocasional em terrenos de alta valorização no campo, ajuda a aprofundar a questão agrária em Sergipe. Sua ocupação por trabalhadores que veem no campo um “refúgio”, e como estabelecimentos com área inferior a 1 ha, expõe contraditoriamente a fragmentação da unidade de produção camponesa, a manutenção da estrutura fundiária concentrada no município de Lagarto e o não uso produtivo de terras férteis, meios de produção essenciais à reprodução da vida no campo.

**Palavras-chave:** Questão agrária; Chácaras; Minifundização; Campesinato.

## RESUMEN

La investigación presenta el movimiento de ocupación del espacio agrario, en el municipio de Lagarto/SE, a partir de la presencia y expansión de pequeñas granjas durante la década de 1990, y sus repercusiones en la economía campesina local. Son terrenos cuyo uso como segunda residencia representa para sus propietarios momentos de descanso de la rutina del trabajo urbano, así como un momento de ocio durante los fines de semana, para luego volver a la vida creativa y laboral. Esta realidad se desarrolla en un país cuya concentración de la tierra es, sin duda, una cuestión estructural, responsable de las desigualdades de renta y de poder, y en un estado en el que la minifundización se intensifica año tras año, como confirman los datos del Censo Agrícola de 2017 (IBGE). En el área de investigación identificamos que las tierras circundantes a la Unidad de Planificación del Río Piauí están tradicionalmente ocupadas por unidades productivas campesinas, en las que se desarrolla la producción de cultivos alimenticios y está la presencia de los frutos cítricos, tradicionalmente representativos de la economía regional. Se considera que la espacialización de las granjas como viviendas de uso esporádico en terrenos de gran revalorización en el campo contribuye a profundizar el problema agrario en Sergipe. Su ocupación por trabajadores que ven el campo como un "refugio" y como establecimientos con una extensión inferior a 1 ha, expone contradictoriamente la fragmentación de la unidad productiva campesina, el mantenimiento de la estructura agraria concentrada en el municipio de Lagarto y el uso improductivo de la tierra fértil, medio de producción esencial para la reproducción de la vida en el campo.

**Palabras clave:** Problema agrario; granjas; minifundización; campesinado.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01</b> - Dispersão de agrotóxico no campo brasileiro.....	54
<b>Figura 02</b> - Pulverização aérea de agrotóxicos.....	55
<b>Figura 03</b> - Índice de Gini do estado de Sergipe - 1992 e 1998.....	68
<b>Figura 04</b> - Índice de Gini do estado de Sergipe - 2003 e 2011.....	69
<b>Figura 05</b> - Sítio de 4 tarefas vendido em lotes .....	76
<b>Figura 06</b> - Lote destinado a chácara já com projeto do imóvel .....	76
<b>Figura 07</b> - Lote para chácara medindo 1 tarefa.....	78
<b>Figura 08</b> - Plantação de milho em propriedade camponesa no povoado Coqueiro de baixo em Lagarto-Se.....	95
<b>Figura 09</b> - Plantação de manaiba no povoado Coqueiro de Baixo em Lagarto-Se.....	95
<b>Figura 10</b> - Vista frontal da Chácara, pov. Coqueiro, Lagarto-Se.....	111
<b>Figura 11</b> - Poço d'água cavado na Chácara, Pov. Coqueiro de Baixo.....	112
<b>Figura 12</b> - Entrada principal de Chácara, Pov. Brejo em Lagarto-Se.....	113
<b>Figura 13</b> - Área de Lazer de Chácara.....	113
<b>Figura 14</b> - Chácara em construção no Pov. Barro Vermelho, em Lagarto.....	116

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01</b> - Coeficiente de Gini.....	66
<b>Tabela 02</b> - Estrutura Fundiária de Sergipe.....	71
<b>Tabela 03</b> - Sergipe, pessoal ocupado, 1995-2006 .....	75
<b>Tabela 04</b> - Estrutura fundiária de Lagarto – SE 1995-96.....	96
<b>Tabela 05</b> - Estrutura fundiária de Lagarto- Se 2006.....	97

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 01</b> – Número de agrotóxicos registrado no Brasil.....	56
---	----

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01</b> - Coeficiente de Gini.....	66
<b>Quadro 02</b> - número de residências secundárias 2000 a 2010.....	69
<b>Quadro 03</b> - Principais culturas exploradas no município de Lagarto...	99

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ABRA** - Associação Brasileira de Reforma Agrária

**FUNAI** - Fundação Nacional do Índio é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro.

**IBAMA** - O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**ICMBio** - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

**INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**MP** - Medida Provisória

**MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

**PL** - Projeto de Lei

**PRONAF**- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**STF** – Supremo Tribunal Federal

## Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO II .....</b>	<b>28</b>
<b>2. A PRODUÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA E SUAS CONTRADIÇÕES....</b>	<b>28</b>
2.1 Na origem do capitalismo, a produção da questão agrária .....	28
2.2 A influência de Kautsky na origem do debate sobre a Questão Agrária.....	37
2.3 A Questão Agrária no Brasil.....	43
2.4 A negação da Reforma Agrária como política de Estado .....	56
<b>CAPÍTULO III .....</b>	<b>65</b>
<b>3. ESPAÇO AGRÁRIO SERGIPANO E A EMERGÊNCIA DAS CHÁCARAS .....</b>	<b>65</b>
3.1 Sergipe no binômio latifúndio x minifúndio.....	65
3.2 A expansão da segunda residência no espaço agrário .....	78
3.3 A fetichização da terra camponesa e o desfrute do ócio, na contemporaneidade .....	88
<b>CAPÍTULO IV.....</b>	<b>94</b>
<b>4. As chácaras e a fragmentação da unidade de produção camponesa em Lagarto/SE .....</b>	<b>94</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>117</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>120</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>124</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A inserção do capital no campo brasileiro, via modernização, trouxe um desenvolvimento tendencioso e excludente para a sociedade, que se viu atingida por um cenário de desigualdades, de expropriação e desemprego estrutural, pela concentração e centralização de terra e capital por uma minoria e pela luta incansável da classe trabalhadora.

Na área de realização da dissertação podemos verificar marcas da modernização, principalmente das décadas de 1960 e as mais recentes, na década de 1990, quando o município de Lagarto foi alvo de políticas assentadas no discurso do desenvolvimento, com a inserção de pacotes tecnológicos, máquinas, expansão de áreas para produtos comerciais, financiamento para a agricultura patronal, etc.

No primeiro período, os camponeses se depararam com um cenário tentador para aumentar sua produção por meio dos citros, era a zona citrícola em expansão que prometia o aumento de emprego e melhoria na qualidade de vida, mas para isso era necessário sujeitar a renda da terra aos interesses do capital. No período de inserção neoliberal, as exigências de padronização de produção dos citros dificultaram a atividade para o camponês. Associaram-se as mudanças com a reestruturação produtiva no campo. O trabalho na roça ficou ainda mais precarizado, haja vista o aumento da produção camponesa para a agroindústria do grupo Maratá<sup>1</sup> no município. De sorte, as políticas compensatórias do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) colaboraram paradoxalmente para a permanência de camponeses na terra, ao tempo em que os colocaram mais diretamente no ciclo vicioso do endividamento financeiro. Um quadro que reafirma o quão relevante é a unidade de produção familiar camponesa, a força e luta dessa classe e os meios utilizados para resistir e se recriar mediante as contrarreformas do Estado e as formas de sujeição da renda da terra no processo que fortalece o agronegócio.

---

<sup>1</sup> O Maratá é composto por um conglomerado de empresas atuantes nos mais variados segmentos do mercado, tais como: alimentos; agronegócios (pecuária e citricultura), entre outros.

Não bastassem os problemas decorrentes da questão agrária até então não resolvidos no município, assim como no resto do país, a questão se agrava com a fragmentação da unidade de produção camponesa em virtude da expansão de chácaras de veraneio que influenciam diretamente as mudanças do uso e ocupação das terras no município estudado, a partir da apropriação da água como recurso privativo dos proprietários.

As questões levantadas na pesquisa, quais sejam: por que se ampliam a partir da década de 1990 a quantidade de terras destinadas às chácaras no campo; quais são as contradições socioterritoriais da expansão das chácaras no espaço agrário; qual a relação entre esse uso do solo e da água, o Estado e a reprodução camponesa. São perguntas que colocam em pauta, o processo desigual e concentrador, associado ao acesso à terra, que intensifica a questão agrária brasileira.

A questão agrária à qual nos referimos envolve: o campesinato, a intensificação do agronegócio, a expansão das chácaras, a minifundização da unidade de produção familiar na realidade do município de Lagarto no estado de Sergipe, ou seja, a redução do tamanho da área da propriedade camponesa.

Analisando a produção do espaço como central ao estudar a questão agrária, buscaremos levantar o processo histórico de concentração fundiária versus o processo de minifundização das pequenas propriedades, com enfoque para a realidade do município de Lagarto que tem a UP do Piauí como a principal hidrografia.

Compreendemos que a questão agrária que se produziu no Brasil, emergiu como produto de um projeto “às avessas”, aprofundado a partir de 1964 por um Estado totalitário que retirou do centro, o interesse social, ao viabilizar uma política agrária conservadora e dolorosa, ao excluir os camponeses e submetê-los às condições mais precárias e sub-humanas.

Aquino e Martins (2007), consideram que nesse interim, o debate do ócio ganha protagonismo após a Revolução Industrial, com o surgimento do chamado tempo livre, que representa uma conquista da classe proletária frente à exploração do capital, que foi vislumbrando a nítida separação entre tempo-

espaço de trabalho (produção) e lazer (atividades contrárias ao trabalho) enquanto tempo para atividades que se voltam para a reposição física e mental, que garante formas de consumo durante esse tempo destinado ao lazer e o controle social dos sujeitos que o utilizam.

...Claramente, o surgimento de uma nova ordem entre empresários e empregados, operários e patrões e a necessidade de controle social no tempo fora do trabalho, para garantir a ordem numa sociedade elitista, herdeira de valores colonialistas. (IBID, p.484)

Recorremos a alguns teóricos, para aprofundar as análises sobre a produção do espaço agrário, tais como: Marx (1981), Kautsky (1986), Delgado (1986), Conceição (1991), Oliveira (2007) e Vergés (2011) que afirmam a ocorrência de um processo de transformação da natureza pela sociedade, via trabalho humano, em um modo de produção que busca incessantemente a reprodução do capital.

O embasamento teórico sobre o papel do Estado realizado por Mascaro (2013), Campos (2015); Castilhos (2015); Campos (2015), permite interpretar o Estado como uma instituição especificamente capitalista e por isso necessária para reprodução do capital, assegurando a troca das mercadorias e a própria exploração da força de trabalho, sob a forma assalariada, pois o Estado surge para atender aos interesses econômicos e políticos em disputa, e favorecer a exploração do trabalho pelo capital.

Para estudar as perspectivas de desenvolvimento no Brasil, optamos pelas análises realizadas por Lisboa & Conceição (2007) e Gomez (2002). Esses autores interpretam como as relações de produção em diferentes contextos econômicos e políticos vão produzindo espaço sob o véu do desenvolvimento. Os rebatimentos desse processo associam-se a movimentos de expropriação que reverberam em terras disponíveis no mercado de terras para usos, que não agrícolas ou de interesse social.

Para analisar esse movimento nossa pesquisa contextualiza a produção do espaço agrário brasileiro, a produção desigual e combinada do espaço e

como a luta de classes se expressa no movimento de acentuação das contradições entre terra-capital-trabalho. Iniciamos com a discussão da expropriação das terras camponesas, um processo histórico que foi descrito por Marx, no contexto do desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra no século XVI, e como a emergência desse modo de produção implicava a expansão das suas contradições além fronteira, com a expropriação se constituía uma necessidade na emergência do capitalismo, conforme discutiremos.

O modo de produção capitalista herdou algumas características do feudalismo: prega a liberdade, a igualdade e o direito à propriedade. Mas o que há é uma ilusão do que seja o sentido real da liberdade, igualdade e propriedade, que inibe a sociedade de enxergar como são grotescas as relações.

Para Marx (1996), existe a liberdade jurídica dos trabalhadores legalmente livres, venderem-se enquanto força de trabalho, mas para ele a principal mercadoria é justamente a força de trabalho, por produzir riqueza e sustentar o capitalismo, dentro do processo de produção, circulação, distribuição e consumo.

A esfera da circulação ou do intercâmbio de mercadorias, dentro de cujos limites se movimentam compra e venda de força de trabalho, era de fato um verdadeiro éden dos direitos naturais do homem. O que aqui reina é unicamente Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham. Liberdade! Pois comprador e vendedor de uma mercadoria, por exemplo, da força de trabalho, são determinados apenas por sua livre-vontade. Contratam como pessoas livres, juridicamente iguais. O contrato é o resultado final, no qual suas vontades se dão, uma expressão jurídica em comum. Igualdade! Pois eles se relacionam um com o outro apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade! Pois cada um dispõe apenas sobre o seu. Bentham! Pois cada um dos dois só cuida de si mesmo. O único poder que os junta e leva a um relacionamento é o proveito próprio, a vantagem particular, os seus interesses privados. E justamente porque cada um só cuida de si e nenhum do outro, realizam todos, em decorrência de uma harmonia preestabelecida das coisas ou sob os auspícios de uma providência toda esperta, tão-somente a obra de sua vantagem mútua, do bem comum, do interesse geral. (IBID, p.293)

Os capitalistas enquanto difundem a ideologia da liberdade de iniciativa, ceifam a liberdade e a igualdade, nos fazem acreditar que somos responsáveis

pelas nossas próprias desgraças, o insucesso das nossas vidas, são consequências das escolhas que não podemos fazer, porque o próprio capital já delimitou e escolheu por nós. A ideologia da classe dominante nos conforta a aceitar o inaceitável, porque ela causa em nós um falseamento da realidade e quer inibir o caráter revolucionário de questionar e querer transformar a realidade social. Marx (1996, p. 11), coloca que:

A ideologia é, assim, uma consciência equivocada, falsa, da realidade. Desde logo, porque os ideólogos acreditam que as ideias modelam a vida material, concreta, dos homens, quando se dá o contrário: de maneira mistificada, fantasmagórica, enviesada, as ideologias expressam situações e interesses radicados nas relações materiais, de caráter econômico, que os homens, agrupados em classes sociais, estabelecem entre si. (IBID).

Para fortalecer as ideologias, o capital tem um grande aliado como mediador, o Estado, aparentemente apartado de todas as classes e indivíduos, têm finalidade de reprodução do capital, via manutenção da propriedade privada, estabelecimento dos vínculos jurídicos de exploração do trabalho pelo capital e da compra e venda de mercadorias livremente.

Os discursos que regem o Estado, o reveste de um caráter de neutralidade, para utopizar que todos têm condições iguais de escolha, embora a classe trabalhadora esteja sempre submetida às regras estabelecidas pelos donos dos meios de produção ou por quem os representa. Na sociedade das relações voláteis e instáveis, esse discurso se adequa muito bem, porque o Estado garante que os escravos assalariados<sup>2</sup> não tenham êxito, porque no capitalismo, as relações nunca serão iguais, logo as condições concretas também não. O mais perverso, é culpabilizar os sujeitos para conformá-los a não se transformarem, porque na aparência, os discursos que regem o Estado, naturalizam todas as condições, e tudo o que acontece tende a ser visto como normal ou natural, mas na essência, as decisões são concretas e se destinam a

---

<sup>2</sup> Expressão usada por Michael Lowy (1985), para denominar a classe trabalhadora, que se ausenta da liberdade para ser explorado intensamente no mercado de trabalho.

favorecer a própria lógica sócio metabólica do capital. (MÉSZAROS; 2002), (CAMPOS; CASTILHOS; CAMPOS, 2015).

O Estado tem se firmado historicamente como instituição a favor da classe dominante, por meio do controle econômico, político, militar e ideológico, pela imposição de reformas de mercado que incentivam a expropriação/expulsão de camponeses, inviabiliza o acesso aos principais meios de produção que regem a vida humana - a terra e a água - bens valorizados pelos que podem oferecer como recurso e que servem à especulação imobiliária despertando o interesse de grupos sociais pela apropriação de terras na área do Rio Piauí em Lagarto.

O debate sobre a questão agrária, se faz necessário à medida que, o processo de expansão das chácaras, com apropriação da terra e da água, está intrínseco às relações capitalistas de produção no campo, com os respectivos rebatimentos sobre o campesinato. Essa análise, foi realizada a partir de Kautsky (1986), um clássico da questão agrária, que traça uma discussão sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo. Em Delgado (1986), analisamos a questão agrária em meio a modernização conservadora, que ocorreu no campo brasileiro e até a atualidade apresenta desigualdades extremas, para mostrar que ser moderno é relativo, e por vezes excludente, já que a sociedade não tem as mesmas condições concretas de escolher ser “moderno”. Utilizamos o texto de Graziano da Silva (1982), que desenvolveu uma importante contribuição no livro “modernização dolorosa”, para demonstrar que a modernização de base técnica, não garantiu as condições necessárias para o desenvolvimento. Conceição (2013), analisou como o agronegócio causou mazelas no campo brasileiro, ao expropriar e expulsar os camponeses, usando justamente o discurso do desenvolvimento e modernização, para justificar a barbárie. Oliveira (2012) aborda em suas análises, questões estruturais, como o desemprego, a negação do acesso à terra, a privação dos meios básicos de sobrevivência, que intensifica a miséria de milhões de pessoas e os tornam sujeitos do campo e da cidade, órfãos da própria terra.

O espaço é produzido para alcançar os interesses do capital, e a relação sociedade natureza é intensificada para favorecer o lucro constante. Como afirma Conceição (2013, p.5), “a natureza oferece ao homem o meio de

subsistência física e material para ele viver. E este encontra na natureza as suas possibilidades de produzir e reproduzir”. Mas com a acumulação capitalista, se justifica nos usos e abusos da condição humana, a terra e a água perdem a centralidade como condição de vida e existência, e passam a ser mercadoria.

O capital se expande no campo monopolizando a produção, subordinando as relações de trabalho, sendo detentor de grandes áreas de terra, privatizando o uso da água, floresta, estabelecendo o conflito direto com os camponeses, meeiros, posseiros, indígenas, extrativistas, quilombolas, pequenos produtores, dentre outros sujeitos do campo. (IBID, p.15)

Houtart, conceitua a água como bem comum da humanidade, um dos elementos essenciais para a vida, base de luta pelos Movimentos Sociais pois as políticas neoliberais privatizaram esse bem de forma irrestrita, a autora explica que vivemos em um sistema econômico que transforma a terra e, em seguida, toda realidade em mercadoria, passo necessário para a acumulação de capital, hoje acentuada pela hegemonia de capital financeiro. Apesar da terra e água serem categorizadas como bem comum, entendemos a partir do materialismo histórico e dialético, que esse bem não é comum e nem de acesso a todos e essa conceituação e discursos são criados para invisibilizar os conflitos e camuflar a pobreza .

Mesmo compreendendo que é uma utopia ter a água como bem comum, em uma sociedade capitalista marcada pela desigualdade e privatização, lutamos para que seja um direito humano, em que o Estado democrático garanta como universal, por meio de uma garantia legal, lutamos porque sabemos dos conflitos de interesses inerente a sociedade burguesa. Bulto (2015, p. 26) afirma que: “é inquietante que um direito tão básico e fundamental para a simples sobrevivência humana não tenha recebido uma expressão explícita em quaisquer dos tratados de direitos humanos da ONU”, pois os projetos hegemônicos veem a água como recurso privativo, fonte de muito lucro e renda para quem o controla, e não tem interesse em promover o mínimo de equidade social.

Torres (2016), considera a água um elemento vital para vida humana, e quando se nega água, nega-se o direito de viver. Esse elemento tem sido alvo de muitas disputas que ocorrem de modo expressivo ou subliminar, pois o capitalismo tem transformado elementos indissociáveis a vida como terra e água, em mercadoria. Torres (2016, p.95) afirma ainda que, o capitalismo cria um roteiro e se faz onipresente em muitos processos que vão desde os discursos, as entidades e estão tão presentes no cotidiano que se pode considerar natural ou normal a própria mercantilização da vida.

No sistema capitalista, foram criados elementos dinamizadores da economia baseados na acumulação de riqueza através da concentração da propriedade dos meios de produção e da expropriação do trabalho. A contradição está no fato de que a produção social se reverte em apropriação privada, fazendo com que o processo produtivo inteiro seja controlado por poucos agentes econômicos. Destarte, o acesso a bens e serviços se faz por meio da renda e do entesouramento de cada indivíduo. (TORRES, 2016, p.94)

Marx (1996) aponta que, a apropriação da natureza não se dá de modo harmonioso, já que existem classes sociais com interesses divergentes. Desta forma, ao estudar a água como fonte de vida, um bem inalienável e ao mesmo tempo perceber o processo de mercantilização que intensifica a exploração e concentração da riqueza, foi possível entender que a água do mundo tem importância imensurável, mas vamos abordar como as águas do Rio Piauí, são indispensáveis para o estado de Sergipe, por contribuir para o desenvolvimento social e econômico de famílias camponesas.

Nesse quadro decidimos analisar a expansão do número de chácaras no Rio Piauí em Lagarto e suas contradições, avaliando as formas de apropriação dos recursos terra e água pelos chacareiros e os efeitos causados ao campesinato tornou-se nossa principal preocupação na dissertação em tela.

Ao analisar de modo qualitativo, buscamos através da compreensão da totalidade das relações, ler o espaço e as contradições presentes nele. Para Lakatos (2003, p.101), na dialética as relações não são estáticas, imutáveis e nem desvinculadas umas das outras.

Portanto, para a dialética, as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está "acabada", encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro. Por outro lado, as coisas não existem isoladas, destacadas uma das outras e independentes, mas como um todo unido, coerente. Tanto a natureza quanto a sociedade são compostas de objetos e fenômenos organicamente ligados entre si, dependendo uns dos outros e, ao mesmo tempo, condicionando-se reciprocamente.

Na singularidade da pesquisa que ora realizamos, vemos que, no processo de chacreamento está intrínseca a questão agrária em um país marcado pelo latifúndio improdutivo e pela exploração sem limite da natureza.

A metodologia traça os caminhos percorridos na pesquisa, e está dividida em dois tipos: qualitativa e quantitativa, metodologias diferentes que dialogam e se complementam, no sentido de contribuir para o desenvolvimento da pesquisa.

Segundo Lakatos (2003), a pesquisa qualitativa supõe interação entre a pesquisa e o pesquisador, ou seja, a produção do espaço junto aos sujeitos que o produzem. Os dados coletados são passíveis de observação, descrição e principalmente análise. Alguns procedimentos que levam ao desenvolvimento da pesquisa, são: revisão bibliográfica, levantamento do estado da arte, leitura e fundamentação teórica, análise sobre o processo de expansão das chácaras destacando os usos da terra e da água, dentro da questão agrária e de suas contradições, e elaboração de fichamentos, análise de dados primários e secundários.

Levantamento bibliográfico sobre Lagarto, à medida que entendemos este município dentro da região Citrícola de Sergipe, produtora de commodity para exportação, ao mesmo tempo, identificamos o processo de minifundização da propriedade no mercado imobiliário, designando as segundas residências/chácaras que tem o ócio um incentivo prazeroso de realização. Utilizamos os dados do IBGE, os censos agropecuários de 1995/6; 2006 e 2017, para revelar a relação entre chácaras, estrutura fundiária e uso do solo em Sergipe.

A Obra de Alexandre Felizola Diniz (1984) *Geografia da agricultura*, foi importante para compreender que desde aquela época, o parcelamento da

pequena propriedade já era uma realidade, ainda que a divisão das terras e o processo de espacialização das chácaras, se davam de outras formas.

A proposta inicial era realizar também uma pesquisa cartorial, para relacionar com os trabalhos de campo e analisar os dados coletados, contudo, diante do contexto de pandemia não foi possível um trabalho de campo mais amplo, pois alguns setores ficaram com atividades reduzidas, diminuíram a quantidade de atendimentos e estes eram feitos mediante agendamento, por isso esse procedimento não pôde ser concretizado.

A pesquisa cartorial teria sido necessária para levantamento do mercado de terras na comarca do município da área da pesquisa, com vistas a captar sua dinâmica desde a criação do Perímetro irrigado do Piauí e seus usos, para analisar também a evolução e caracterização das propriedades, que antes tinham usos e funções de subsistência, e agora são transformadas em chácaras.

O planejamento era ter visitado alguns órgãos governamentais presentes no município de Lagarto, se não houvesse a pandemia, tais como a: Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (Emdagro), Sindicato de trabalhadores rurais de Lagarto, associações e cooperativas dos camponeses, afim de estudar os conflitos inerentes a apropriação da terra e da água, suas limitações e em contrapartida, a resistência materializada pelos camponeses.

Foram elaborados 3 roteiros de entrevistas destinados aos seguintes sujeitos: chacareiro, camponês e caseiro. Os trabalhos de campo foram realizados entre novembro de 2020 a março de 2021, seguindo todos os protocolos e cuidados necessários, com uso de álcool em gel, máscara n-95, e distanciamento de 1,5 m.

Na entrevista com o chacareiro buscamos compreender o seu perfil, a relação entre tamanho da propriedade e uso da terra, as motivações que o levaram a ter uma chacara, a renda e a principal finalidade da chacara, buscamos entender também como o uso da água é feito, se há canais de rios, ou tanques que tenham o uso limitado para os outros sujeitos. Já a entrevista com o camponês foi aplicada com o intuito de entender como fica o processo de sobrevivência do campesinato em meio a expansão das chácaras. Na entrevista com o caseiro, analisamos o perfil socioeconômico, buscamos entender se é um

sujeito que sabe lidar com a terra, se já teve ou tem uma pequena propriedade, se o seu principal meio de existência é a sua força de trabalho, enquanto mercadoria a ser vendida. Nos interessou entender também se esse caseiro/camponês foi “jogado sem paraquedas” no mercado financeiro, via política de crédito agrícola, com o discurso de melhorar de vida, ser inserido no mercado, mas foi excluído da terra, e teve que se sujeitar ao trabalho assalariado ou informal, para ter condições de sobreviver e alimentar a sua família.

A presente dissertação está dividida em 4 capítulos, sendo a introdução o primeiro, os demais capítulos estão distribuídos como: O segundo capítulo “**A produção da questão agrária e suas contradições**”, destaca que o processo de expropriação se deu em um período histórico intitulado por Marx como “A assim chamada acumulação primitiva”, que demarcou o início do capitalismo e trouxe à tona o processo de luta e violência que a classe trabalhadora tem enfrentando até a atualidade para ter acesso a bens inalienáveis, como água e terra. Ainda nesse capítulo, desenvolvemos uma análise sobre o processo que constitui a questão agrária brasileira que foi sendo produzido desde o período colonial e tem se agravado na contemporaneidade.

O terceiro capítulo, intitulado como **Espaço agrário sergipano e a emergência das chácaras**, analisa a concentração fundiária que inviabiliza a distribuição e acesso à terra, bem como o processo de minifundização da pequena propriedade, como fator que contribui para a expansão do arranjo espacial das chácaras.

O quarto capítulo, denominado como: **As chácaras e a fragmentação da unidade de produção camponesa em Lagarto/SE**, faz uma abordagem sobre a forma de inserção deste município no movimento de expansão capitalista no campo com a entrada da agricultura de mercado, via citricultura, e as contradições que envolvem o processo de fragmentação da unidade de produção camponesa.

## **CAPÍTULO II**

### **2. A PRODUÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA E SUAS CONTRADIÇÕES**

O modo de produção capitalista se sustenta na simbiose entre a produção da riqueza e a pobreza, desde a acumulação primitiva, Marx (1996). Para que o capitalismo se estabelecesse foi necessário separar o produtor direto dos seus meios de produção, fazendo com que a maioria dependesse da venda da sua própria força de trabalho, transformada em mercadoria, enquanto os outros, que nem trabalhavam, passariam a viver da exploração do trabalho alheio.

#### **2.1 Na origem do capitalismo, a produção da questão agrária**

A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições de realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apoie em seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições do seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados (MARX, 1996, p.262):

O capitalismo foi sendo gerado em meio ao fim do feudalismo. Este, como nos explica Perry Anderson (2007), é um modo de produção que tinha base na exploração das terras senhoriais para agricultura. Os camponeses tinham a terra por concessão de uso, por meio do regime de servidão, obrigados a desenvolver atividades econômicas, políticas e de segurança para nobreza e Igreja. Havia uma hierarquização vinculada ao controle e exploração de uma classe por outra. As privações aos meios de produção e as técnicas pela nobreza eram recorrentes, mas isso não significa dizer que era um modo de produção neutro

e nem homogêneo. Em partes da Europa tinha camponeses livres, outros submetidos à servidão de forma intensa com condições de luta e resistência, já nessa época os conflitos e disputas se davam pela luta ao acesso à terra.

De acordo com Marx, "a produção feudal é caracterizada pela partilha do solo, pelo maior número de possíveis servos", porque o poder do senhor feudal era medido pela quantidade de camponeses economicamente ativos. No entanto, Marx apontava também que os camponeses formavam grande massa proletária, ao ter suas terras tomadas.

o grande senhor feudal quem criou um proletariado incomparavelmente maior, mediante expulsão violenta do campesinato da base fundiária, sobre a qual possuía o mesmo título jurídico feudal que ele, e usurpação de sua terra comunal. (1996, p. 264)

Ou seja, o processo de expropriação violenta se constituía uma necessidade na emergência do capitalismo. A industrialização na Inglaterra por exemplo, já estava avançada. A segunda metade do século XIX marcava a segunda revolução industrial, enquanto no Brasil estava se instituindo a lei Eusébio de Queiroz que cessava o tráfico negroiro.

A escravização do povo africano, via sequestro desses povos, como instrumento da acumulação primitiva no longo período (séc. XVI ao XIX) em que o escravismo representava a forma de expressão do que podemos chamar de capital escravista-mercantil, uma forma particular de manifestação do capital no período colonial, foi indispensável para a consolidação do capitalismo como um sistema mundial.

A acumulação primitiva aqui entendida por Marx, é considerada a pré-história do capital, que marca a transição para o capitalismo, através da expropriação camponesa em massa, marcado pela violência, liberação de pessoas para constituírem o proletariado industrial na Inglaterra, à princípio, mas que depois se espraia pelo mundo.

Para os burgueses, o processo de liberação dos servos, pareceu positivo e libertador, e estes só se tornavam vendedores de força de trabalho, quando tudo lhes era roubado e para sobreviver eram obrigados a vender sua força de

trabalho, como “trabalhadores livres”. Essa liberdade jurídica, de acordo com Marx implicava que:

esses recém-libertados só se tornam vendedores de si mesmos depois que todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais, lhes foram roubados. E a história dessa sua expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo. (MARX, 1996, p. 341)

A base do modo de produção capitalista foi extremamente violenta. O derramamento de sangue caracterizou o período, e até os dias atuais é visível perceber a violência institucionalizada para garantir os interesses dos que controlam o capital e permanecem se apropriando da terra camponesa.

No período histórico mencionado por Marx, século XIV, ocorreu a apropriação das terras comunais e a criação de um proletariado incomparavelmente grande. Para Marx, é um equívoco considerar que houve abolição apenas da servidão, enquanto a abolição acontece também na propriedade do lavrador sobre a base fundiária, que o torna proletário, sujeito pauperizado, e necessitado de trabalho para sobreviver.

A marca da acumulação originária do capital, se dá mediante usurpação de terras camponesas, com o cercamento para terras comunais, criando uma sociedade desigual, pois enquanto os camponeses eram expulsos e exterminados para desocuparem suas próprias terras, a base fundiária se concentrava. Enquanto os burgueses roubavam a liberdade dos camponeses, eles acreditavam que os trabalhadores tinham finalmente sido libertados, mas o que acompanhamos foi a opressão cotidiana, que forçou o despovoamento coercitivo com o objetivo de atender o sistema capitalista, que se firma em meio a desigualdade, violência e pobreza. A expropriação, no dizer do próprio Marx (IBID), está escrita nos anais da humanidade com traços violentos sobre os trabalhadores, com objetivo de criar massa de trabalhadores sempre crescente, e garantir a gênese do capitalismo a partir da propriedade privada, da privação dos meios de subsistência e assegurar a intensa subjugação do trabalhador ao capital, com o objetivo de expandir o capitalismo para a criação de mais valor.

O que faz época na história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em sequência diversa e em diferentes épocas históricas. Apenas na Inglaterra, que, por isso, tomamos como exemplo, mostra-se em sua forma clássica. (IBID, p. 341)

O processo de expropriação está na raiz do modo de produção capitalista, uma vez que o grande senhor feudal criou um proletariado incomparavelmente maior mediante expulsão violenta do campesinato da base fundiária, sobre a qual possuía o mesmo título jurídico feudal que ele, usurpava terra comunal, para ser transformada no capitalismo em propriedade privada, mercadoria suscetível a compra; entrávamos no período de criação do mercado assalariado, que buscava explorar o trabalho abstrato, e a extração da mais valia. Marx, analisa como se deu a violenta expropriação.

O processo de expropriação violenta da massa do povo recebeu novo e terrível impulso, no século XVI, pela Reforma e, em consequência dela, pelo roubo colossal dos bens da Igreja. Na época da Reforma, a Igreja Católica era a proprietária feudal de grande parte da base fundiária inglesa. A supressão dos conventos etc. lançou seus moradores na proletarização. Os próprios bens da Igreja foram, em grande parte, dados a rapaces favoritos reais ou vendidos por um preço irrisório, a arrendatários ou a habitantes das cidades especuladoras, que expulsaram em massa os antigos súditos hereditários, juntando suas explorações. A propriedade legalmente garantida a camponeses empobrecidos de uma parte dos dízimos da Igreja foi tacitamente confiscada. *Pauper ubique jacet*,<sup>686</sup> exclamou a rainha Elisabeth após uma viagem através da Inglaterra. No 43º ano de seu reinado, foi forçado finalmente o reconhecimento oficial do pauperismo, mediante a introdução do imposto para os pobres. (IBID, p. 345-346)

Com a ruína do feudalismo, o Estado se isenta de qualquer responsabilidade de manter camponeses nas propriedades que eram usadas para sobrevivência. As terras foram sendo anexadas a proprietários que

concentravam e ampliavam seus domínios, destinados a cultivos e criações que eram usados como matérias-primas para as indústrias, que se desenvolviam. Marx observa que os capitalistas burgueses favoreceram a operação visando, entre outros motivos, transformar a base fundiária, para atender interesses particulares:

O patrimônio do Estado apropriado tão fraudulentamente, junto com o roubo da Igreja, na medida em que não sumiram durante a revolução republicana, formam a base dos atuais domínios principescos da oligarquia inglesa. Os capitalistas burgueses favoreceram a operação visando, entre outros motivos, transformar a base fundiária em puro artigo de comércio, expandir a área da grande exploração agrícola, multiplicar sua oferta de proletários livres como os pássaros, provenientes do campo etc. Além disso, a nova aristocracia fundiária era aliada natural da nova bancocracia, da alta finança que acabava de sair da casca do ovo e dos grandes manufatureiros, que então se apoiavam sobre tarifas protecionistas. (IBID, p. 347)

Promover o progresso econômico consistiu em estabelecer leis que favoreciam determinada classe em detrimento de outra, como os senhores feudais que constituíram a burguesia tiveram vantagem, pois tinham o poder econômico e militar, enquanto os camponeses estavam em desvantagem.

A riqueza nacional aumentava, à medida que a pobreza do povo era intensificada. As terras e os arrendamentos para os grandes proprietários se apoiavam no monopólio, na concentração da terra, que coadunava com a elevação dos preços dos produtos destinados a subsistência, a terra era e é o principal meio de garantir a vida, mas só usufruía quem tinha dinheiro para comprá-la, além dos salários baixos e piores condições de trabalho a classe proletária que crescia continuamente.

Para Marx, o processo de expropriação era terrível e doloroso, e veio acompanhado pelo roubo das terras da igreja, e o saque em países colonizados, para aumentar a quantidade de trabalhadores expropriados que compõem a classe proletária:

O roubo dos bens da Igreja, a fraudulenta alienação dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpadora e executada com terrorismo inescrupuloso da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Eles conquistaram o campo para a

agricultura capitalista, incorporaram a base fundiária ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado livre como os pássaros. (MARX, 1996, p. 355)

Como se não bastasse o processo de expropriação ter tomado o pouco que a sociedade camponesa tinha para sobreviver, esta veio acompanhada por leis que favoreciam o rebaixamento dos salários, já que a maior parte da população estava livre juridicamente para se vender enquanto força de trabalho, além das leis sanguinárias usadas para castigar e eliminar os camponeses expropriados, pelo próprio modo de produção capitalista, isso porque foram criadas condições desiguais e desfavoráveis para os trabalhadores, pois não havia emprego para todos aqueles que tinham sido expulsos de suas casas, e boa parte foram exterminados por condições criadas pelo capitalismo, de modo proposital, matar pobres que não “conseguiram” se firmar no mercado de trabalho é rotineiro no capitalismo, que tem como base, a violência estrutural. Marx relata que:

Os expulsos pela dissolução dos séquitos feudais e pela intermitente e violenta expropriação da base fundiária, esse proletariado livre como os pássaros não podia ser absorvido pela manufatura nascente com a mesma velocidade com que foi posto no mundo. Por outro lado, os que foram bruscamente arrancados de seu modo costumeiro de vida não conseguiam enquadrar-se de maneira igualmente súbita na disciplina a nova condição. Eles se converteram em massas de esmoleiros, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição e na maioria dos casos por força das circunstâncias. Daí ter surgido em toda a Europa ocidental, no final do século XV e durante todo o século XVI, uma legislação sanguinária contra a vagabundagem. Os ancestrais da atual classe trabalhadora foram imediatamente punidos pela transformação, que lhes foi imposta, em vagabundos e *paupers*. A legislação os tratava como criminosos “voluntários” e supunha que dependia de sua boa vontade seguir trabalhando nas antigas condições, que já não existiam. (MARX, 1996, p.356)

Os trabalhadores são colocados em desvantagem, mas a luta pela sobrevivência foi colocada em primeiro plano, mesmo com condições sub-humanas de trabalho, foi criado um pensamento unificado que eram condições aparentemente naturais, normais e imutáveis, favorecendo a exploração pelos burgueses que legitimavam penalizar os chamados “preguiçosos”, obrigando-os a trabalhar longa jornada, com salários baixos e tortura.

Assim, o povo do campo, tendo sua base fundiária expropriada à força e dela sendo expulso e transformado em vagabundos, foi enquadrado por leis grotescas e terroristas numa disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, por meio do açoite, do ferro em brasa e da tortura. (MARX, p.358, 1996)

No texto da acumulação primitiva, Marx já apontava que o Estado agia conforme a burguesia pressionava, principalmente quando a questão era prejudicar trabalhadores, por meio do rebaixamento de salários e intensificação da extração da mais valia, ao garantir a conformidade com relações de trabalho que eram tenebrosas e salários paupérrimos. As leis negavam o direito dos trabalhadores de questionarem sua situação, coagia-os, e criminalizava aqueles que se uniam para lutar por algum objetivo, pois os capitalistas produziam o individualismo, o egoísmo e o distanciamento social.

Marx analisa o processo violento de proletarização, através da expropriação e exploração de trabalhadores assalariados em níveis altíssimos. Os grandes proprietários fundiários rompiam e extinguíam a indústria rural doméstica, a fim de criar um mercado interno, destinado a venda de mercadorias que antes os camponeses e artesãos produziam e consumiam, sem necessidade de comprar. Houve uma alteração drástica na economia, que atingiu diretamente o campesinato em prol de garantir o desenvolvimento industrial capitalista.

O processo de colonização foi marcado pela exploração da população nativa, da caça por pele negra na África e exploração das matérias-primas. Para isso o Estado oprimiu a sociedade, organizou sem delongas o fim do feudalismo e proclamou por meio da violência e barbárie o capitalismo, para Marx, *“a violência é parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica.”* (1996, p. 370)

A colonização nas Américas foi importante para concentração de capital, escoamento de produtos e monopolização dos mercados. Os países colonizadores da Europa se puseram sobre um tesouro acumulado fora da Europa, através da pilhagem, escravidão, assassinato, que refluíam a metrópole e transformava-se em capital.

Em meio a esse processo, até as crianças são vítimas da exploração intensa, elas foram sequestradas de suas casas e forçadas ao trabalho escravo infantil, do modo mais insano e cruel que possa existir, mas de forma naturalizada, pois:

Elas foram exauridas até a morte por excesso de trabalho (...) elas foram açoitadas, acorrentadas e torturadas com o maior refinamento de crueldade: elas foram, em muitos casos, esfomeadas até só lhes restar pele e ossos, enquanto o chicote as mantinha no trabalho. (MARX, 1996, p.377)

A forma de colonização cristã feita pelos países da Europa, dava-se de maneira perversa e terrível por meio de massacres constantes. Os colonizadores queriam explorar todas as riquezas, inclusive a força de trabalho nativa a qual não se adaptou as imposições e pagaram com a própria vida. A reflexão a seguir, mostra como os fies cristãos não pouparam nem a vida de crianças e nem a de mulheres, pois o extermínio era feito em massa e a caça por humanos era generalizada.

Aqueles protestantes austeros e virtuosos, os puritanos da Nova Inglaterra, estabeleceram, em 1703, por resolução de sua *assembly*, 756 um prêmio de 40 libras esterlinas para cada escalpo indígena e para cada pele-vermelha aprisionado; em 1720, um prêmio de 100 libras esterlinas para cada escalpo; em 1744, depois de Massachusetts- Bay ter declarado certa tribo como rebelde, os seguintes preços: para o escalpo masculino, de 12 anos para cima, 100 libras esterlinas da nova emissão; para prisioneiros masculinos, 105 libras esterlinas, para mulheres e crianças aprisionadas 50 libras esterlinas; para escalpos de mulheres e crianças 50 libras esterlinas. (MARX, 1996, p. 372)

Com a expansão da manufatura, a força de trabalho empregada nas fábricas, não poupava crianças e mulheres, afinal, o que importava para os industriais nascentes na Europa era a concentração de lucro, a vida do trabalhador de nada valia, até porque tinham uma massa de proletário livre como pássaros, necessitando ser engaiolados pelas grades da indústria.

Com o desenvolvimento da produção capitalista durante o período manufatureiro, a opinião pública da Europa perdeu o que lhe restava de sentimentos de vergonha e consciência. As

nações se jactavam cinicamente de cada infâmia que fosse um meio para acumular capital. (MARX, 1996, p.377)

Marx destaca que a propriedade privada existia em outros modos de produção, durante os regimes de escravidão e servidão, mas seu ápice se dá no modo de produção capitalista, pois é quando não há limites para exploração, e nem barreiras para busca de lucro.

mas ela só floresce, só libera toda sua energia, só conquista a forma clássica adequada, onde o trabalhador é livre proprietário privado das condições de trabalho manipuladas por ele mesmo, o camponês da terra que cultiva, o artesão dos instrumentos que maneja como um virtuose. (MARX, 1996, p. 379)

A violência e opressão foi a base do capitalismo, e podemos considerar que se faz presente atualmente, assim como a expropriação violenta, não ficou restrita aos anos iniciais do capitalismo, e vem assumindo novas faces e se apresentando na sociedade contemporânea:

A expropriação dos produtores diretos é realizada com o mais implacável vandalismo e sob o impulso das paixões mais sujas, mais infames e mais mesquinamente odiosas. A propriedade privada obtida com trabalho próprio, baseada, por assim dizer, na fusão do trabalhador individual isolado e independente com suas condições de trabalho, é deslocada pela propriedade privada capitalista, a qual se baseia na exploração do trabalho alheio, mas formalmente livre. (MARX, 1996, p. 380)

Como diz Marx, os capitalistas matam outros capitalistas, nesse processo selvagem de acumulação e concentração de capital, os expropriadores tendem a ser expropriados. E como o capitalismo é contraditório, nesse movimento de separação entre trabalhadores e capitalistas, os sujeitos por vezes acabam se reconhecendo como classe e se unindo com o objetivo revolucionário de mudar o próprio sistema. A ordem do dia é acreditar na classe trabalhadora organizada e consciente de seu papel em sociedade.

Com a diminuição constante do número dos magnatas do capital, os quais usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a extensão da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora,

sempre numerosa, educada, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista. (MARX, 1996, p.381)

A acumulação primitiva entendida como a pré-história do capital, foi na história real tomada por violência, subjugação, assassinato, expropriação, o modo mais soberbo de se apropriar dos meios de subsistência e transformá-los em capital. Enquanto houver capitalismo, os resquícios da acumulação primitiva se farão presentes, pois não estamos na pré-história do capital, esse modo de produção já passou por diversas transformações, mas a privação, usurpação de propriedade e a massiva expropriação no campo continua a gerar o aumento do exército de reserva da classe trabalhadora que sempre é necessária à produção da riqueza a ser apropriada por aqueles que controlam o capital.

## **2.2 A influência de Kautsky na origem do debate sobre a Questão Agrária**

Kautsky (1986), discute sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, no final do século XIX, quando o debate sobre as transformações da sociedade incluía as preocupações e propostas para o papel da agricultura e do campesinato. Kautsky mostrava-se duvidoso quanto ao papel do campesinato no processo revolucionário, tendo em vista seus interesses que se entrelaçavam ora com os da burguesia ora ao lado dos revolucionários. Ao mesmo tempo, ele via mudança substancial no seio do campesinato, que ambigamente ia desaparecendo e em outras áreas até se fortalecendo. É nesse quadro que Kautsky vai defender a tese de que cabia no capitalismo em ascensão na Rússia, tão somente uma burguesia e o proletariado, já que a indústria ia se colocando como o agente do desenvolvimento que ali vinha se processando.

A expansão do industrialismo incorporava áreas também onde dominava a vida camponesa. (ALMEIDA; PAULINO, 2000). Com essa interpretação, tem origem a tese da penetração do capitalismo na agricultura e da proletarianização camponesa como um processo irreversível. O autor lia a realidade a partir de evidências empíricas que estavam ocorrendo na Rússia, sobretudo com base no desmonte da indústria artesanal doméstica (IBID). destaque-se que a tese de

que o socialismo seria levado à cabo pelo antagonismo entre proletariado e burguesia também estava no fundamento da sua argumentação do papel do campesinato.

Essa tese foi sendo negada, já que o campesinato aparece como uma classe resistente que sobreviveu às relações capitalistas de produção, ora subordinada às relações capitalistas, ora vendendo força de trabalho, ora produzindo, comprando insumos, comercializando sob as diretrizes dos grupos econômicos capitalistas, mesmo permanecendo com relações de produção não-capitalistas nas suas áreas de produção, ora através da luta por terra, resistindo e permanecendo no campo. Uma realidade que anuncia que a pequena propriedade camponesa não foi totalmente incorporada pela grande propriedade, como veremos na sequência desse trabalho.

Kautsky (1986, p.145) argumenta que, “o modo de produção capitalista não nos promete nenhum fim do grande estabelecimento agrícola, nem nos promete o fim do pequeno”, apesar da expropriação intensa, e das formas de subjugar o trabalho camponês. Em suas pesquisas de campo, o autor revelou que a pequena propriedade agrícola, de modo algum está em fase de rápido desaparecimento. Por mais que o capitalismo se expanda para o campo, “o solo será sempre a base da existência humana”. (KAUTSKY, 1986, p.73). Esse autor observa que a marca do campesinato sempre será a terra. Entretanto, considerava erro a afirmação de que poderia haver superioridade da agricultura camponesa. Para ele o crescente número de camponeses indicava mais a intensidade dos problemas que essa classe social vivia, com a fragmentação da propriedade e a perda do seu papel produtivo, do que o seu oposto. Elas apareciam mais “como local de moradia dos trabalhadores, já que sua reprodução já estaria vinculada à venda da força de trabalho”. (ALMEIDA; PAULINO, 2000, p. 115)

O tamanho da unidade camponesa e suas dificuldades de exploração levavam a dispensa de força de trabalho, o que era importante para a grande propriedade. Essas interpretações levaram Kautsky a defender as cooperativas agrícolas socialistas, como aquelas que levariam a exploração dos camponeses ao fim, traçando o caminho para a coletivização. Para o autor, era esse empreendimento que levaria os camponeses à organização coletiva, e ao fim da

propriedade privada e da exploração no campo, dessa forma, estavam postos os fundamentos do papel político do proletariado em conduzir o campesinato na luta pela transformação social. (ALMEIDA; PAULINO, 2000, p. 16)

A agricultura vem sendo metamorfoseada pelo regime capitalista, essa cria contradições entre a pequena e a grande propriedade, desenvolve setores da economia que influenciam na produção agrícola, com o alavancar da indústria, além de fragmentar pequenas propriedades e pauperizar o camponês como proletário.

O motivo que o torna ser contra o grande estabelecimento, é porque o mesmo gera proletários, e não porque o pequeno estabelecimento é capaz de produzir mais e melhor, uma vez que não se nega a superioridade técnica nesses grandes estabelecimentos, que ocupam cada vez mais, menos braços. (p. 120)

Além da grande propriedade ocupar menos trabalhadores, por conta do uso de técnicas mais avançadas, Kautsky declara que, o grande estabelecimento desaloja o pequeno, aumenta suas terras, consegue reduzir, dessa maneira, igualmente, a área das terras cultivadas destinadas ao valor de uso desses trabalhadores que da terra vivem e progridem.

Todavia, em meio a centralização e concentração da grande propriedade, as relações do campo enfraquecidas, ainda nesse contexto, alguns estudiosos apontavam para o fim e desaparecimento do campesinato, mas contraditoriamente Kautsky nos mostra um outro cenário, que era a tendência de certa multiplicação do número de estabelecimentos com pequenas dimensões territoriais, seja porque muitas terras foram incorporadas a grande propriedade, ou porque houve a lei de herança, ou seja, a estrutura fundiária se mantém concentrada, mas é o pequeno camponês que divide as terras com os filhos. Mesmo ainda em vida, essas terras são doadas para construção de moradias e plantações que sustente a sua nova família.

Nós vimos, afinal que, onde a concentração de terras se encontra por demais avançada, logo começa a manifestar-se a tendência contraditória, a orientação no sentido de sua fragmentação, e que o Estado, além do próprio latifúndio ajudam

a reforçar esse processo quando o mesmo se depara com alguma dificuldade (p. 147)

Ainda sobre o processo contraditório de concentração e fragmentação da terra, Kautsky destaca que:

Cresce o número de casamentos e de famílias constituídas, cresce também a procura de pequenos estabelecimentos agrícolas. Condição essencial para a formação de economias domésticas independentes no campo. Crescem então, os preços das terras, aumentam os casos de partilha, as pequenas propriedades vão e tornando cada vez menores e seu cultivo cada vez pior. (1986, p.162)

Para o referido autor, o capital de Marx, explica muito bem a brutal arrogância da classe que não tem necessidade alguma de poupar dinheiro e julga ridículo, poupar pessoas, uma classe que expulsa famílias de suas terras, para substituí-las pela improdutividade, com a finalidade de acumular e concentrar riqueza para uma burguesia marcada pelo individualismo, usura e exploração. De acordo com Kautsky (1986, p.42), essa relação se agrava para a agricultura porque, dentro do modo de produção capitalista, a finalidade da máquina não é de economizar energia de trabalho, mas a de economizar salários.

A riqueza da burguesia é construída a partir da formação de latifúndios. Latifúndios que não tem quaisquer limites, mas limitam a vida de trabalhadores, que tem suas terras sendo associadas, concentradas e mantidas na ganância do capital, esse é um movimento que ocorre no campo e na cidade.

A evolução da exploração capitalista segue nas cidades, aliás, a mesma orientação. Quanto mais crescem a exploração e o volume da mais-valia, mais cresce o luxo da burguesia, luxo que encontra a sua expressão, entre outras formas, também na aquisição e construção de sedes rurais – em uma escala que abrange tanto o palácio de luxo de um rei das finanças quanto a pequena casa de campo do pequeno comerciante ou fabricante –, sedes rurais que se destinam principalmente ao lazer, enquanto a agricultura só se revela de interesse secundário. Quanto mais se desenvolvem os meios de comunicação e

quanto mais se tornam fáceis as ligações entre a cidade e o campo, mais essas propriedades agrícolas vem avançando para expulsar os agricultores de suas terras. (IBID, p. 185)

Este autor preocupa-se não apenas sobre a incorporação da pequena a grande propriedade, mas como o campo e seus povos tem direitos básicos negados, nega-se o direito à moradia, ao trabalho, ao conhecimento e principalmente a construção de uma consciência social, com fim de evitar a conscientização das contradições existentes entre as classes, ao inibir os seus conflitos.

O abismo intelectual que existe entre o campo e a cidade, em função da preferência dada a está última no concernente aos meios educacionais e as oportunidades concebidas a ela com vistas ao desenvolvimento intelectual da população urbana, assim apenas se torna mais profundo ainda. (KAUTSKY, 1986, p.197)

Ou seja, o baixo investimento em educação no campo, é intencional e tem como propósito inibir a luta por direitos, questionamentos e inquietações, além de proporcionar a distorção entre um ensino e outro e faz com que os camponeses e seus filhos sejam obrigados a sair do campo e estudar na cidade em busca de algo que é básico na vida dos trabalhadores, que é também a busca por educação, que foi tirada para que não houvessem alternativas.

Outra abordagem interessante feita por Kautsky no livro “A Questão Agrária”, é a respeito da água e como a apropriação individual tem trazido problemas para a população:

A exploração racional dos mananciais vem se tornando cada vez mais premente a medida que o modo de produção capitalista vem evoluindo, pois mais do que qualquer outra produção está interfere nas condições naturais da água, seja por meio do desmatamento, seja pela drenagem das várzeas, do rebaixamento dos níveis do lagos, da canalização da água, da construção de canais, da correção dos cursos dos rios, da construção de represas etc, mais do que outra atividade ela também criou os respectivos meios auxiliares para impor as águas e os novos cursos. No entanto quanto mais artificial se revela o sistema hidrográfico, tanto mais nefastas serão as consequências que o desenvolvimento mal orientado poderá

acarretar. No caso o interesse particular coincidirá muito menos com o interesse público que em qualquer outro caso. (1986, p. 296)

Logo enfatizamos a conceituação da água como bem comum e inalienável, a partir de Houtart (2011) na citação abaixo:

De fato, este conceito distingue-se do de “bens comuns” por seu caráter mais geral, envolvendo os fundamentos da vida coletiva da humanidade no planeta: a relação com a natureza, a produção da vida, a organização coletiva (política) e a leitura, a avaliação e a expressão do real (cultura). Não se trata de um patrimônio, como no caso dos “bens comuns”, mas de um estado (de bem estar, de “bem viver”) resultante de todos os parâmetros da vida dos seres humanos, homens e mulheres, na Terra. Distingue-se também da noção de “bem comum”, em oposição ao “bem individual”, tal como é definido na construção dos Estados, ou seja, da “res pública”, mesmo se o conceito de “bens comuns universais” tenha sido introduzido pelo Pnud em seu relatório de 1999. O conceito de “bem comum da humanidade” inclui a produção e a reprodução da vida na escala de toda a humanidade. E, finalmente, da vida e da sua capacidade reprodutiva. (HOUTART, 2011, p. 8-9)

Ainda de acordo com Houtart (2013), a água como bem comum é destinada a sociedade para atender as necessidades vitais, por isso não deve ter seu valor de uso secundarizado e nem ser uma mercadoria, uma propriedade privada, que define o uso mediante a troca, a relação de compra e venda, portanto:

Se trata de un patrimonio común de la humanidad que no puede ser apropiado por individuos y corporaciones, siguiendo la lógica de la economía de mercado capitalista, o sea, en función de intereses privados ignorando las *externalidades* y orientados por la maximización de la ganancia. (IBID, 2013, p. 48)

Além de Kautsky, pensadores como Alexander V. Chayanov, com a obra “La organización de la unidad económica campesina” e o estudo mais recente de Teodor Shanin, “La classe incómoda: sociología política del campesinato en una sociedad en desarrollo” e de pensadores brasileiros envolvidos com o agravamento dos problemas do campo, como José de S. Martins, Alexandrina L. Conceição, Ariovaldo U. de Oliveira, João Pedro Stédilli e outros, aprofundam

e atualizam o debate sobre a questão agrária apontando a recriação do campesinato no contexto do modo de produção capitalista, mostrando suas estratégias de permanência no campo por meio da luta e também das diferentes formas de reprodução subordinada. Outros autores brasileiros impactam esse debate assinalando para a necessidade de maior inserção do campesinato nas relações capitalistas, daí expondo duas frentes importantes de debate. A primeira que indica maior autonomia a essa classe e uma segunda, a dos defensores da ideia de capitalismo agrário, que defendem maior imbricação dos camponeses aos moldes capitalistas.

### **2.3 A Questão Agrária no Brasil**

Nos últimos anos a expressão “questão agrária” tem sido usada na geografia para explicar como a sociedade vai se apropriando do principal bem da natureza; a terra, como vai ocorrendo sua ocupação, apropriação, assim como o conjunto das relações sociais que se desenvolvem no campo (Stédile, 2011). Por isso, na sequência do texto trataremos como se origina a propriedade privada no Brasil, bem como os usos da terra no nosso país.

Desde o início da colonização foi sendo produzida uma questão agrária no Brasil, pois a apropriação da natureza, espectro da acumulação primitiva do capital, conforme expusemos, condicionou o desenvolvimento do capitalismo europeu, como Stédile enfatizou:

Com a invasão dos europeus, a organização da produção e a apropriação dos bens da natureza aqui existentes estiveram sob a égide das leis do capitalismo mercantil que caracterizava o período histórico já dominante na Europa. Tudo era transformado em mercadoria. Todas as atividades produtivas e extrativistas visavam lucro. E tudo era enviado à metrópole europeia, como forma de realização e de acumulação capital. (IBID p.20)

Quando foi estabelecido o regime de capitanias hereditárias, o objetivo era colonizar as terras, ter controle e não ter gastos, como Borges explica: os donatários arcariam com os custos e seriam subservientes às ordens da coroa.

O regime de capitanias marca ainda a dominação dos povos indígenas, que originalmente eram os donos do território e tinham dinâmicas de reprodução social estritamente diferenciadas dos colonizadores que já se encontravam no capitalismo mercantil.

Com a instituição das capitanias hereditárias, a coroa portuguesa alcançava duplo objetivo: garantir a posse e colonização das terras recém-descobertas e livrar-se das despesas dessa mesma colonização, ao mesmo tempo em que lançava as bases de novas fontes de renda. (IBID, 2011, p. 259).

No processo de ocupação e colonização do Brasil, o monopólio da terra, se dava via distribuição de grandes extensões do território nacional aos senhores portugueses, ao mesmo tempo em que eram espoliadas e expulsas as populações indígenas. Ou seja, ao tempo em que as terras se concentravam em poucos donos, os indígenas que iam sendo expropriados afastados do meio essencial de produção e reprodução social, iam também sendo escravizados, como prática da acumulação primitiva.

O abolicionismo como movimento que pretendia findar a escravização dos povos, é um processo que se inicia na passagem do século XVIII para o XIX. No Brasil ele se deflagra por meio de diversos movimentos populares com caráter abolicionista, mas sobretudo, é o conjunto das leis que vão encerrar no plano oficial o escravismo. Entre 1850 a 1888, outras leis, ao mesmo tempo ajudam a retardar o fim da escravidão e beneficiam o dono dos escravos. Uma delas é a Lei do Ventre-livre, promulgada em 1871, que permitia a libertação dos filhos dos escravos, mediante indenizações ao proprietário ou algumas restrições, que garantia a exploração do trabalho. Já a Lei do Sexagenário, de 1885, permitia libertação dos escravos com mais de 60 anos, estes por vezes não conseguiam mais trabalhar e eram libertos para viverem vagando, sem destino, já que não possuíam dinheiro para comprar nenhuma propriedade e não tinham serventia para os escravocratas.

Simultaneamente, a lei de terras de 1850, é aprovada de modo proposital, para tornar a terra mercadoria, propriedade privada, porque o abolicionismo poderia implicar uma possibilidade dos ex-escravos se tornarem proprietários e

terem acesso à terra, já que nada possuíam e não recebiam nenhuma remuneração, como caracteriza Stédile:

Sua característica principal é, pela primeira vez, implantar no Brasil a propriedade privada das terras. Ou seja, a lei proporciona fundamento jurídico à transformação da terra – que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política – em mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto, a ter preço. A lei normatizou, então, a propriedade privada da terra.  
(IBID, 2011, p 22)

Com o fim do regime de sesmarias em 1822, há um processo de apossamento muito intenso entre aquele ano e 1850. Muitos latifundiários fizeram as grilagens, se apropriaram de terras devolutas, territórios indígenas e de povos originários. Com a lei de terras, estes fazendeiros criaram seus títulos de propriedade, se aproveitando do fim do regime de sesmarias, das terras que ficaram “livres”. Puderam se apropriar de mais e mais e só depois conseguiram fazer os documentos, por isso o agravamento da questão agrária. A concentração de terras se deu mediante apropriação por proprietários que já tinham muita terra.

Nesse período podemos ver uma intensificação de um problema agrário, que caracterizamos como questão agrária no Brasil. Os ex-escravos, liberados sem nenhuma indenização, passaram a constituir a força de trabalho para serem explorados por fazendeiros, em uma relação de trabalho injusta, via trabalho semiescravo, apesar da abolição. Além da formação de um mercado de trabalho urbano, já que estes escravos libertos não acessariam a terra, por ela ser mercadoria, cuja posse só se daria mediante a compra e venda.

No século XX, o Brasil apresentava uma concentração de terras “gritante”, mas a entrada do Estado com as políticas públicas poderia permitir o processo de fragmentação e distribuição dessas terras.

Por sua vez, o Estado aparece forte em relação à promoção de alterações no campo, com a “modernização dolorosa e conservadora” e o pacote da Revolução Verde, a partir da década de 1960, que vão garantir o acesso ao financiamento para os grandes proprietários.

O Estado viabilizou a Revolução Verde, como modelo aplicado após a Segunda Guerra Mundial sob a hegemonia dos Estados Unidos, com a disseminação de novas funções da agricultura na economia, e o aprofundamento das relações técnicas, incentivos de crédito na agricultura empresarial, mediando a adoção desses pacotes tecnológicos, com volumosas subvenções financeiras. A produção agrícola não dependia mais das condições naturais, pois a produção era fornecida no tempo do capital com inserção de tecnologias, pautadas no discurso de modernização do campo. (DELGADO 1986). Quando a Revolução Verde invadiu o cenário nacional, um dos seus discursos era acabar com a fome, já que teríamos alta produtividade; as empresas monopolistas sujeitaram os povos do campo a uma nova lógica de produção, em que os alimentos não eram para quem produzia, mas para quem poderia pagar por eles.

Dentro desse cenário se espacializava o processo de territorialização do capital no campo, em que atuam simultaneamente, o controle da propriedade privada da terra através da compra, arrendamentos e grande produção pelas grandes cadeias agroindustriais. A territorialização também envolve: controlar a produção agroindustrial, determinar quando e como os commodities devem ser plantados e colhidos, centralizar os investimentos em pesquisas científicas para descoberta de sementes e garantir que as colheitas usem máquinas que substituam maior parte do trabalho humano no campo.

Ocorre também a monopolização do território, quando as empresas agroindustriais, mesmo sem a propriedade da terra e sem produzir no campo, controlam a comercialização e o processo industrial através de mecanismos de subordinação dos camponeses. Vendem os insumos agrícolas, instigam o uso, vendem os agrotóxicos e elevam a circulação de produtos para o âmbito global, afinal a aliança entre Estado, proprietários fundiários e capitalistas, se firma na burguesia nacional que é responsável pela produção, enquanto a burguesia internacional desenvolve a circulação.

Monopolização e territorialização acontecem simultaneamente e sua conciliação resulta em mais exploração do trabalho, na acumulação, concentração da renda fundiária e da terra, e no rentismo capitalista, produzindo contraditoriamente, expropriados que engordam os Movimentos Sociais camponeses.

Nesse cenário, os camponeses foram os principais prejudicados pois continuavam sem crédito e sem assistência técnica. Até este momento, todos os acontecimentos vieram facilitar a concentração fundiária e inviabilizar o desenvolvimento do campesinato. O Estado, ao financiar o latifúndio, vai expondo sua faceta de privilégio para o grande proprietário. O pequeno sai no prejuízo, sujeito inclusive a perder sua propriedade, porque não consegue competir, e vai morar nas favelas urbanas.

A modernização trouxe um pacto agrário tecnicamente modernizante e socialmente conservador, porque foi simultâneo à integração entre indústria e agricultura, além de fortalecer as oligarquias rurais vinculadas ao latifúndio, trouxe vantagens para grande propriedade com linhas de apoio, desonerações de imposto de renda e do imposto territorial rural. Em consonância, Conceição (2013), analisa que tal desenvolvimento dessa modernização acarretou em expropriação de milhares de famílias camponesas, intensificação do desemprego, precarização do trabalho e induziu as relações de trabalho escravo. A lógica do capital transformou o agronegócio na mina de ouro das grandes corporações, trouxe retorno rápido para os donos dos meios de produção, e em contrapartida, produziu e intensificou a pobreza e a violência no campo. Para Oliveira (2007), a modernização da agricultura veio acompanhada da crescente concentração fundiária, os camponeses foram expulsos do campo e impedidos de ter o acesso à terra, e passaram a contestar a estrutura fundiária vigente.

Esse panorama expõe algumas das condições históricas responsáveis pela formatação do que chamamos de questão agrária brasileira. Os elementos que compõem e explicam a questão agrária brasileira, vão desde a estrutura fundiária concentrada, as relações de trabalho injustas, a ausência de leis trabalhistas no campo, a aposentadoria rural, a falta de políticas públicas para o camponês, o fundo público destinado aos grandes proprietários via políticas agrícolas, que facilitaram a expansão da Revolução Verde, mediante a expansão da produtividade agrícola. Como produto das contradições emanadas do processo descrito, emergem os Movimentos Sociais Camponeses.

Para o conjunto desses movimentos, a questão agrária é caracterizada como um problema a ser resolvido, e uma das alternativas é via reforma agrária.

Os alarmantes índices de concentração fundiária, após séculos de escravidão e latifúndio, impõem uma necessária distribuição de terras, única forma possível de assegurar equidade social.

Com a Revolução verde, estávamos vivendo um retrocesso social e ideológico, já que a questão agrária estava sendo mascarada, revestida por uma “modernização conservadora”.

As alterações políticas e econômicas do pós ditadura, não reverberaram na consolidação da reforma agrária pelo Estado, que, a partir dos anos de 1990, implementa as políticas neoliberais viabilizando a entrada de capital estrangeiro, e beneficiando o processo de financeirização da agricultura, os investimentos na exportação de commodities e a ênfase em maior inserção tecnológica no campo, inclusive para parte do campesinato, com fortes rebatimentos para essa classe social e para a manutenção e até aprofundamento da sua subordinação às relações capitalistas e para concentração da propriedade privada da terra (DELGADO, 1986).

A questão agrária foi metamorfoseada para atender aos interesses da burguesia e não dos trabalhadores, que não tem um pedaço de chão para sobreviver. Nessa relação o Estado que antes se apresentava como mínimo, para os mais pobres e vulneráveis, mas estava a serviço daqueles que se consideram patrocinadores do desenvolvimento da agricultura, por isso sua integração com a economia industrial e com o setor externo, foi sob forte mediação financeira do setor público.

José Graziano da Silva (1981, p. 29), em sua obra clássica “a modernização dolorosa”, coloca que “o processo de modernização acompanhou as unidades de produção maiores e conseqüentemente fragilizou a distribuição de renda no setor agrícola”. Mas o discurso ilusório, a princípio, era de que a modernização resolveria os problemas supracitados, ao invés de agravá-los:

Aí vem a solução mágica: vamos modernizar a agricultura! Só com o aumento da *produtividade* é que teremos boas rendas; daí se poderem pagar maiores salários e dar mais emprego! E então aparecem as formulações de políticas e seus instrumentos para acelerar a modernização. Um dos mais importantes, ou

pelo ao menos aquele sobre o qual se tem dado grande ênfase é o crédito rural, que parece de sucesso pouco provável (IBID).

Para esse autor, o discurso da modernização, aparece em um debate que traz a visão dualista, entre indústria e agricultura, em que a industrialização foi colocada como solução milagrosa para o desenvolvimento econômico, enquanto a agricultura foi tida como responsável por inibir o desenvolvimento, ou seja, com a eliminação das formas arcaicas de produzir na agricultura e com a sua tecnificação haveria o aumento da economia e os países de base agrícola teriam chance de ascenderem economicamente.

Ao ler como o espaço agrário foi sendo produzido no Brasil e analisar as contradições apresentadas, é possível constatar o entrelaçamento entre a falaciosa modernização e a produção da pobreza, com a acentuação das desigualdades, maior concentração de terras, expropriação dos povos que não conseguiram atingir os patamares de modernização desejados e ficaram endividados.

No campo, foram difundidas as relações assalariadas e para os que permaneceram com seu pedaço de chão, a terra, o trabalho não-assalariado foi adaptado às estratégias de reprodução do capital. A expropriação, a exclusão e a mobilidade passaram à rotina dos camponeses e trabalhadores do campo. Houve uma concentração de terras e de renda imposta pela divisão do trabalho no campo e na cidade, uma especialização do tipo de produto, produção e do trabalho. Foi o uso das tecnologias instrumentalizadas pelo Estado que permitiu o controle do processo produtivo e de trabalho para acumulação de capital, privilegiou as culturas modernas de exportação em detrimento das culturas de subsistência. (OLIVEIRA, 2007, p.83)

Por isso, a reforma agrária continuou fora dos objetivos do Estado, desde as transformações iniciadas na década de 1960. A pauta apresentada foi sempre estritamente econômica, tratando de uma política agrícola, sem mudança para as terras e a maximização da renda fundiária. (DELGADO 1986).

Ariovaldo Umbelino de Oliveira em seu consagrado livro “A mundialização da agricultura brasileira”, analisa as transformações sociais e econômicas que aconteceram no Brasil a partir da mundialização do capital. Processos que destacam alianças, fusões e aquisições, que formaram os monopólios e

oligopólios e garantiram a cartelização das mercadorias produzidas tanto no campo, quanto na cidade, com repercussão nas alarmantes taxas de desemprego, privatização de empresas estatais e desmonte das políticas sociais.

Arnaldo Bartra Vergés, no livro “Os novos camponeses”, explica que os camponeses foram lançados na política neoliberal agrícola, com o intuito de melhorar a produção, as condições de vida e transitar pela estrutura fundiária, mas foi priorizado o agronegócio e a especulação do mercado positivamente na economia.

Esse quadro acentua-se com a crise do Estado da década de 1980, como resultado da crise estrutural do capital, que conduz ao projeto neoliberal para a agricultura, assim como para toda a vida econômica e social do país. Observa-se na década de 1990, a intensificação do avanço neoliberal no Brasil, em que o Estado se exime de responsabilidades sociais e econômicas, no sentido de credor direto, inclusive nas atividades agropecuárias, e proporciona a “liberdade econômica”, provocando o aumento da participação de conglomerados estrangeiros em vários setores do agronegócio. Desta feita, o agronegócio apresenta-se como decorrente da modernização da agricultura e em face neoliberal mais intensa, como responsável pela expansão de capital no campo brasileiro, trazendo consequências direta para o mundo do trabalho.

A espacialização da agricultura capitalista, sobretudo no pós 1990, anuncia características próprias e demarcadas, com ampla articulação de capitais, controlado por grupos econômicos multinacionais, que objetivam a extração da mais-valia, em que os capitais têm ampla liberdade de circulação, controle das técnicas, tecnologias e disseminação de informações para construir um ideário social positivo. A fusão entre o apoio público e privado, é representado principalmente pelos acordos e garantias que o Estado e o Setor Jurídico usam para privilegiar ações que garantam a execução inabalável do agronegócio, que se faz presente em todos os setores da economia, desde o primário ao terciário, para concentrar, controlar e centralizar capital (CAMPOS, 2011).

Nesse processo de concentração de capital, temos o fortalecimento do latifúndio, que se intensifica diante do agronegócio, e como afirma Eduardo

Galeano (2017, p.181), no livro *As Veias Abertas da América Latina*, “o latifúndio multiplica as bocas e não os pães”, pois escancara a extrema concentração fundiária, desperdiça força de trabalho e terras que são ocupadas por grandes extensões de monocultivos (*commodities*) destinados à exportação, com o tempo de produção regido pelo capital, que ao invés de ajudar os solos, o esteriliza e o envenena, para ganhar o máximo em um período mínimo de tempo.

Exportamos produtos ou exportamos solos e subsolos? Salvavidas de chumbo em nome da modernização e do progresso, os bosques industriais, as explorações minerais e as plantações gigantescas arrasam os bosques naturais, envenenam a terra, esgotam a água e aniquilam pequenos plantios e as hortas familiares. Essas empresas todo-poderosas, altamente modernizadas, prometem mil empregos, mas ocupam bem poucos braços. Talvez elas bendigam as agências de publicidade e os meios de comunicação que difundem suas mentiras, mas amaldiçoam os camponeses pobres. Os expulsos das terras, vegetam nos subúrbios das grandes cidades, tentando consumir o que antes produziam. O êxodo rural é agrária reforma: A reforma agrária ao contrário (IBID, p.06).

As análises apontam que o agronegócio está atrelado a função unicamente econômica, e por isso negligência a vida, e usa de artimanhas diversas para dominar e se apropriar de todos os meios que garantam o lucro e se apoia em recursos e condições políticas e jurídicas favoráveis às suas atividades. O apoio entre Estado e Capital, para fortalecer o agronegócio está vinculado ao latifúndio, sua expansão se destaca no processo de concentração e reconcentração da propriedade. O coeficiente de Gini apresentado pelo IBGE, entre 1985 a 2017 nos possibilita fazer tal afirmativa, pois em 1985 o coeficiente de Gini da área total dos estabelecimentos agropecuários no Brasil era de 0,858; em 1995 o indicador sofre uma pequena redução para 0,857, mas em 2006 o índice volta a aumentar e fica em 0,865, e em 2017 o Índice de Gini continua aumentando para 0,866, podemos considerar que não houve mudança estrutural benéfica para o desenvolvimento social e a propriedade fundiária se mantém firme, forte e concentrada.

Para o capital, a expansão do agronegócio representa formas de controlar a produção no campo, para os trabalhadores e camponeses maiores dificuldades de se manter na terra, seja por conta da expansão de maquinários industriais poupadores

da força de trabalho (mas que ao mesmo tempo garante o aumento da produtividade do trabalho), seja por se expandir sobre as terras camponesas, via processos de expropriação, ou de sujeição de sua renda, quando os mesmos são levados a produzir aquilo que o mercado define. Mas, tal processo não se estabelece sem contradições. (SOUZA, CONCEIÇÃO, 2019, p. 62)

O processo de apropriação da terra, no cenário do pós Revolução Verde e de forma ainda mais imbricada com a água, a partir da corrida do agronegócio, no pós 1990, é um dado marcante. A compreensão do agronegócio de que depende diretamente do controle deste bem natural para sua reprodução, mostrou-se mais voraz nesses tempos em virtude do agravamento da questão ambiental, que corroborou para levar esse setor a atacar mais diretamente as áreas de mananciais, mostrando como esses recursos naturais, bens sociais, são inseparáveis e, do ponto de vista do agronegócio, precisam ser apropriados. Como analisa Marx (2017, p. 676), “para não omitir nada, devemos notar que, quando nos referimos ao solo, incluímos também a água, etc, na medida em que ele tenha um proprietário e se apresente como acessório do solo”. Dessa forma, entendemos que terra e água estão consorciadas e são controladas pelo capital, da seguinte forma, como apresenta Tomaz Junior (2010):

[...] Dispor de terra e água, mais ainda, controlá-las, possibilita ao capital condições para a prática da irrigação, o que reforça e intensifica a expansão territorial sobre as melhores terras para fins produtivos. Ou seja, o acesso às terras, seja pela titularidade (legal ou grilada), seja por meio de contratos de arrendamento etc., é a garantia que o capital, identificado como agronegócio (grandes grupos econômicos nacionais e transnacionais), requer para reproduzir-se e apropriar-se dos meios de produção e controlar o tecido social, mediante o acionamento dos dispositivos das esferas da produção, da circulação, da distribuição, do consumo, bem como especulativos. (IBID, p. 97)

Terra e água são tratadas como valores de troca, tendo sentido puramente de mercadoria, para o capital, se evade cada vez mais do valor de uso, sendo adquirido apenas através da compra, sua interação tem visibilizado o quão desvantajoso é para o campesinato, competir com grandes empresas que estão vinculadas ao domínio, controle e consolidação do agrohidronegócio, como vem explicando Tomaz Junior (2010):

A interação entre terra e água não está somente para o capital, por meio de suas diferentes formas de expressão e espalhamento (de sistemas produtivos, de grandes extensões de terras cultivadas e acionadas por pivôs-centrais, represas, de canais de irrigação etc.), mas também para os trabalhadores, para os camponeses. No entanto, o cenário lhes é desfavorável, ou seja, estes, desprovidos ou com poucos recursos próprios e desprivilegiados das políticas públicas específicas para correção de solo, plantio, comercialização, irrigação, ou ameaçados e atingidos pelo processo de expansão do capital no campo, da mesma forma aqueles que estão submetidos aos mecanismos de exploração do trabalho, ou ainda as parcelas minoritárias que estão envolvidas em ações de resistência e reivindicam acesso à terra - e em menor medida acesso a água -, para produzir alimentos para subsistência e comercialização. (IBID, p.98)

O que se concretizou com esse controle dos bens naturais terra e água foi o processo de exploração capitalista que enfraquece a economia camponesa, leva à venda de suas terras, e a mobilidade do camponês para a cidade, por vezes é um caminho irreversível.

A maioria encontrou uma política agrária neoliberal a oportunidade de transitar..., mas pelas filas dos camponeses arruinados. Um setor dos outrora otimista “médios” arrendou suas terras, enquanto outro setor partiu para o milho de autoconsumo e para o trabalho assalariado, ao mesmo tempo que guarda dinheiro para empreender sua viagem a terra prometida além fronteiras. (TOMAZ JUNIOR, 2010, p.73)

Os alimentos essenciais sofreram desvalorização, e a soberania alimentar foi trocada, no plano discursivo, pela segurança alimentar, que também aparece esvaziada de conteúdo no contexto de aprofundamento deliberado e estratégico do uso de agrotóxicos (figura 01).

**Figura 01: Dispersão de agrotóxico no campo brasileiro.**



Fonte: CICLO VIVO, 2021<sup>3</sup>.

O Atlas “Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia”, da geógrafa Larissa Bombardi (2017, p.30), destaca que “a agricultura capitalista vem acompanhada de um recrudescimento da concentração fundiária brasileira”, em meio a essa agricultura, abordamos o uso excessivo de agrotóxicos. O Brasil é um dos países que mais utiliza, por isso, a liberação de 493<sup>4</sup> agrotóxicos no ano de 2020, no qual centenas desses, são proibidos na União Europeia, mais precisamente 149 agrotóxicos e a proibição é devido aos prejuízos danosos para a natureza e saúde humana.

A permissibilidade no uso de agrotóxico não está só na quantidade vendida, liberada e usada nas plantações, mas no modo como é aplicado (figura 2), mostra a pulverização aérea de agrotóxicos, Bombardi (2017) indica que desde 2009 essa prática é proibida na União Europeia, enquanto no Brasil é recorrente, é uma prática caracterizada como “deriva” já que não atinge o ponto-alvo que seria a plantação em específico, pois o vento espalha o veneno para todos os lados e atinge diretamente a população em geral, canais de rios e criações de animais. Os Movimentos Sociais tem lutado arduamente pela

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://ciclovivo.com.br/vida-ustentavel/alimentacao/agrotoxicos-podem-aumentar-vulnerabilidade-a-covid-19/> Acesso em: jan. 2021.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2021/01/14/numero-de-agrotoxicos-registrados-em-2020-e-o-mais-alto-da-serie-historica-maioria-e-produto-generico.ghtml>

proibição da pulverização já que esse método atinge deliberadamente inúmeras pessoas e animais, causando morte ou sequelas gravíssimas para os atingidos.

### **Figura 02 - Pulverização aérea de agrotóxicos**

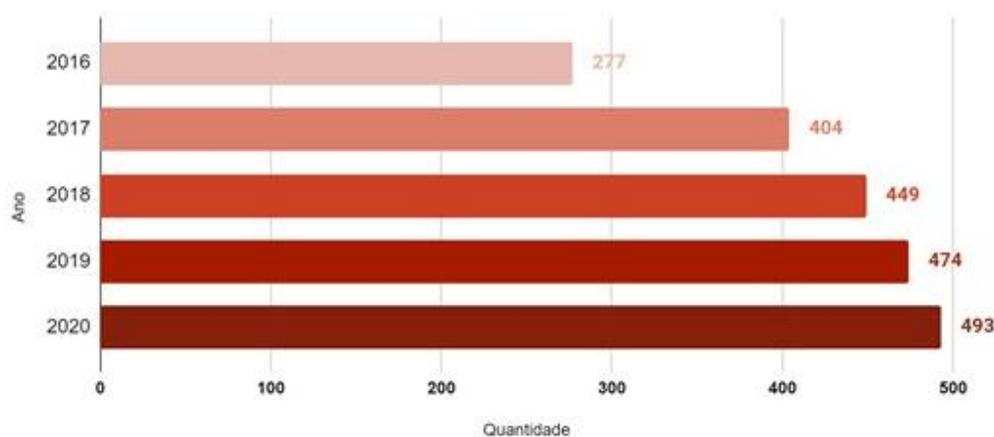


Fonte: FASE, 2021<sup>5</sup>.

Bombardi (2017, p. 59) analisa que o Estado é um dos órgãos mais condizentes com o uso de agrotóxico no Brasil, “o Estado tem atuado de forma a subvencionar o capital. E neste jogo contraditório de interesses entre, por exemplo, a indústria de agroquímicos e a agricultura capitalista, podemos verificar a atuação do Estado subvencionando ambos”. Como apresentaremos a partir das reportagens que abordam a liberação exacerbada de mais de 400 tipos de agrotóxicos em menos de 12 meses, durante o governo de Michel Temer. Como mostra no gráfico abaixo:

---

<sup>5</sup> Disponível em : <https://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/movimento-pede-fim-de-pulverizacao-aerea-de-agrotoxicos/>. Acesso em: jan 2021

**Gráfico 01 – Número de agrotóxicos registrado no Brasil:**

Fonte: Ministério da Agricultura  
Elaboração: SANTOS, Camila Silva.

Michel Temer começou a ocupar o cargo de presidente em agosto de 2016 após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, nesse ano ele liberou 277 agrotóxicos e em 2017 e 2018 liberou respectivamente 404 e 449 tipos de agrotóxicos, esse é claramente um governo movido pelos interesses do capital, e que não tem acordo nenhum com os Movimentos Sociais, assim como o governo atual de Jair Bolsonaro que atingiu o recorde de maior liberação de agrotóxicos no Brasil, pois nos anos de 2019 e 2020 foram respectivamente 474 e 493 agrotóxicos liberados que são altamente nocivos à saúde de qualquer espécie. Esses são governos diretamente vinculados ao fortalecimento do agronegócio bem como da manutenção da propriedade privada da terra.

Nesse ínterim, destacamos que a terra é uma das mercadorias mais preciosas que possuímos, é dela que colhemos o que comemos, de onde construímos nossa morada, e nos realizamos em nossas necessidades básicas como seres humanos, por isso o capitalismo em seu processo de acumulação usa de meios lícitos e ilícitos para o controle da propriedade privada da terra.

## 2.4 A negação da Reforma Agrária como política de Estado

Em meio às mudanças técnicas que aconteceram no campo, uma parte da sociedade que se via injustiçada com a negação do acesso à terra, foi se firmando e ganhando força. Os Movimentos Sociais se constituíram nessa força. O principal deles, é o Movimento dos trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

Sem-Terra (MST), o qual tem se consolidado e cobrado ao Estado a efetivação dos preceitos que regem a Constituição Federal de 1988, ao exigir que se cumpra a função social da terra<sup>6</sup>. Sendo passivas de reforma agrária as terras improdutivas, processo que pouco se efetiva em função do Estado não se preocupar em resolver os problemas sociais e continuar alimentando a ganância do capital.

De acordo com Delgado (1986), formou-se uma antinomia entre reforma agrária versus modernização técnica, e dentro da política macroeconômica, o que prevalece é a modernização, por isso o autor coloca que a política adotada pelo pacto entre Estado e latifundiários, buscava o fortalecimento da grande propriedade, das agroindústrias e da exportação com finalidade de favorecer o comércio internacional.

Ela implica relançamento de uma política agrícola de máxima prioridade ao agronegócio, sem mudança na estrutura agrária. Isso reforça as estratégias privadas de maximização da renda fundiária e especulação do mercado de terras. Este arranjo da economia é altamente adverso ao movimento da reforma agrária e as políticas alternativas do desenvolvimento pela via campestre. (IBID, p.51)

O autor supra mencionado, observa que Delfin Neto (ex-ministro de Estado no período da ditadura militar) é um dos que negam a existência da questão agrária, pois suas análises estão restritas apenas ao desenvolvimento da agricultura na economia, por isso propõe uma modernização sem reforma, ou seja, uma modernização conservadora, que agrava o problema da concentração fundiária.

O argumento chave desse grupo conservador, ao negar a existência da questão agrária é considerar a estrutura fundiária e as questões de trabalho prevaletentes no meio rural como problema econômico irrelevante, visto que

---

6 A função social da terra está prevista na Constituição Federal de 1988, que contempla no seu Art. 2º, § 1º a seguinte explicação: A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam.

com essa estrutura agrária têm sido adequadamente cumpridas as funções da agricultura e provocado desenvolvimento econômico, a saber: Delgado enumera as 5 funções da agricultura para desenvolver a economia, com base em estudos dos conservadores que debatiam o seu papel já durante a ditadura militar:

I) Liberar mão-de-obra para a indústria; II) gerar oferta adequada de alimentos; III) suprir matérias-primas para indústrias; IV) elevar as exportações agrícolas; V) transferir renda real para o setor urbano. Assim, somente se reconheceria problemas ali onde algumas das funções não estivessem sendo sistemática e adequadamente atendidas. (IBID,1986, p. 56)

Pode-se afirmar, que a questão agrária ficou na agenda oficial para promover a produção e aumento da produtividade na agricultura, sendo influenciada pela demanda urbana e externa em processo de acelerado crescimento. Stédile (2011), apresenta qual foi o intuito da modernização via política de Estado.

Foi um processo de modernização capitalista da grande propriedade rural e, em relação ao surgimento dos camponeses, é o período histórico em que eles são induzidos a se vincular totalmente às regras do mercado e a se integrar à indústria. (IBID, p.29)

A contradição da modernização, foi justamente suscitar a organização de movimentos a partir das comunidades eclesiais de base das pastorais sociais, para ocuparem as grandes propriedades improdutivas. Dessa forma, nasceram as ocupações de terra pelos movimentos dos Sem-Terra, que depois, em 1984/5, unificaram-se formando o MST. Portanto, a modernização da agricultura excludente em sua essência, gerou o seu oposto, a luta dos camponeses Sem-Terra do Brasil pelo acesso à terra. As desigualdades geradas e intensificadas no período do governo militar, provocaram a ascensão de movimentos que lutaram e lutam pela reforma agrária.

No período da ditadura, o debate da questão agrária foi sufocado. E mesmo com o seu fim, a agricultura capitalista, hoje mais conhecida como agronegócio estava na pauta da economia interna e externa, já a distribuição de terras tinha sido “esquecida”.

A agricultura dita moderna passa a padronizar as formas de produção de alimentos e o que produzir, a oferta de emprego foi bastante restrita, por conta da inserção tecnológica. As alterações nas formas e padrões de produção se expandiram retirando terras de muitos camponeses, concentrando áreas nas mãos de latifundiários, desempregando os trabalhadores do campo e estes para sobreviverem, buscaram trabalho informal, resultando em índices alarmantes de desocupação no campo.

Como analisado por Oliveira (2007), a expropriação estava na porta dos camponeses todos os dias, a modernização enfeitiçou muitos trabalhadores que não conseguiram obter êxito, já que os financiamentos buscavam privilegiar as grandes propriedades, por isso adquiriram dívidas. Nesse quadro, questiona-se como os camponeses conseguiram quitar suas dívidas? Será que foram obrigados a vender suas terras? Deram abertura para o mercado imobiliário como a expansão das chácaras, por exemplo?

Depois do boom da produção de laranja no Brasil e em particular na área de estudo, no Centro-Sul de Sergipe, em especial no município de Lagarto, houve uma crise que decorreu de pragas e doenças que afetou os laranjais e como impacto direto, os camponeses foram os mais prejudicados, como abordado a seguir: “o endividamento junto às instituições financeiras e a baixa produção fizeram com que muitos perdessem ou vendessem suas terras, migrassem, ou se tornassem trabalhadores temporários e assalariados”. (Oliveira 2007, p.94).

Uma outra questão que causou o endividamento dos camponeses, foi a reforma agrária de mercado, defendida e implementada por Fernando Henrique Cardoso a partir de 1990 e difundida nos estados brasileiros por seus governadores. Na contra mão do que se esperava do Estado, como produto das lutas sociais, os objetivos dessa reforma, a partir das análises de Ramos Filho (2008), eram: retirar do Estado a centralidade de cumprir a função social da terra; transferir para o Banco Mundial a realização da reforma mediante financiamentos; acalmar os ânimos dos Movimentos Sociais que lutam por terra; diminuir as pressões populares; garantir a concentração pelo latifúndio e subordinar a renda da terra desde o primeiro instante que tem acesso. Pois, as famílias pobres, com terra e endividadas foram inseridas nesse processo devido

aos discursos de inserção do campesinato no mercado, afim de modernizar-se, mas o resultado da reforma foi:

Ao mesmo tempo em que o Banco Mundial proclama um crescente acesso à terra, pelos pobres rurais, por intermédio do crédito fundiário, encoraja políticas macroeconômicas que ameaçam sua viabilidade econômica. A liberalização do comércio, os cortes nos subsídios aos produtores de alimentos, a privatização do crédito, a promoção excessiva da exportação, e a pesquisa de tecnologias caras, como a engenharia genética, afetam os pequenos produtores, causando sua falência, a venda em massa de suas terras, o aumento dos trabalhadores sem-terra, a concentração fundiária, a degradação ambiental, e a migração rural-urbana. (RAMOS FILHO, 2008, p. 264)

As propostas de modernização vieram com a lacuna da reforma agrária e pautadas no discurso de desenvolvimento, aqui entendido a partir das análises de Lisboa & Conceição (2007), Campos (2011) e Gomez (2002). Para esses autores, desde a modernização conservadora dos militares, privilegiou-se a inserção internacional fundada em operações que se realizaram dissociadas das demandas internas, no processo de homogeneizar as relações heterogêneas, já que a geração de maior excedente econômico não condiz com a distribuição e nem com a diminuição da pobreza. Em relação ao cenário de neoliberalismo, de acordo com Lisboa & Conceição (IBID), as políticas públicas vieram potencializar a centralização de capital.

Na prática, as políticas públicas enquanto ações direcionadas para modificar uma determinada realidade territorial, têm de um lado, a população sendo convidada a definir prioridades, e do outro, as decisões relacionadas a recursos ainda fortemente concentradas. (IBID, p.122)

Como desdobramentos, os conflitos de classes dão-se porque a classe que controla os meios de produção apropria-se de condições de sobrevivência da classe trabalhadora e as tornam escassas, num contexto de exploração de todos os recursos de modo destrutível, que alimenta o capitalismo, como o agronegócio, agrohidronegócio e as próprias leis regidas pelo Estado brasileiro. Destaca-se nesse panorama, de modo a aprofundar a questão agrária

discutimos a Medida Provisória (MP) 910/2019<sup>7</sup> intitulada como Regularização fundiária, que prevê:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas de domínio da União ou do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, por meio da alienação e da concessão de direito real de uso de imóveis.”

Aparentemente essa é uma medida provisória preocupada com a regularização fundiária, mas como analisa Marx (IBID), *se a aparência e a essência das coisas coincidissem, a ciência seria desnecessária*, então irei apresentar alguns pontos que estão intrínsecos a essência dessa MP:

1º: Já existem duas leis de regularização fundiária que são: a LEI Nº 11.952, DE 25 DE JUNHO DE 2009<sup>8</sup> e a [LEI Nº 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017](#)<sup>9</sup> ambas fazem parte da legislação e é constitucionalmente possível de regularização de imóveis com até 4 Módulos Fiscais, com vistoria presencial e garante meios possíveis para o controle ambiental.

2º: O debate da reforma agrária está distante da regularização fundiária, pois nessa MP tem objetivos opostos, que não estão alinhados por essa MP 910/2019 que privilegia uma sociedade diminuta, por isso não tem o apoio dos Movimentos Sociais que lutam pelo acesso à terra. Inclusive não regulariza terras indígenas, acampamentos e nem unidade de conservação, apenas unidades particulares.

3º: A regularização dá-se por sensoriamento remoto, sem vistoria presencial e mediante apresentação de qualquer documento, que pode ser disponibilizado ilegalmente, como comumente no Brasil. Ou seja, a dispensa da vistoria, dispensa também a legitimação dos conflitantes, pois de acordo com Acácio Briozo da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)<sup>10</sup>, serão

---

<sup>7</sup> Íntegra da medida provisória, disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv910.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv910.htm)

<sup>8</sup><https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-11952-25-junho-2009-589064-normaatuizada-pl.pdf>

<sup>9</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm)

<sup>10</sup> [https://www.youtube.com/watch?v=Nb87xAK\\_MV0&t=3592s](https://www.youtube.com/watch?v=Nb87xAK_MV0&t=3592s)

entregues provas de uso das áreas pleiteadas de até 15 módulos fiscais que são consideradas médias propriedades pelo INCRA, contudo não há informações cruzadas, para comprovar sua veracidade, por isso, essa é uma medida provisória que garante a legalização da grilagem de terras da União, que são marcadas pelos conflitos, ilegalidades, assassinatos e o trabalho análogo a escravidão, além do crescimento do desmatamento e da instalação de garimpos ilegais que poluem as águas das bacias que abastecem toda a população.

Se essa medida realmente se dirigisse aos povos do campo, as entidades camponesas, quilombolas, indígenas e posseiros, todos estariam a favor e em pleno acordo, mas a preocupação do Estado não é diminuir a concentração fundiária, entregando terra para os mais pobres e muito menos cuidar da natureza.

A bancada ruralista não conseguiu aprovar essa medida provisória por pressão popular, perdeu sua vigência, e foi transformada no projeto de lei PL 2633/2020, que tem condições tão danosas quanto a MP anterior. O contexto de sua elaboração, execução é o pior possível, pois em plena pandemia, no pior momento em que nós brasileiros estamos lutando para vencer um dia de cada vez, fragilizados pelo número de casos e mortes decorrentes da Covid-19, o Estado apropria-se desse momento oportuno para garantir os interesses do capital, como proferiu o então ministro do meio ambiente Ricardo Sales em exercício no ano de 2021 em reunião ministerial:

Alertou os ministros sobre o que considerava ser uma oportunidade trazida pela pandemia da Covid-19: para ele, o governo deveria aproveitar o momento em que o foco da sociedade e da mídia está voltada para o novo coronavírus para mudar regras que podem ser questionadas na Justiça. (informação verbal)<sup>11</sup>

Regras essas que em ordem social são imorais e danosas para a vida dos trabalhadores, mas que não é uma preocupação daqueles que foram escolhidos para representar o povo, como é também o caso do deputado federal eleito Zé Silva, o autor desse projeto de lei, de regularização fundiária, que considera: “se

---

<sup>11</sup>Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>> Acesso em: 20.mai.2021.

o Estado quer combater a grilagem, o desmatamento e a queimada ilegal é permitir que as pessoas tenham o documento (informação verbal)<sup>12</sup>. A preocupação do Estado não é combater a ilegalidade, e sim regularizar através da titulação de terras públicas.

O Projeto de Lei 2633/2020 prevê a legalização de imóveis rurais mediante sensoriamento remoto, sem declaração de confrontante, e o mais contraditório é justamente nesse período de pandemia e de calamidade pública, com o desmonte de entidades responsáveis pela regularização e fiscalização, como é o caso do INCRA, IBAMA, FUNAI, ICMBio<sup>13</sup> que vem sendo desmontados e impedidos de legalizar e titular os assentamentos, terras indígenas e unidades de conservação. Pois, não importa se o campesinato produz alimentos, tem vínculos sociais, políticos, econômicos e culturais, os donos dos meios de produção não estão interessados nisso, mas com o lucro que terão ao explorar essas terras e esses trabalhadores.

As políticas públicas, medidas provisórias e projetos de leis mencionados, são propostos pelo Estado com o discurso de desenvolvimento. Aparentemente parecem ser a melhor opção para inserir os sujeitos no campo, mercado financeiro e melhorar sua qualidade de vida, mas também é uma forma de legitimar a barbárie e justificá-la, porque todos os fatos serão justificados como necessários ao processo de desenvolvimento, seja pelo assassinato de trabalhadores do campo, desobediência às leis ambientais e trabalhistas. Esses fatos tenderão a ser normalizados ou ocultados por quem detém o poder, como necessidade da modernização. As estratégias de desenvolvimento pautadas apenas na economia e negando a realidade e melhoria social, acentuam-se as desigualdades ao centralizar e concentrar o capital e o poder para os donos os meios de produção, que têm mais vantagens no mercado, por serem privilegiados com as isenções e incentivos fiscais.

Esse discurso, vincula o campo ao atraso, e por isso as relações ali existentes devem deixar de existir, logo, precisam ser “modernizadas”, para

---

<sup>12</sup> Reunião técnica sobre o projeto de regularização fundiária (PL 2633/20) – 18/05/20 – 10:01. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=710XpKV8mQY>> Acesso em: 20 de mai. 2021.

<sup>13</sup> Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

justificar a intensificação do agronegócio via latifúndio e a criação de espaços destinados a especulação fundiária.

A expansão das chácaras, arranjo espacial que ocupa a centralidade dessa pesquisa, é produto desse processo.

O Estado é o grande interventor na mediação da relação entre o capital e a classe trabalhadora, os discursos que o regem são “neutros” e “imparciais”, tudo o que acontece tende a ser visto como normal, mas na essência, as decisões são concretas e se destinam a favorecer a própria lógica sócio metabólica do capital. (MÉSZÁROS, 2002).

Desta forma, é possível refletir que o capital veicula o que melhor proporciona lucratividade para os donos dos meios de produção e exclui os camponeses. Conceição (2013), observa que:

Sem condições de resistirem ao agronegócio e permanecerem nas unidades de produção camponesa são obrigadas a se submeterem a expansão do agronegócio, ou mesmo perderem suas terras e tornarem-se andarilhos no ciclo do capital. Entretanto, antes de representar a desconcentração da terra, a modernização da agricultura a política de valorização e acesso à terra tem resultado na expropriação dos pequenos proprietários e na mobilidade do trabalho do campo para a cidade (principalmente internamente) intensificando o processo de urbanização e reproduzindo as desigualdades sociais, a níveis locais e sub-regionais (IBID, p. 85).

A assertiva acima, nos faz refletir sobre os rebatimentos do agronegócio no campo, que tem intensificado a expropriação camponesa e favorecido o mercado de terras no que concerne a venda de propriedades destinadas tanto para o agronegócio, como no caso de parcelas de áreas do entorno do rio Piauí, onde aparece em lotes com grande evidência na produção da pimenta e laranja, bem como para a especulação fundiária, que dão origem às chácaras, elemento marcante deste a década de 1990. Sobre esse último desdobramento, o capítulo que segue nos anuncia algumas versões.

### CAPÍTULO III

## 3. ESPAÇO AGRÁRIO SERGIPANO E A EMERGÊNCIA DAS CHÁCARAS

No capitalismo, o campo ganha funções estratégicas. Todas elas corroboram para o processo de acumulação. Nessa dissertação, vimos o campo sendo abordado como espaço para o recarregamento das energias. O lugar do descanso para voltar ao trabalho motivado e feliz enquanto se é explorado, até porque o fruto da sua exploração garantiu um salário que condicionou uma contemplação financeira, e quando satisfeito, não se questiona a realidade, a sociedade, as desigualdades, pois a tendência é o conformismo e a normalização do anormal.

### 3.1 Sergipe no binômio latifúndio x minifúndio

O Brasil com a influência do processo colonial já analisado no presente trabalho, expõe uma forte concentração de terras, enquanto os trabalhadores lutam para conseguir a terra de trabalho.

Para Oliveira (2011), a má distribuição de terras e a fragmentação dos pequenos estabelecimentos são marcas históricas da nossa formação territorial, intensificados no processo de modernização da agricultura, que causou endividamento de muitos camponeses, levando-os à expulsão e sujeitando-lhes às relações de trabalho assalariado formal e informal. Esse último compoendo hoje a massa de trabalhadores desempregados.

Um dos fatores de venda da força de trabalho por míseros salários é a concentração fundiária que inviabiliza a distribuição e acesso a terra. Um quadro dos Coeficientes de Gini<sup>14</sup>, do Brasil, de Sergipe e de alguns municípios do Centro Sul do estado, a partir dos Censos agropecuários dos anos 1995/96, 2006 e 2017, percebemos que alta concentração fundiária, considerada forte a muito forte. Nesse sentido, Sergipe, assim como o município da pesquisa demonstra

---

<sup>14</sup> O Índice de Gini é um indicador de desigualdade muito utilizado para verificar o grau de concentração da terra e da renda. Varia no intervalo de 0 a 1, significando que quanto mais próximo de 1 maior a concentração de terras e maior é a desigualdade na distribuição, e, quanto mais próximo de zero, menor é a concentração e a desigualdade.

uma concentração fundiária de 0,811, expondo também o controle das terras por poucas famílias (Quadro 01).

**Quadro 01 - Coeficiente de Gini**

	1995/96	2006	2017
<b>Brasil</b>	0,857	0,865	0,866
<b>Sergipe</b>	0,848	0,826	0,811
<b>Lagarto</b>	0,878	0,855	0,832
<b>Boquim</b>	0,846	0,835	0,891
<b>Salgado</b>	0,772	0,808	0,805

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários 1995/96 – 2006. e 2017.  
Organização: SANTOS, Camila Silva.

A partir da análise dos dados apresentados acima, os índices de gini entre os anos de 1995 a 2017 apresentaram uma pequena redução de 0,848 para 0,811, porém se manteve na classificação de forte a muito forte. Mesmo existindo redução para o estado observa-se o parcelamento da terra nos últimos censos agropecuários (1995/96-2006), recorrentes em estabelecimentos de classe de área abaixo de 100 hectares (tabela 01).

**Tabela 01 - Sergipe: Estrutura Fundiária, 1995 – 2006**

Classes (ha)	Censo Agropecuário (1995/96)				Censo Agropecuário (2006)			
	Nº	%	Área (ha)	%	Nº	%	Área (ha)	%
Menos de 10 há	77.618	77,79	174.398	10,24	75.760	75,3	181.314	12,23
10 menos 100 há	18.266	18,31	558.054	32,78	20.055	19,93	564.231	38,06
Menos de 100 há	95.884	96,1	732.452	43,02	95.815	95,24	745.545	50,29
100 menos	3.061	3,07	772.779	45,39	2.464	2,45	584.256	39,41

1000 há								
Mais de 1000 há	113	0,11	197.397	11,59	82	0,08	152.637	10,3
Total	99.774		1.702.628		98.361		1.482.437	

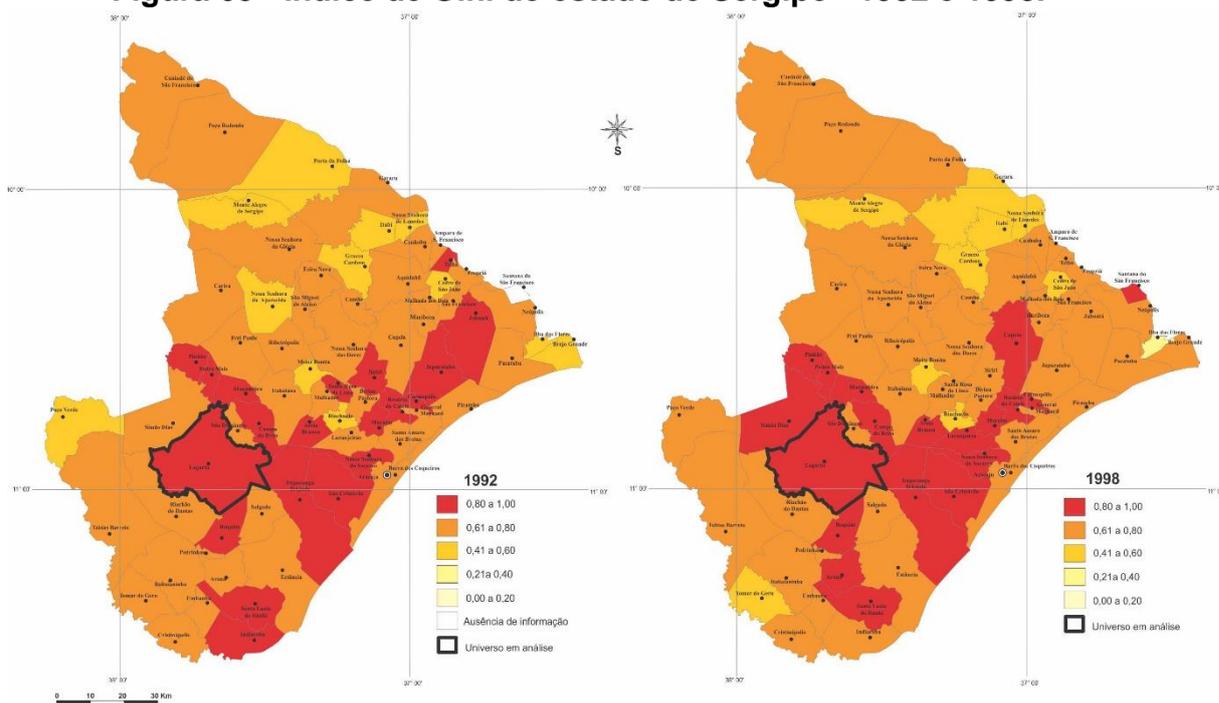
Fonte: IBGE – Censos Agropecuários 1995/96 – 2006.

Organização: SANTOS, Camila Silva 2018.

No Censo de 2006, 95,24% dos estabelecimentos agropecuários sergipanos (95.815) são menores do que 100 há, e ocupavam o total de 50,29% de área, o equivalente a 745.544 hectares. Já o grupo de classe de 100 a mais 1000 hectares, ocupava 49,71% da área total do estado, apesar de representarem apenas 2.546 estabelecimentos, eles detêm o controle de 736.893 hectares.

O cruzamento das informações dos últimos censos revela o caráter concentrador, consequência do processo histórico de uso e ocupação das terras desde os colonizadores portugueses. No entanto, verificando o grau concentrador no grupo de classe acima de 1000 hectares, apenas 0,08% (82) estabelecimentos têm o controle de mais de 152 mil hectares (10,3%) da área total; segundo o Censo de 2006, em média, cada estabelecimento rural possui mais de 1.861 hectares de terras usadas em atividades econômicas, que atendem a produção de commodities para exportação e abastecimento da grande indústria. As alterações em relação à concentração de terras podem ser lidas nas figuras 03 e 04 a seguir, que apresentam a variação pelo índice de Gini. A expansão das chácaras, sua espacialização tem se dado justamente em estabelecimentos onde residiam camponeses.

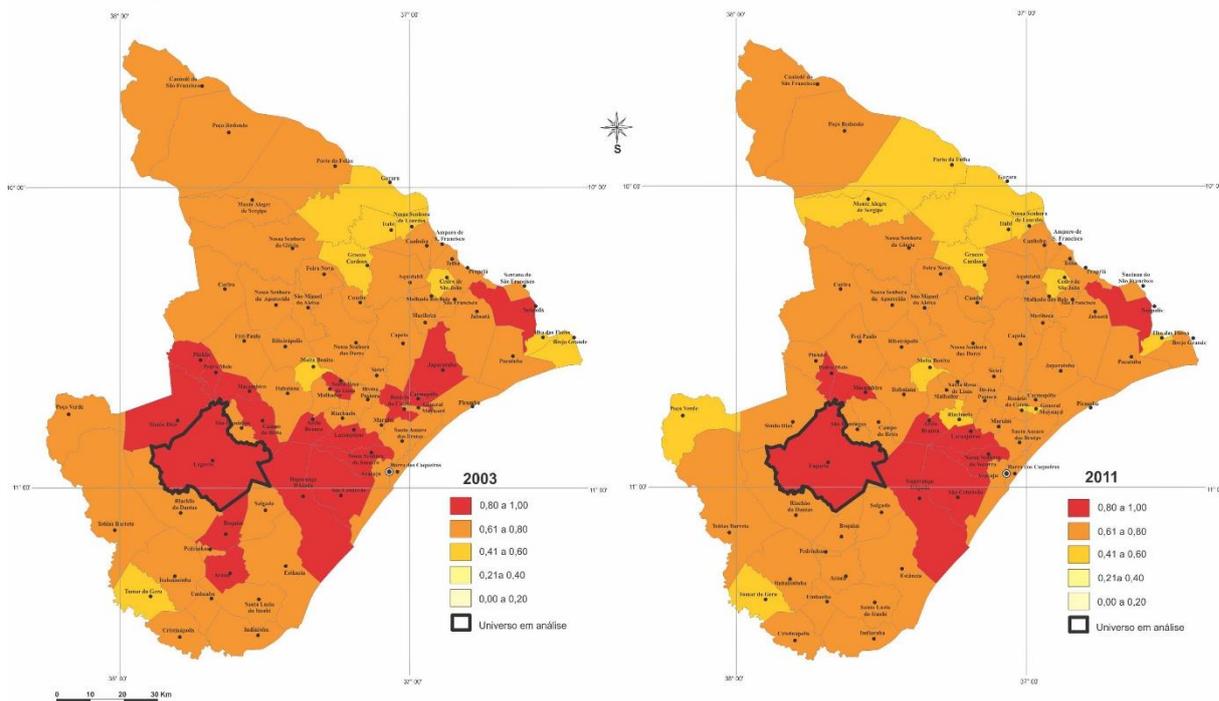
**Figura 03 - Índice de Gini do estado de Sergipe - 1992 e 1998.**



Software de cartografia: Philcartor.  
 Digitalização: Hinaldo Lima.  
 Fonte: Incra, 1992-1998

De acordo com a figura 03, a concentração fundiária aparece forte. Em Lagarto, nos anos 1992 e 1998 não houve alteração. O indicador encontra-se entre 0,80 a 1 ou seja, permaneceu com alta concentração da propriedade da terra.

**Figura 04 - Índice de Gini do estado de Sergipe - 2003 e 2011**



Software de cartografia: Philcartor  
 Digitalização: Hinaldo Lima  
 Fonte: Inkra 2003-2011

Nessa comparação, o município de Lagarto, entre 2003 e 2011 manteve seu alto grau de concentração fundiária. De acordo com os relatórios do mercado de terras em Sergipe, o Inkra (2012), enfatiza que Lagarto possui forte concentração fundiária, como também a marcante presença da pequena propriedade e por minifúndios.

De acordo com dados apresentados no Sidra, a segunda residência vem destacando-se em todo o Brasil, por isso apresentamos o quadro 02 a seguir, com os dados do Brasil, Sergipe e Lagarto, a partir de 2000 a 2010.

**Quadro 02 – número de residências secundárias 2000 a 2010**

Localização	2000	2010
Brasil	83.105	1.267.386
Sergipe	18138	25816
Lagarto	930	1231

Fonte: Dados do Sidra. Organização: SANTOS, Camila Silva.

Josefa de Lisboa Santos (2019), apresenta a partir dos dados do Censo Agropecuário DE 2017, que em Sergipe, são 29.294 unidades de estabelecimentos informadas na categoria de herança ou doação. Em 2017, dos 93.333 levantados, 31,38% são produto de herança, mostrando que há um contínuo processo de fragmentação em curso e que ele está assentado sobretudo, da unidade de produção familiar. Essa fragmentação ajuda a explicar o aumento do número de minifúndios, conforme destaca o Censo de 2017.

Minifúndio de acordo com Estatuto da Terra, Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, é o imóvel rural com dimensão inferior a 1 (um) módulo rural. Por definição, o módulo rural é a área máxima fixada para cada município, considerando suas condições de produtividade e tipo de exploração.

Apesar do processo de minifundização, o latifúndio mantém-se intacto, porque o parcelamento da terra acontece na pequena unidade de produção camponesa, provocando alteração e dificuldades na vida desses trabalhadores que dependem da produção agrícola, pois ao diminuir o tamanho das suas áreas, a produção também sofre alteração. Isso posto, percebe-se a necessidade de estudar o processo de minifundização dentro da questão agrária brasileira, que apresenta a permanência e até ampliação da concentração e seu inverso, a fragmentação da unidade de produção com tamanho inferior a um módulo fiscal, além de grande número de trabalhadores rurais sem-terra. Santos (IBID), chama atenção para que:

A minifundização ou fracionamento da terra em Sergipe torna-se tema essencial na leitura da questão agrária do estado, não menos importante do que a invariável expropriação produzida pelo privilegiamento ao modelo do agrohidronegócio e o reconhecimento da importância da reforma agrária na produção de territórios de vida e trabalho e busca de soberania alimentar para o estado. (IBID, p.221)

O tamanho médio dos estabelecimentos agropecuários no grupo de classe de área com menos 100 hectares é de 7,78 hectares. Comparando com o módulo fiscal do município de Lagarto, essa média é inferior às áreas mínimas necessárias para que as propriedades camponesas sejam consideradas economicamente viáveis. Isto retrata que a distribuição das terras sergipanas se apresenta no processo de minifundização com tamanho de até um módulo fiscal.

O módulo fiscal serve de parâmetro para a classificação fundiária dos imóveis rurais do município quanto ao seu tamanho. O município desta pesquisa, Lagarto, apresenta 35ha como medida de um módulo fiscal.

A média dos estabelecimentos agropecuários no grupo de classe de área acima de 100 hectares é de 289,46 hectares, o que se constituem, pelo parâmetro do município citado, considerado como grande propriedade por estar acima de 15 módulos fiscais.

Os dados estatísticos levantados pelo censo agropecuário do IBGE-SIDRA, tem importância fundamental para análise do campo brasileiro, pois define a evolução da estrutura fundiária, define posse e área ocupada pelos estabelecimentos, bem como define a expansão territorial, por isso vamos analisar na tabela 02 os dados do censo agropecuário de 1985 e 1995-96, afim de demonstrar a relação entre estabelecimentos e áreas em hectares no estado de Sergipe.

**Tabela 02 - Estrutura Fundiária de Sergipe**

Censo agropecuário de 1985			Censo agropecuário de 1995-96		Censo agropecuário de 2006	
Estratos de área (ha)	Nº de estabelecimentos	Área (ha)	Nº de estabelecimentos	Área (ha)	Nº de estabelecimentos	Área (ha)
0 < 1 (ha)	43.659	22.360	35.554	18.527	43.244	21.063
1 < 2 (ha)	17.136	24.765	15.102	21.901	17.684	25.490
2 < 5 (ha)	19.894	64.943	17.783	58.278	22.055	72.343
5 < 10 (ha)	11.570	83.553	10.853	78.079	14746	105.151
50 <100	3.332	235.91 1	3.068	217.804	3157	217.195

100 < 200 (ha)	1.819	255.81 3	1.664	234.636	1617	228.899
1000 e mais (ha)	136	244.81 2	106	187.845	89	65.324

Fonte: Censo agropecuário 1985, 1995-96. Organização: SANTOS, Camila Silva.

Como pode ser analisado na tabela acima, as pequenas propriedades compreendidas como estabelecimentos de área entre 1 e 4 módulos fiscais, entre os anos de 1985 e 1995-96, apresenta que os pequenos e médios estabelecimentos é maior em quantidade, mas quando analisamos a área por hectare, compreendemos que o campo brasileiro se mantém altamente concentrado, e que o processo de minifundização da propriedade acontece nas áreas de pequena propriedade, esse processo refleti inclusive devido a expansão do agronegócio em Sergipe.

Ao comparar os dados do censo agropecuário de 1985, 1995-96 com os dados de 2006, compreendemos que em 1985 tínhamos em Sergipe o total de 43.659 estabelecimentos com área de 22.360, enquanto em 1995-96 tínhamos 35.554 estabelecimentos que ocupavam uma área de 21.901, e ao comparar como censo anterior o número de propriedade teve um decréscimo de 31189 propriedades, influenciando diretamente na vida do campesinato que dependia dessa terra para sobreviver, quando analisamos os dados do censo de 2006 percebemos que na classe de área de 0 a menos 5 ha, houve um aumento do número de estabelecimentos marcado pelo fracionamento da pequena propriedade pois em quantidade de área não houve um aumento expressivo.

Ainda sobre a estrutura latifundiária versus o parcelamento da terra Stédile (2011), esclarece que para burlar as leis e garantir a concentração fundiária acontece a seguinte situação:

Na estrutura da propriedade da terra, a lógica contraditória se repetia. Por um lado, havia a multiplicação de pequenas propriedades, pela compra e venda e reprodução das unidades familiares. E, por outro lado, em vastas regiões, a grande propriedade capitalista avançava e concentrava mais terra, mais recursos. E, no geral, havia uma tendência histórica, natural da lógica de reprodução capitalista, de que a propriedade da terra,

que já nasceu em bases latifundiárias, continuava na média se concentrando ainda mais (IBID, p. 30).

Entretanto, na classe de área de 100ha a menos 1000ha, os proprietários parcelam o tamanho das propriedades como forma de burlar a concentração da terra e dificultar a desapropriação, impondo barreira a reforma agrária<sup>15</sup> (RAMOS FILHO, 2008).

É preciso considerar que o estrato dos imóveis médios tem sido o refúgio das famílias detentoras de terras, onde a identificação dos detentores legais dos imóveis pode revelar a existência de proprietários que possuem diferentes imóveis médios em um mesmo município ou em diferentes municípios sergipanos que, quando têm as áreas territoriais somadas, configuram na prática, grandes domínios. (p. 06 - 07).

A prática de dividir as grandes propriedades em médias parcelas de terras torna evidente a camuflagem do latifúndio e da concentração da terra no estado de Sergipe. Isto implica a ausência da distribuição de terra e acarreta sérios problemas para as famílias sobreviverem do trabalho assalariado em condições precárias e sem autonomia para produzir o próprio sustento.

De fato, a concentração da terra retrata o abandono do cumprimento da função social da terra, em que os camponeses pressionam o Estado para desapropriação de propriedades que não tem compromisso com a sociedade, por vezes mantendo relações de trabalho análogas à escravidão, prejudica a natureza e não possui plantações. A terra é disponibilizada para a especulação, sem nenhuma finalidade social. O descumprimento da função social da terra e a necessidade de buscar a reprodução socioeconômica fazem com que as famílias e a massa de trabalhadores despossuídos de terras se organizem e enfrentem os latifúndios e lutem pelo direito à terra e a vida.

---

<sup>15</sup> Para Fernandes [...] essas indefinições e incertezas possibilitam a maquiagem dos dados com mais facilidade; a confecção de vistorias com resultados ambíguos, criando enormes dificuldades para o desenvolvimento dos processos de desapropriação. Nesta questão é necessário abrir um parêntese para dar um exemplo das dificuldades que temos no tratamento dos dados da estrutura fundiária brasileira (IBID, 2008, p. 29 - 30).

Diante das reivindicações sociais, um dos objetivos formulados pelos movimentos de luta pela terra, a reforma agrária, se perpetua pelo não cumprimento no Estado, mas tem sido materializada nas ocupações e nos assentamentos ao longo das últimas décadas. Se nota também a diminuição do pessoal ocupado nas classes entre 100 a menos 1000 hectares, variando a redução de 28,38%. Em seguida, a classe de menos 100 hectares tiveram decréscimo de 14,60%. A classe acima de 1000 hectares foi a que menos apresentou redução, com 9,69%. Se compararmos a relação do tamanho (ha) do estabelecimento com pessoal ocupado, os latifúndios são os estabelecimentos que menos empregam. A análise da presente tabela visa identificar o quantitativo de pessoal que ocupa as atribuições nessas propriedades e demonstrar contraditoriamente que quanto menor a propriedade maior a quantidade de pessoas ocupando, enquanto nas grandes propriedades o pessoal é substituído por máquinas, por isso o pessoal que ocupa estas propriedades está em menor quantidade, sendo que a análise deve ser proporcional ao tamanho da propriedade, conforme tabela 03:

**Tabela 03: Sergipe, pessoal ocupado, 1995-2006**

Classes de área (ha)	Pessoal Ocupado – 1995	%	Pessoal Ocupado - 2006	%
Menos de 10	223.636	71,39	183.500	68,27
10 a menos 100	65.058	20,76	63.047	23,45
Menos de 100	288.694	92,15	246.547	91,72
100 a menos 1000	20.516	6,55	14.694	5,47
Acima de 1000	2.942	0,93	2.657	0,99
Produtor sem área	1.119	0,36	4.902	1,82
Total	313.271	100	268.800	100

Fonte: SIDRA-IBGE, censo agropecuário de 1995 e 2006  
Organização: Camila Silva Santos, 2018.

Analisando os dados do Censo Agropecuário de 2006, a classe de área de menos de 100 hectares tem registrado a soma 745.544 hectares (Tabela 03) citada anteriormente e o pessoal ocupado é de 246.547 pessoas (Tabela 03). Isto significa que a média é de 3,02 hectares para uma pessoa. O número de

pessoas ocupadas por hectare nos estabelecimentos agropecuários da classe de área de 100 a menos 1000 revela a redução do pessoal ocupado por hectares, ou seja, dos 584.256 hectares apenas 14.694 pessoas ocupam esta classe de área, média de 39.7 hectares. Já para os estabelecimentos acima de 1000 hectares que somou 152.637 hectares, apenas registrou 2.657 pessoas ocupadas. Vale dizer que é 57,4 hectares para uma pessoa.

De fato, os pequenos estabelecimentos rurais são ocupados com mais pessoas, enquanto a grande propriedade cada vez mais tem empregado menos pessoas no trabalho produtivo, e um dos fatores é o uso da mecanização, reflexo da modernização conservadora no campo. Entretanto, torna-se relevante analisar este processo de redução do pessoal ocupado nas pequenas propriedades, o que nos instiga a compreender como isso ocorre com o crescimento das unidades de chácaras, no estado de Sergipe.

Conforme analisa Rodrigues<sup>16</sup>:

O que se pode constatar é que a realidade do espaço agrário sergipano, sinaliza que as políticas públicas de financiamento bancário via crédito e investimentos, antes de significar a garantia da autonomia da unidade de produção camponesa, tem imposto aos camponeses à sua inserção ao mercado. A integração ao mercado tem direcionado a perda da terra afetando toda a base da reprodução da família, e como consequência a redução da unidade de produção familiar, e sua subsunção ao capital (2012, p.187)

Santos (2019), analisa que em Sergipe um fato pertinente tem acontecido com relação a minifundização, pois o aumento do número de estabelecimentos menores responde pelo movimento de compra, fragmentação por herança, posse, parceria e arrendamento entre aqueles sujeitos que detém somente a força de trabalho, e é recenseado pelo IBGE, como produtor sem área, mas que se constitui camponês.

A intensa criação de unidades de produção minifundistas, de tamanho inferior ao módulo fiscal do município analisado, nos faz questionar o aumento

---

<sup>16</sup> RODRIGUES, Vanessa Paloma Alves. Dissertação: capital, estado e a lógica dissimulativa das políticas de crédito no processo de expropriação e sujeição do trabalho no campo. São Cristovão. 2012.

do número de chácaras, as chamadas segundas residências, que desvinculam e mercantilizam o uso da terra e da água para finalidades não agrícolas. Uma vez que percebemos a inalteração no índice de Gini, ao mesmo tempo que o parcelamento da terra ocorre em estabelecimentos que mal garantem a reprodução das famílias do campo.

Como mostra a figura (05), de um terreno que possui 4 tarefas. Era um terreno de uso familiar, os camponeses que aqui moravam usavam a terra para reproduzir-se socialmente, mas quando os pais morreram a área foi dividida em lotes menores destinados as chácaras.

**Figura 05 - Sítio de 4 tarefas, vendido em lotes.**



Fonte: SANTOS, Camila Silva, 2021.

O representante da família, responsável pela venda desse sítio destacou que:

nós colocamos esse terreno para vender, passou mais de ano e ninguém se interessava, porque achava caro e só queria um

pedaço menor de terra, por isso a gente depois colocou uma placa dizendo que estava vendendo lotes para chácara, porque agrega valor a propriedade. Muita gente queria um pedaço de terra mas não podia comprar o sítio todo, nós já vendemos todos os lotes, e os compradores são todos da cidade, vão fazer chácara mesmo, alguns já até cavaram poços e começaram a construir. (S. R, A 45 ANOS, TRABALHO DE CAMPO, POV.COQUEIRO DE BAIXO, JAN/2021)

Outros exemplos de terrenos com áreas que variam de meia a 1 tarefa de terras (o equivalente a um terço de hectare), mostram que alguns chacareiros mais capitalizados compram os projetos de construção do imóvel. Alguns já os expõem nas placas dentro dos lotes. Outros estão em construção, como mostram as figuras 06 e 07:

**Figura 06 - Lote destinado a chácara, já com o projeto de um imóvel**



Fonte: SANTOS, Camila Silva, 2021.

**Figura 07 - Lote para chácara medindo 1 tarefa**



Fonte: SANTOS, Camila Silva, 2021.

As figuras acima apresentam uma realidade constante no município de Lagarto. A venda está cada vez mais frequente de sítios que são divididos em lotes, em grandes medidas estão associadas as dificuldades que o campesinato tem para trabalhar aquela parte da sua terra. A ausência de capital de investimento, a falta da política pública agrícola e em outros casos, são resultados da necessidade de divisão do valor da propriedade entre herdeiros, que não pretendem continuar no trabalho agrícola. Nesses casos, quando os pais viviam do sítio e falecem, alguns dos filhos ficam com uma parte e continuam na terra, outros que não trabalham na terra e nem tem interesse vendem a sua “parte” a algum morador da zona urbana, que tem o objetivo de desfrutar do campo, principalmente para o lazer e para garantir uma qualidade de vida melhor.

### **3.2 A expansão da segunda residência no espaço agrário**

Historicamente, as percepções entre campo e cidade se cristalizaram e generalizaram a favor das perspectivas de mercado, Williams (2011), nos mostra como são caracterizadas de forma positiva e negativa, e nos apresenta a realidade da sociedade na Inglaterra.

O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida — de paz, inocência e virtudes simples. À cidade associou-se à ideia de centro de realizações — de saber, comunicações, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação. O contraste entre campo e cidade, enquanto formas de vida fundamentais, remonta à Antiguidade clássica. (2011, p. 11)

No Brasil, o campo dificilmente foi visto como bucólico e romântico, a paisagem do espaço rural caracterizou-se como espaço do atraso e do retrocesso, por isso o país que era agroexportador passou a ter valorização quando se tornou urbano-industrial, mesmo com toda dependência da indústria em matérias-primas do campo. Mas o discurso que se pregava era de que o campo precisava de uma modernização técnica, por isso a zona rural foi “invadida” pelas estratégias que almejavam o desenvolvimento econômico e concentrador. Simultaneamente, os camponeses eram expropriados, sendo deixados sem casa, trabalho e alimento.

Mas o que houve para o espaço camponês ser valorizado pela sociedade urbano-industrial?

O campo passou a ser visto como espaço apropriado pelo mercado de terras, para além de funções agropecuárias, o discurso estava focado na prática do descanso e do ócio. A sociedade que despendia de tempo e dinheiro precisava criar necessidades que condicionassem o prazer emocional, o preenchimento de algum vazio, e ter uma casa no campo pareceu muito atrativo, já que as relações circunscritas não dizem respeito ao cumprimento de obrigações e nem de responsabilidades, mas ao lazer em um espaço aparentemente perfeito para tal fim. De acordo com Dantas (2017), o espaço destinado as segundas residências adquirem funcionalidades diversas.

A partir dos anos 2000, as áreas rurais adquiriram outra característica, uma vez que o rural era voltado apenas para agricultura e pecuária, pois era ali que a população rural produzia para se alimentar, bem como cultivava a criação de animais; e hoje, essas terras têm apresentado novas funções. Muitas dessas terras deixaram de exercer função apenas

agrícola e passaram a exercer função de mercadoria, em que empreendedores parcelam o solo de antigas fazendas e vendem para pessoas físicas usufruírem de pequenas áreas rurais. Pensando sob esta perspectiva, a cidade deixou de ser importante apenas para fins de moradia e trabalho, passando a ter importância também para fins de mercado, para compra e venda de terrenos. (DANTAS, 2017. p.25)

Estas transformações trouxeram o discurso das ressignificações defendido por estudiosos. Em grande medida esse debate esconde os sentidos da mercadologização da terra. Pouco abordam as motivações que levam proprietários de pouca terra venderem seu principal meio de produção. A ausência de política pública de apoio a produção é fator essencial que justifica a impossibilidade de trabalhar aquela parcela, escolhida para ser colocada no mercado imobiliário.

Entretanto, a ideia de ressignificar ganha o debate. Ressignificar é caracterizada por trazer novas formas e usos. O espaço foi apropriado pelo capital, destinado a ser valorizado no mercado imobiliário, para uma clientela urbana, que demanda uma segunda residência. Essa segunda residência está atrelada a um novo público que pratica mobilidades espaciais em fins de semana e veraneio, como afirma Dantas (2017).

Dessa forma, ao mesmo tempo em que os moradores do campo passaram a se deslocar com maior fluidez e facilidade para a cidade em busca de trabalho, educação, tratamento médico, lazer e outros serviços, no mesmo sentido, os moradores da cidade “retornam” ao campo em busca de soluções para amenizar o “estresse” provocado pelos centros urbanos, e por lá, muitas vezes, estabelecem sua residência principal ou secundária (finais de semana). (2017, p. 39)

De acordo com Arrais (2012, p. 6), “a segunda residência não é produto da contemporaneidade. Diferentes sociedades, ao longo da história, construíram empreendimento dessa natureza para fins de lazer, descanso ou mesmo para propósitos terapêuticos.”

As residências secundárias são caracterizadas pelo IBGE (2010), como residências de uso ocasional, ou seja, domicílios particulares que na data de

recenseamento servia ocasionalmente de moradia, usadas para descanso nos fins de semana, férias e temporadas. São contabilizados assim, porque seus ocupantes ocasionais tem um outro domicilio fixo, que está vinculado ao trabalho, família e escola, enquanto essas residências secundárias estão vinculadas ao lazer, turismo e temporadas, o que podem ser caracterizadas por serem chácaras.

Esse debate sobre as novas funções do campo é abordado por autores que defendem o “novo rural”, atrelado a multifuncionalidade e pluriatividade, que coloca o trabalho camponês como acessório, podendo ser complementado por outras formas de “profissões” não necessariamente vinculadas a agricultura e a terra. A presente dissertação considera a segunda residência como espaço usurpado do campesinato e apropriado pelo capital, à medida que são parcelas que entram no mercado imobiliário, ou seja, são tornadas mercadorias e desvinculadas das necessidades de sobrevivência, são colocadas no circuito da especulação turística e do lazer, trazendo conflitos para a reprodução social camponesa.

Os pesquisadores Wandscheer; Lindner; e Souza (2011, p. 36) caracterizam a segunda residência por causarem:

O deslocamento de pessoas, ocupação de domicílios de forma não permanente, geração de oportunidades e ampliação da infraestrutura, dentre outros, vindo a, inclusive, ocasionar mudanças substanciais quando de sua instalação.

Bernardes e Antonello (2009), ao abordarem sobre o “novo rural”, afirmam que a realidade do espaço rural nacional não pode ser considerada e trabalhada a partir das atividades agropecuárias e agroindustriais, mas pensadas no bojo das novas funções e novas ocupações que se fazem presentes nele, destacando atividades não-agrícolas, moradia, lazer, nichos de mercado e prestação de serviços, seja como pedreiro, pintor, mecânico, caseiro ou outras atividades que não tem relação direta com a terra. Essas diversas atividades acessórias sempre estiveram presentes no campo. Em grande medida, esses debates não incluem as implicações da difusão desses usos não agrícolas do espaço rural. A proliferação de novas atividades não agrícolas e de funções não produtivas muitas vezes aparece como política pública, como foi o caso do parâmetro do

“novo mundo rural”, que acabou por se constituir agenda política nos governos brasileiros nesse período de políticas neoliberais. Ele nega a necessidade de distribuição de terras para quem nela quer trabalhar e das atividades produtivas como necessárias tanto economicamente, como socialmente.

Quando consideramos expansão das chácaras referimo-nos a um movimento de repovoamento do espaço rural, que não se dá pela presença do camponês, mas com trabalhadores urbanos aposentados ou não, que buscam desfrutar de uma vida mais tranquila, com conforto e qualidade.

Farjado e Nichai (2013), apresentam como a sociedade imagina o campo, dentro de uma perspectiva de usá-lo como espaço destinado ao lazer, e ao consumo da natureza como raridade, quando relacionada àquela vista da/na cidade.

Os novos espaços que o homem moderno busca são, normalmente, encontrados nas paisagens com características e encantamento do universo rural, capaz de aguçar a imaginação de uma vivência melhor junto a essa paisagem, com a natureza em volta e com mais qualidade de vida, fora do modelo urbano. (IBID, p. 04)

Entretanto, o campo como espaço de reprodução social sofre os rebatimentos dessas mudanças relacionadas ao seu uso. O campesinato, que já enfrenta a fúria da expansão do agronegócio, enfrenta também a especulação imobiliária que destina lotes para a expansão das chácaras, trazendo usos da terra e da água diversos e conflituosos. Camponeses que vivem no campo, usam a terra para além do lazer, é uma terra destinada ao trabalho e sobrevivência familiar, que produz alimentos para o consumo e o excedente para ser comercializado, ou seja, a mesma terra destinada a especulação é a destinada a sobrevivência de milhares de famílias, que veem nela a condição e o sentido de continuar existindo.

Em contrapartida, a cidade sempre foi valorizada, desejada e representou o progresso, detém a maioria da prestação de serviços, promoveu concentração urbana desigual, no movimento de expropriação de sujeitos do campo, que passaram a morar em espaços íngremes e ainda não apropriados pelo capital. O crescimento exagerado acarretou em problemas, denominados “urbanos”,

como o aumento da violência, falta de saneamento básico, desigualdades extremas, que levaram parte da sociedade a passar fome, sede e a ficar sem teto.

A visão de valorizar sempre “o novo”, nos faz pensar se existe realmente novas formas de apropriação da natureza, ou se nós acreditamos que as velhas formas são novas e as valorizamos. Porque é sempre um discurso tão fantasioso e romântico que vincula a ideia de um “novo rural”, a novas formas de integrar o campo na contemporaneidade ao sistema econômico global. Desta forma, alguns teóricos se mostram iludidos com relação a perspectivas de progresso, vinculada a harmonia social, dentro de uma sociedade marcada pela extrema pobreza, gerada pela negação do acesso à terra, em um país que apresenta as maiores concentrações fundiárias no mundo. Até porque o espaço geográfico é um espaço de antagonismos e interesses divergentes, como informa Oliveira Júnior (2012)

O espaço geográfico do capitalismo, enquanto base material para o desenvolvimento da sociedade, é o espaço da conflituosidade dos interesses antagônicos de classes antagônicas. A burguesia querendo expropriar a classe trabalhadora do campo e da cidade, acumulando riqueza, extraindo mais-valia ou sujeitando a renda da terra; enquanto o proletariado e camponeses almejam satisfazer suas necessidades que não seja sob o jugo do capital. (OLIVEIRA JÚNIOR, 2012, p. 46)

Por isso, compreendemos que esse espaço que possui “vazios”, é o mesmo espaço que apresenta déficit habitacional e por isso é foco de disputas. Acompanhamos a partir dos dados do IBGE um aumento no índice de domicílios de uso ocasional em Sergipe, considerando dados do campo e da cidade, caracterizado por ser a segunda residência.

De acordo com leituras e trabalhos de campo, percebemos o aumento expressivo das segundas residências no campo, que seria contabilizada a partir do censo demográfico que era para ter sido realizado no ano de 2020, mas por conta de diversos fatores, entre eles a negligência a pesquisa científica, o IBGE teve um corte expressivo de sua verba que seria destinada ao censo, e até o

momento por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), ficou acordado que as pesquisas referente aos censos serão realizadas no ano de 2022.

Pretto (2018), mostra que a “fuga da cidade” é uma das principais motivações para a busca da segunda residência. Antes, a cidade era tida como espaço de privilégio, por concentrar serviços, mas com o seu crescimento e a intensificação da exploração e precarização do trabalho, viver na cidade passou a significar perda de qualidade de vida, desconforto, incômodo, insaciedade, como se sempre estivesse faltando algo. O estranhamento a cidade vem sendo criado nesse sentido de inconformidade, ao mesmo tempo que o espaço camponês vem sendo fetichizado, e passa a atrair a sociedade que busca consumi-lo de modo prazeroso, para gastar o tempo ócio, já que a cidade é destinada aos afazeres cotidianos, compromissos e inúmeras responsabilidades estressantes. Pretto observa que:

(...) O campo idealizado pelo morador urbano e procurado para ser sua segunda residência é aquele possível de ser vivido em um ritmo desacelerado. Esse campo idílico é um contraponto à cidade e reflete a temporalidade da memória. A representação social do campo, esse idealizado, é apropriada tanto pelo setor imobiliário quanto pelo turismo. É o patrimônio cultural rural vendido na forma de lazer e modo de vida. (PRETTO, 2018, p. 110)

Já Arrais (2012, p.28), considera que ter uma chácara vai além das motivações individuais, ela coloca que na contemporaneidade:

o circuito de produção da segunda residência não é circunstancial e nem mesmo dependente apenas da vontade individual. Além dos contextos culturais que influenciam a demanda por esse tipo de assentamento, os aspectos econômicos (disposição de capital individual) e imobiliários (disposição de edificações) aparecem como determinantes.

A expansão das segundas residências, faz pensar que vivemos em uma sociedade estática, igualitária, sem conflitos, sem levar em consideração as transformações que o uso ocasional e turístico vem causando naquela realidade da comunidade rural, para as famílias que ali moravam e aquelas que ainda moram e estão sofrendo algum tipo de restrição. Porque esse espaço

romantizado, que está servindo a sujeitos que querem se reconectar e terem a realização pessoal, é o mesmo espaço que tem uma população que não vive do turismo, mas do uso da terra e da água para agropecuária, que vive do trabalho que produz ali mesmo em sua propriedade, que alimenta sua família e produz alimentos da cesta básica que são destinados aos municípios e estados brasileiros e que movem a economia de base agrícola.

Na compreensão de Bernardes (2005), há também usos de chácaras para auferir lucro, através da construção de pesque-pagues ou com pequenas atividades como flores, hortas, criação de animais de pequeno porte, coelhos, para “nichos de mercado”, principalmente de produtos que não demandam grandes extensões de terra e ao mesmo tempo, são valorizados.

Apesar da presença de chácaras no entorno das cidades e da presença de atividades produtivas agrícolas, os seus proprietários são geralmente pessoas da zona urbana que buscam uma segunda residência para aproveitar o lazer e a tranquilidade da natureza. De acordo com Munhoz (2007, p. 37) “a condição essencial para definir o chacareiro é a posse da terra, o uso é um aspecto secundário no sistema de classificação, por isso, essas residências são apropriadas pelo turismo e lazer”.

Elesbão (2007), enfoca que o avanço industrial, a crescente urbanização e o desgaste cotidiano nas cidades, incentivou a população urbana a procurar espaços de realização, que possibilitasse calma e contato direto com a natureza, e esse espaço é justamente o campo.

O contato com a natureza, na sociedade capitalista é dada da forma como Smith (1988, p. 43), expressa:

É um lugar comum e anteriormente já se fez alusão a isso, que a natureza é muitas vezes concebida como feminina. Embora o conceito de natureza seja tão complexo e tão impregnado de metáforas, provavelmente nenhuma metáfora seja tão consagrada ou tão arraigada quanto a da feminilidade da natureza. É extraordinário que o tratamento das mulheres na sociedade capitalista iguale-se ao tratamento da natureza. Assim como a natureza exterior, as mulheres são objetos que a humanidade tenta dominar e oprimir, arruinar e tornar românticos; elas são objetos de conquista e penetração, da mesma forma como idolatria e culto. A linguagem é exata. As mulheres são postas em pedestais somente quando sua

dominação social está garantida; precisamente como se faz com relação à natureza, a romantização é aí uma forma de controle. (IBID).

Observa-se que o discurso de cuidado e preservação da natureza está atrelado a romanização forjada pelos usos e abusos, com finalidade de explorar todo o seu potencial. Dessa forma, autores como Bernardes e Antonello (2009), referem-se a uma natureza que é preservada quando apropriada por chácaras. As segundas residências se confundem com preservação.

Ressaltamos que essa mudança de uso do solo vem se processando com a implantação das chácaras e trouxe algumas vantagens para o meio ambiente, pois a necessidade de um lugar com ar puro e belezas naturais é o principal atrativo desses espaços. Nesse sentido, podemos dizer que as novas funções que se fazem presentes no espaço rural nacional proporcionam uma recuperação da flora e, dessa forma, contrapõe-se com a degradação ambiental colocada em marcha com o processo de modernização da agricultura brasileira, particularmente com a monocultura. (IBID, p. 125)

Mas nos perguntamos até que ponto a expansão das chácaras com os novos usos da terra e da água tem sido benéficas para a relação sociedade/natureza. A sua preservação está vinculada ao debate de sustentabilidade? Será que não há conflitos? Smith (1988), coloca que a preservação da natureza e seu conceito fazem parte de uma ideologia, que pode estar invertida, trancada e distorcida da realidade, porque podemos estar fazendo uma reflexão parcial e proposital sobre a realidade, uma vez que a classe burguesa tenta universalizar a sua própria percepção de mundo.

O município de Lagarto destaca-se por ser um município marcado pela concentração fundiária, como também por um campesinato forte, e pelas diversas estratégias usadas como forma de militância desse campesinato. Lagarto possui muitas cooperativas, associações e sindicatos de trabalhadores rurais pois é o campesinato lagartense que move a economia do município e ainda vende seus produtos para alguns municípios do estado de Sergipe. O entrevistado do perímetro irrigado do Rio Piauí, morador do Povoado Brejo, nos informou que:

*a gente planta hortaliças, laranja, uva, milho e feijão e tudo sem veneno, isso já tem mais de 20 anos, antes a gente plantava fumo, mandioca, tomate, mas depois não quis mais essa vida de usar veneno, estava fazendo mal para nossa saúde, aprendi a fazer os composto orgânico, e minha vida é plantar, colher e vender em feiras livres de Lagarto e Aracaju, com a água do perímetro a gente planta e colhe o ano todo, a propriedade é pequena, só tem 8 tarefas, mas dá pra sustentar a minha família e dos meus irmãos que trabalham aqui. (Camponês, P. J. F 55 anos. Povoado Brejo, jan/2021)*

Quando questionado sobre a presença das chácaras e como vinha ocorrendo no povoado, o camponês respondeu:

*Essa terra aqui dá de tudo, tudo o que você planta, você colhe, só não plantei dinheiro ainda (risos), aqui tem muita água o ano todo. Mas teve uns vizinho que vendeu o sitio, parece que foi problema com o banco, e outros venderam pra dividir herança, o povo faz os lotes e todo mundo da cidade quer comprar, porque além da terra ser boa, é um povoado todo calçado, perto da pista que vai pra Aracaju e pra Lagarto, e a gente gosta porque quando chega gente de fora pra morar, parece que valoriza mais o povoado, os políticos olha mais por nós, tem mais iluminação na estrada, a polícia vez ou outra fica passando, a gente sente até uma segurança, porque teve tempo que era tudo abandonado, e eu até hoje não tive o que reclamar de vizinho, é cada um no seu sitio trabalhando e vez ou outro chega um dono de chácara chamano nois pra limpar os mato e fazer uma horta. (Camponês, P. J. F 55 anos. Povoado Brejo, jan/2021)*

Reforçamos a partir da entrevista acima, que Lagarto apesar de ser marcado pela concentração fundiária, a expansão das chácaras e o processo de minifundização tem sido frequente em terras camponesas, sítios de pessoas que a vida toda viveram da terra, e que estão vendendo seus sítios para chacareiros construírem suas casas, muitas vezes por não conseguirem pagar dívidas com o banco ou por questões de herança. Sobre esses aspectos, um camponês nos informa:

*Eu e minha mulher sempre pegamos empréstimo no Banco do Nordeste, tava dando tudo certo, mas esse ano nas plantaçõ de pimenta eu perdi mais de 7 mil reais, nem tive lucro e ainda fiquei devendo, esse ano está difícil pra tudo, muita gente parou de trabalhar na pandemia, mas a gente que é lavrador trabalhou em dobro e ainda leva um prejuízo desse, fora que tá tudo caro,*

*eu já não sei mais o que fazer, por isso que quando chega alguém querendo comprar essa terra, a gente tem medo de vender, porque quando sai, nunca mais volta, quando a gente vende tem que procurar povoado que tem a terra mais barata, não tem jeito, minha vida é na terra, a gente não pode ir pra cidade, porque lá não tem nada pra nois. (Camponês A. A. S 58 anos e a Camponesa A. E. S 47 anos. Povoado Coqueiro de Baixo, fev/2021).*

Durante o desenvolver da pesquisa compreendemos que as residências secundárias, conhecidas popularmente por chácaras, possuem um grande quantitativo de pessoas que ocupam essas residências com a finalidade do lazer e do descanso, em povoados que tem intenso desempenho agrícola, com terras férteis e um forte potencial hídrico, com produção agrícola situada em perímetros irrigados do município e no entorno dos balneários e parques aquáticos, como observado nas entrevistas acima. A produção desses perímetros é destinada ao mercado local, feiras e distribuídos para indústrias do município e do estado.

A especulação imobiliária e a produção de espaços destinados ao lazer, como parques aquáticos, chácaras está também vinculado ao discurso do desenvolvimento econômico e a fetichização da terra camponesa como espaço bucólico, que traz paz e harmonia para a vida humana, o ar que se respira é saudável, e a paisagem vista é a que melhor agrada aos olhos, a natureza é usada para viver o ócio plenamente, como explica Santos e Martins (2017, p.144), “do ponto de vista terapêutico o ócio pode ser percebido como uma ação humana que propicia o descanso, a meditação, a reflexão, a contemplação, a criação, a diversão e a evasão”. A natureza é “vendida” para viver o ócio como terapia e assim a terra camponesa se torna cada vez mais almejada, como abordada no item a seguir.

### **3.3 A fetichização da terra camponesa e o desfrute do ócio, na contemporaneidade**

O ócio é tido como tempo do não trabalho fixo, escolhido para recarregar as energias, é uma reposição física e psicológica para voltar as obrigações diárias, com menos estresse, mais leveza e realização.

A expansão das chácaras como espaço do turismo e do lazer, dar-se em virtude das dificuldades de reprodução no campo pelos que detêm uma propriedade, associada uma necessidade “existencial” humana, criada pelo capitalismo. É um espaço do ter sonhado para se realizar enquanto ser. Aquino e Martins (2007, p.481), denotam que:

No caos entre necessidades econômicas e existenciais, o homem contemporâneo se vê dividido entre as obrigações impostas por suas atividades laborais e o desejo de libertar-se dessas tarefas e, assim, poder usufruir um tempo para si. (IBID)

O turismo traz propostas de encantamento dos espaços, que os sujeitos podem usufruir o seu tempo livre da melhor forma. Esses espaços ideais são os lotes ou sítios que se destinam a construção de chácaras. A imagem do campesinato nesse caso é um marketing, como se fosse uma obra de arte exposta em um museu, porque aquele espaço está sendo vendido para o mercado, destinado a pessoas de classe média como algo prazeroso, que seja atraente, então a figura do “Jeca tatu, tabaréu, lavrador” que antes era desmerecida, arcaica e atrasada, agora foi “ressignificada” para atender as demandas de mercado, logo se torna uma figura atraente e positiva, porque a sociedade procura o campo para desacelerar da vida cotidiana, para usar o ócio a seu favor, com tranquilidade, paz e relaxamento da vida urbana conturbada, como vem afirmando Santos e Martins:

Na pós-modernidade, a sociedade tecnológica e do consumo, apoiada nos excessos, nos instintos e no prazer, de uma forma diferenciada, fez do ócio um mecanismo gerador de ideias consumistas, associando-o a valores *hedonistas*, conferindo ao verbo “comprar” o significado de autorrealização e bem-estar pessoal. Consumir bens, produtos e serviços de lazer, tornou-se, então, o propósito mais significativa da vida, uma satisfação, um subterfúgio, onde o “ter” é supervalorizado em relação ao “ser”, ficando assim esquecidos ou deixados em segundo plano valores como a contemplação, a meditação, a reflexão e a criação, tendendo a não valorização dos aspectos abstratos e subjetivos da realidade, a não contemplação do ser/existir (IBID, 2017, p.138).

A partir da reflexão acima, compreendemos como a sociedade do consumo e do lazer tem se colocado para desfrutar o tempo livre, continuamente

consumindo espaços que são valorizados pelo capitalismo. A unidade tempo/espaço, quando nos referimos a expansão das chácaras é um tempo curto de desfrute (fins de semana, feriados, férias) de uma qualidade de vida que, concomitante ao prazer proporcionado pela natureza consumida, proporciona a liberdade de viver o ócio em um espaço produzido para tal fim.

O tempo no modo de produção capitalista tem importância fundamental para produção da riqueza capitalista. Com a Revolução Industrial e com algumas conquistas dos trabalhadores em relação às leis trabalhistas, a diminuição da carga horária de trabalho foi determinante para a sociedade usufruir de tempo livre para o consumo das mercadorias. Isso não significa que a industrialização e o avanço tecnológico diminuíram a intensidade do trabalho, já que o trabalhador segue o movimento e o ritmo da máquina. O tempo livre que o trabalhador tem é apropriado pelo capitalismo para criar determinadas faltas que induzem ao consumismo e a mercantilização. Como mencionadas na sequência por Santos e Martins (2017).

Com o advento da sociedade industrial o tempo livre tornou-se uma referência temporal que implica uma divisão da unidade de tempo regulada pelo tempo de trabalho. O tempo livre passa a ser percebido como tempo de folga, voltado para o descanso laboral e para a reposição física e mental, isto é, para a recuperação de energias para o retorno ao trabalho (IBID, p.140).

O termo ócio tem sido confundido com ociosidade, por abrigar a ideia de descanso, repouso, tem sido visto de forma depreciativa associado à preguiça, moleza, quando não, o ócio tem sido colocado como o oposto ao trabalho. Mas o que é o ócio? De acordo com Santos e Martins é uma atividade apreciada por aquele que a vivencia, já que o verdadeiro ócio é caracterizado pelo modo de ser, sentir e manifestar pessoal, tem a ver com os nossos instintos, com os nossos valores pessoais e sociais, com os nossos sentimentos em relação à vida, que foi escolhido livremente pelo sujeito que o vivencia.

Entretanto, neste modo de produção que vivemos, nossa liberdade e livre escolha é condicionada ao fator econômico. Por isso o escolher viver o ócio está além da vontade, viver o ócio em chácaras presentes no campo, é uma vontade

individual do chacareiro que tem renda suficiente para comprar a propriedade, que é a princípio natural e necessária para a melhoria da saúde física e mental.

O ócio vem sendo apontado como um dos principais contributos para o desenvolvimento humano, como fonte de saúde e prevenção de enfermidades físicas e psíquicas, capaz de possibilitar experiências verdadeiramente satisfatórias e prazerosas, além de ser considerado um dos principais dispositivos para se discutir qualidade de vida e bem-estar, enquanto experiência que ajuda o ser humano a “ser”, por meio da contemplação, criação e dignidade da vida como um bem inegociável (SANTOS; MARTINS, 2017, p.140).

Importante destacar que as chácaras têm servido para preenchimento e realização dos desejos presentes no ócio, que motiva os sujeitos que possuem o objetivo de lazer, veraneio, mas também para realização do trabalho sem “compromisso”, que usa a terra para plantar, colher, complementar renda, nesse caso é prazeroso porque essa terra não é única e exclusiva para sobrevivência desse trabalhador, é só um complemento que dar para viver sem, diferente do campesinato que precisa da terra para sobreviver.

A experiência de ócio deve possibilitar uma somatória de vivências dentro de um processo que faz parte da maturação humana, deve atuar como motivação. Aliada à vontade, a motivação é que impulsionará o sujeito para a ação, cujo resultado será a satisfação e o sentimento de bem-estar psicológico (IBID, p.143)

O ócio a partir dos autores supracitados, denotam que é motivado para satisfação, descanso, libertação dos problemas, fuga, diversão, contemplação, é uma renovação pessoal, uma carga positiva de energia.

Pode-se afirmar que, o ócio está associado à expansão das chácaras, como espaço idealizado e materializado, que proporciona o lazer, o descanso, a renovação e está vinculada ao discurso de prevenção e até superação de problemas psíquicos, relacionados ao trabalho, é como se fosse uma fuga para refletir sobre a própria vida e tudo o que a envolve. Dessa forma, a “fuga” é usada como motivação para explicar as segundas residências e o ócio, pois a fuga da cidade serve para recarregar as energias em chácaras idealizadas para o turismo e lazer, enquanto o ócio foi pensando para fugir do cotidiano. Trata-se de uma junção que justifica, do ponto de vista das condições materiais da

sociedade do trabalho, as novas funcionalidades e ressignificações para o tempo de vida e o espaço apropriado. Para a produção camponesa, por seu turno, as transformações devem ser analisadas. Em entrevista com o casal de chacareiros S. L. S 35 anos e S. M. S 33 anos, quando questionados o porquê ter uma chácara no povoado Santo Antônio, a resposta foi:

*A gente sempre quis comprar um pedaço de chão pra fazer uma casa de campo, uma chácara com uma casa 4 águas, onde a gente pode vim pra descansar, esquecer um pouco os problemas, sair desse mundo acelerado e com muita pressão, eu (S. M. S 33 anos) sou enfermeira e estou muito estressada com a rotina de trabalho, com medo de morrer e apreensiva com tantas mortes pela Covid-19, por isso, no ano passado eu e meu esposo decidimos comprar essa chácara, a gente trabalha demais e precisamos esquecer um pouco esse mundo paralelo e apressado, nossos filhos estavam ficando com crise de ansiedade de tanto ficar dentro de casa e sem poder sair e encontrar os amigos, mas aqui eles tem um espaço pra brincar, mexer em terra, a gente comprou uma piscina de plástico e eles se divertem do mesmo jeito, ainda não tem piscina de verdade, mas está no projeto, uma coisa de cada vez. (Chacareiro S. L. S 35 anos e Chacareira S. M. S 33 anos).*

O trabalho tem sentido ontológico por que é o que diferencia o homem do animal, é o que o faz humano por expressar a sua capacidade criativa. Essa natureza é valorizada no capitalismo quando é capturada por ele, à medida em que o trabalho passa a ser realizado para prover riqueza para os donos dos meios de produção, ou seja, quando se constitui mercadoria para realização do lucro. Enquanto o trabalhador vende sua força de trabalho para ter o salário que condiciona a sobrevivência. Na relação entre o trabalho no capitalismo e o ócio, o trabalho só se realiza na troca obrigatória de mercadorias, enquanto, para Silva e Martins (2007), o ócio é uma realização que não pretende ter algo em troca “no seu sentido mais puro, tem um fim em si mesmo, ou seja, busca a realização de uma ação sem pretender algo em troca”. (IBID, p. 146)

Por outro lado, Santos e Aquino (2017) chamam atenção para uma elaboração do tempo de ócio, que domina e aliena trabalhadores para uma ânsia em viver consumindo o tempo inteiro com finalidade de contemplação da felicidade. Ou seja:

a palavra ócio resguarda valores negativos apregoados pela influência religiosa puritana, pela própria história da industrialização e modernização brasileira, ao longo da qual se pode observar, claramente, o surgimento de uma nova ordem entre empresários e empregados, operários e patrões e a necessidade de controle social no tempo fora do trabalho, para garantir a ordem numa sociedade elitista, herdeira de valores colonialistas (IBID, p.484).

A questão do ócio, e do tempo do descanso ou do consumo se relaciona diretamente com a questão agrária, uma vez que o ócio e a segunda residência tem sido motivadores da venda da terra camponesa, pois a expansão das chácaras e sua espacialização tem se dado em estabelecimentos onde estes sujeitos residiam e produziam alimentos destinados a sobrevivência. A expansão das chácaras não diminuiu a concentração fundiária e não se vincula a grande propriedade, pois seu foco são as pequenas propriedades.

## CAPÍTULO IV

### 4. As chácaras e a fragmentação da unidade de produção camponesa em Lagarto/SE

Ao estudar o município de Lagarto, considerando a sua inserção regional, percebemos que o mesmo foi introduzido no movimento de expansão capitalista no campo com a entrada da agricultura de mercado, via citricultura. O município passou a se constituir território destinado a produção de *commodities*, no contexto do desenvolvimentismo brasileiro. Como aborda Galeano (2010, p. 6):

Terras que poderiam abastecer as necessidades essenciais do mercado interno, são destinadas a um só produto, a serviço da demanda estrangeira. Cresço para fora, para dentro me esqueço. Quando cai o preço internacional desse único produto, alimento ou matéria-prima, junto com o preço cai os países que de tal produto dependem. E quando a cotação subitamente vai as nuvens, no louco sobe e desce do mercado mundial, ocorre um trágico paradoxo: o aumento do preço dos alimentos, por exemplo, enche os bolsos dos gigantes do comércio agrícola e, ao mesmo tempo, multiplica a fome das multidões que não podem pagar seu encarecido pão de cada dia.

A citação acima evidencia a problemática que atinge todos os trabalhadores, e especialmente os camponeses que produzem os mais variados gêneros alimentícios e veem os preços dos seus produtos se desvalorizarem. Em contrapartida o preço dos produtos industrializados que consomem, cada vez mais aumenta de preço. Nesse fato reside a sujeição da renda camponesa ao Capital. Além disso, o papel dos grandes latifúndios, estes (quando produzem) produzem apenas um único produto que é destinado ao mercado internacional, enquanto o camponês com sua pequena propriedade produz alimentos para abastecer o mercado interno e para garantir sua sobrevivência, como mostra as imagens (8 e 9) as plantações variadas e destinadas ao consumo familiar e para ser vendida em feiras.

**Figura 08: Plantação de milho em propriedade camponesa no Pov. Coqueiro de Baixo em Lagarto-Se.**



Fonte: SANTOS, Camila Silva

**Figura 09: Plantação de manaiba no Pov. Coqueiro de Baixo em Lagarto-Se.**



Fonte: SANTOS, Camila Silva

As imagens acima, mostram as plantações variadas presente nos sítios dos camponeses Aristoteles e Maria (63 e 61 anos), moradores do povoado Coqueiro de Baixo em Lagarto, a propriedade possui 6 tarefas de terra, e as

plantações nesse sítio são: milho, mandioca, feijão, fava, além dos pés de coco, laranja, jaca, goiaba e caju. Essa é uma propriedade camponesa pequena, no entanto, é a fonte de renda dos 5 integrantes da família.

Para analisar os dados da estrutura fundiária de Sergipe e do município de Lagarto, nossa principal fonte elucidativa foram os dados do Censo Agropecuário dos anos 1995-96 e 2006.

Na estrutura fundiária de Lagarto (quadro 04), identificamos que para os camponeses, além da desvalorização dos seus produtos, a situação se complica ainda mais. Haja vista que tem ocorrido um fracionamento das unidades de produção camponesas, o que aumenta e mantém a concentração fundiária das grandes propriedades. Logo, ter uma terra que garanta a reprodução social e a sobrevivência, está cada dia mais difícil. Pois a desigualdade no acesso à terra altera diretamente a dinâmica socioespacial dos municípios brasileiros, entre eles, o de Lagarto.

**Tabela 04: Estrutura fundiária de Lagarto – SE, em 1995-96**

<b>Censo Agropecuário 1995/96</b>		
<b>Estratos de área (ha)</b>	<b>Número de Estabelecimentos</b>	<b>Área (ha)</b>
0 a menos 1 (ha)	2542	1343
1 a menos 2 (ha)	1500	2199
2 a menos 5 (ha)	1414	4411
5 a menos 10 (ha)	511	3657
10 a menos 20 (ha)	277	3990
20 a menos 50 (há)	240	7634
50 a menos 100 (ha)	100	7051
100 a menos 200 (ha)	53	7862
200 a menos 500 (ha)	53	16942
500 a menos 1000 (ha)	26	18009
1000 e mais (ha)	6	10937
<b>Total</b>	<b>6722</b>	<b>82692</b>

Fonte: Dados do SIDRA/IBGE – Censo Agropecuário de 1995/96.

Elaboração: SANTOS, Camila Silva.

**Tabela 05: Estrutura fundiária de Lagarto- Se, em 2006**

<b>Censo Agropecuário 2006</b>		
<b>Estratos de área (ha)</b>	<b>Número de Estabelecimentos</b>	<b>Área (ha)</b>
0 a menos 1 (ha)	5368	2730
1 a menos 2 (ha)	1695	2470
2 a menos 5 (ha)	1599	4891
5 a menos 10 (ha)	772	5552
10 a menos 20 (ha)	963	13656
20 a menos 50 (há)	267	8110
50 a menos 100 (ha)	97	6368
100 a menos 200 (ha)	70	9426
200 a menos 500 (ha)	39	11322
500 a menos 1000 (ha)	13	8722
1000 e mais (ha)	4	5550
<b>Total</b>	<b>10273</b>	<b>78797</b>

Fonte: Dados do SIDRA/IBGE – Censo Agropecuário de 2006  
 Elaboração: SANTOS, Camila Silva.

O município de Lagarto possui módulo fiscal<sup>17</sup> de 35 hectares. As propriedades destinadas ao campesinato são os minifúndios e pequenas propriedades. De acordo com o Incra, minifúndio é o imóvel rural com área inferior a 1 módulo fiscal, as pequenas propriedades são imóveis de área compreendidas entre 1 a 4 módulos

A elaboração de 2 tabelas (04 e 05) para análise da estrutura fundiária de Lagarto, se deu para facilitar a compreensão dos dados aqui abordados. A partir dos dados do censo de 1995-96 em comparação com o censo agropecuário de 2006, podemos analisar que o número de estabelecimentos do primeiro censo aqui apresentado, foi de: 2542 na classe de área de 0 a menos 1 ha, enquanto em 2006 esse número dobrou para 5368, e que essa classificação compreender os minifúndios, que são propriedade de até 1 modulo fiscal, compreendemos que a persistência do minifúndio, em Lagarto não atende o requisito mínimo, que é a garantia de pelo menos 1 módulo fiscal por família camponesa, e ainda é nesses minifúndios que a expansão das chácaras tem sido vislumbrada.

<sup>17</sup> Modulo fiscal definido para o município disponível no *site* da EMBRAPA. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>> Acesso em: jul, 2021.

Reforçamos o parcelamento da pequena propriedade e destacamos que a partir dos dados estatísticos identificamos que o aumento do número de estabelecimentos que possuem menos de 1 hectare sofreu um aumento percentual de 111% enquanto que o aumento da área desses estabelecimentos sofreu um aumento de 103%.

Outra mudança expressiva ocorre na classe de área entre 10 a menos 20 ha, pois o número de estabelecimentos era de 277 em 1995-96 e aumentou para um total de 963 estabelecimentos e conseqüentemente a área em ha mais do que triplicou em relação a 1995-96.

Para análise do total de minifúndios no município de Lagarto, que estão na classificação de 0 a menos 20 hectares, em 1995-96 tínhamos um total de 6.244 estabelecimentos, ocupando uma área total de 15.600, enquanto a no censo agropecuário de 2006 tínhamos na classificação de 0 a menos 20 hectares, um total de 10.397 estabelecimentos ocupando uma área total de 29.299 ha, considerando os dados apresentados, compreendemos que o tamanho da área foi proporcional ao número de estabelecimentos nos censos de 1995-96 e 2006, e que é justamente nessas propriedades que as chácaras se expandem, esse espaço não é apenas destinado ao campesinato e nem a sua reprodução social.

A perpetuação da concentrada fundiária é altamente visível, pois as propriedades 500 a menos 1000 (ha) em Lagarto, no censo agropecuário de de 1995-96 com apenas 26 estabelecimentos ocupou uma área de 18.009 ha, ou seja, a distribuição da propriedade é altamente desigual, pois os 6244 estabelecimentos agropecuários, ocupou uma área inferior a 26 estabelecimentos, nesse mesmo ano, e 1000 e mais ha, com apenas 6 estabelecimentos ocupa uma área de 10937 ha. Assim como aconteceu ocorreu no Censo de 2006, pois as propriedades 500 a menos 1000 (ha), com 13 estabelecimentos ocuparam uma área de 8722, que apesar de ter diminuído o número de estabelecimentos e a área ocupada, continua sendo altamente concentrada, o estrato de área de 1000 e mais ha, com apenas 4 estabelecimentos ocupa uma área de 5550 ha.

Como analisado anteriormente, apesar dos minifúndios e pequenas propriedades ocuparem territorialmente uma área em ha menor que as grandes propriedades, é no espaço do campesinato que a produção de alimentos da cesta básica ocorre, como mostra no quadro 06, os principais cultivos alimentares no recorte temporal de 2012 a 2016

**Quadro 03: Principais culturas exploradas no município de Lagarto**

Cultura	Indicador	Unidade	2012	2013	2014	2015	2016
Amendoim	Área colhida	ha	...	130	73	80	100
	Produção	t	...	156	86	96	120
Banana	Área colhida	ha	152	152	140	120	100
	Produção	t	1.824	1.824	1.675	1.370	1000
Coco-da baía	Área colhida	ha	295	295	295	290	255
	Produção	t	737	826	826	812	765
Feijão	Área colhida	ha	730	1050	1055	1160	50
	Produção	t	584	840	880	973	18
Fumo em folha seca	Área colhida	ha	300	200	191	184	150
	Produção	t	480	320	247	236	165
Laranja	Área colhida	ha	5.100	4.690	4.460	4.380	3.785
	Produção	t	77.130	60.970	54.058	53.030	41.635
Mamão	Área colhida	ha	180	180	180	182	22
	Produção	t	5.400	5.400	5.450	5540	660
Mandioca	Área colhida	ha	8.200	8.000	8.100	8305	7600
	Produção	t	155.800	152.000	153.900	155.560	122.000
Maracujá	Área colhida	ha	2.207	1.800	2.107	2.080	160

	Produção	t	20.966	18000	21.000	20.670	1.400
Milho (em grão)	Área colhida	ha	2.100	2.100	2.250	1.790	2.400
	Produção	t	6.800	7.350	8.215	6.450	2160

Fonte: IBGE/Produção Agrícola Municipal 2012 a 2016

Elaboração: SANTOS, Camila Silva.

As produções agrícolas responsáveis por atender ao mercado local e estadual são: amendoim em casca, banana, coco-da-baía, feijão e mamão ocupam uma área de 5940 ha, enquanto os produção destinadas à exportação ocupam uma área de 82.639 (ha), com as seguintes plantações: os citros laranja e maracujá, e o milho em grão, fumo em folha, mandioca, sendo que os camponeses também produzem maioria dessas produções e estão diretamente vinculados ao circuito de subordinação da renda da terra ao capital, pois vendem parte do que produzem a atravessadores<sup>18</sup> ou as indústrias Maratá, responsável pelo processo de exportação. Ressaltando que a maior plantação de mandioca se dá em propriedades camponesas

Um dos dados que mais chamou atenção na tabela de principais culturas exploradas em Lagarto, foi a diminuição drástica da produção de feijão no ano de 2016, pois no recorte temporal de 2012 a 2015 houve um crescimento tanto em produção (toneladas), quanto em área (hectare), em 2015 tínhamos 1160 (ha) de área colhida com produção 973 toneladas e em 2016 a área colhida foi de apenas 50 ha, com produção de 18 toneladas, de acordo com o secretário de Estado de Agricultura, Esmeraldo Leal, “em 2016, vivemos uma das maiores secas dos últimos dez anos. Todas as lavouras foram atingidas pela falta de chuvas, mas, graças a Deus, 2017 teve um bom inverno e já estamos vendo resultados crescentes em todos os cultivos do estado”<sup>19</sup>,

<sup>18</sup> São pessoas responsáveis por intermediar a venda entre agricultores e donos de indústria ou comércio, é conhecido também por como negociante, e como é um intermediário, parte do lucro que seria do camponês, fica retido nas mãos do atravessador.

<sup>19</sup> Reportagem que aborda a diminuição drástica da plantação de feijão em 2016: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/safra-do-feijao-cresce-251-em-sergipe-e-derruba-preco-do-produto.ghtml>

No município de Lagarto a citricultura ainda tem forte influência, mas seu auge se deu a partir de 1980 após a influência da Revolução Verde a partir de 1960 e do pacote tecnológico que acompanhou todo esse processo. Nesse cenário, as pequenas propriedades foram inseridas no circuito da mundialização das suas produções, como explica Oliveira (2012), através da monopolização da produção por empresas beneficiadoras de citros e pela territorialização do capital no campo com a entrada das sementes e implementos agrícolas, e conseqüentemente pela subordinação da renda da terra camponesa ao capital.

Harvey (2006), analisa que a cultura virou *commodities*, assim como a produção agrícola de citros (laranja, limão, tangerina e maracujá) foi destinada à exportação seja *in-natura* ou através da industrialização em sucos concentrados. Alterando os padrões de produção dos cultivos anteriores, introduzindo novas relações de trabalho, a partir da tecnificação, do uso de implementos agrícolas, como insumos e agrotóxicos. Tudo isso se deu com a entrada da indústria na agricultura, com o fomento do Estado e de órgãos de apoio financeiro. Como explica, Meneses (1996) ao referir-se à introdução do pacote de modernização em Sergipe no início dos anos 1960:

[...] o governo estadual tinha o interesse de implementar projetos de desenvolvimento integrado, especialmente na zona citricultora, observado o potencial na consolidação do cultivo baseado na pequena produção camponesa, subordinada a agroindústria implantada na região. (IBID, 1996, p.189)

Desta feita, a EMBRAPA traz em seus relatórios a importância da região Nordeste como a segunda maior região produtora de citros do país, com destaque para os estados da Bahia e de Sergipe. Sendo que a maior parte da produção ficou restrita a propriedades com até 10 hectares, ou seja, o pacote tecnológico foi disseminado em propriedades familiares, que tiveram que adotar o padrão de produção e tudo que ele agregava.

Com a consolidação da citricultura, várias indústrias foram instaladas com o fomento do discurso de desenvolvimento. Em Sergipe por exemplo, além das indústrias se instalarem, o campesinato foi motivado a produzir citros, porque

traria uma renda imediata e mercado certo. Vendendo o que interessava a indústria ou a atravessadores, as propriedades por menores que fossem, em alguma medida produziam laranja. Em sua maioria não abandonaram outros cultivos, como: fumo, mandioca, maracujá, além de feijão e milho para alimentação. Mesmo assim, a pauta comercial foi fomentada já que, como aponta Meneses (1996, p. 191):

Foram implantadas 3 agroindústrias e os incentivos a modernização da agricultura. A implantação da agroindústria se apoiou no discurso de desenvolvimento que trazia unidades industriais, contribuindo para o desenvolvimento da região, através da sua industrialização, dinamização e crescimento da sua economia aumento da oferta de emprego [...] contribui para implementação e consolidação dos cultivos de laranja e mandioca, e por fim, favorecendo a integração da economia local e nacional através da melhoria de intercâmbio comercial.

A região citricultora de Sergipe, com destaque para a área de estudo apresentou todo o seu processo de expansão. Desse modo foi inserida no mercado mundial, como exportadora de *commodities*. O município de Lagarto, destaca-se pela produção de citros e pela alta concentração fundiária, sobretudo na sua faixa oeste, onde dominam as pastagens. Por sua vez, em todo o município se espalha a produção de outros tipos de cultivos em terras camponesas. Como exemplo tem-se a pimenta que é vendida para o grupo Maratá e o milho transgênico fomentado desde 2006, associado a expansão comercial para ração animal.

As unidades de produção camponesas veem destinando áreas para esses cultivos não alimentícios, sujeitando sua renda ao vender a produção a preços baixos para essas empresas. Além de ter sua renda subordinada ao capital por meio da territorialização, o camponês também vem sofrendo com a fragmentação das terras causada pela expansão das chácaras.

Tal fato ocorre por que a terra, para muitos, não é vista como o espaço de materialização da vida, de onde se tira o sustento, e sim como uma mercadoria qualquer. Motivados pelo discurso que hoje se propaga, de que o campo é o lugar onde se tem “sossego”, estão vendendo “um campo” como um espaço

apenas para o lazer. Nisso o camponês é expropriado de sua terra de trabalho, e se dá lugar a uma terra improdutiva. Esse arranjo se espacializa nos povoados Brejo, Santo Antônio, Coqueiro de Baixo e de Cima, e estão identificados no mapa a seguir:



Nesse processo se vislumbra um campesinato prejudicado, porque o mercado dos citros sofre forte crise nos anos de 1980, quando a região inicia processos de mudanças nas exigências para a produção da laranja em tela. Oliveira (2005), apresenta que uma das exigências para os produtores era adotar mudanças técnicas, como por exemplo, a instalação de canteiros cobertos e com

telas, o que demandava capital de investimento. Um quadro que dificultou a continuidade da produção de laranja por muitos camponeses. O resultado, em certa medida corroborou para a prática da mercantilização de terras com destino às chácaras. Essa situação associada as próprias dificuldades de reprodução do campesinato, tendo em vista a política de privilegiamento da agricultura comercial em detrimento do familiar, agravam as condições de uso potencial das terras camponesas por seus donos. Como produto, a venda da terra se coloca na agenda. Uma parte desses camponeses acabam alugando ou vendendo sua terra e em meio a esse processo foi reduzindo o tamanho da sua unidade de produção e dependendo cada vez mais de outras atividades para complementar a renda.

As relações de produção na sociedade camponesa diferem das relações de outros grupos sociais que detêm a terra, tanto da agricultura capitalista, como da realidade dos chacareiros, uma vez que na sociedade camponesa o trabalho concreto existe para a satisfação das necessidades básicas da sociedade, produzindo valor de uso. Enquanto na sociedade capitalista o trabalho abstrato assume papel primordial. Ele é alienado do produtor direto e é tornado estranho à medida que o capital passa a controlá-lo (Marx, 1996).

No modo de produção capitalista, a riqueza se ergue em meio a produção da pobreza e intensifica as contradições. O desenvolvimento proposto pelo Estado e instituições financeiras vincula-se a uma estratégia que expulsa aqueles que possuem a terra como meio de produção da vida. Por isso, Meneses (1996), chama atenção para as mudanças que ocorreram na vida dos camponeses com os desdobramentos do desenvolvimento econômico que retirou a terra de muitos camponeses:

Os rebatimentos têm sido vários, entre os principais tem-se: superexploração do trabalho assalariado, desencadeamento do processo de migração, por vezes, sem alternativa, já que o autor aponta para modificação nos hábitos, valores, costumes (a terra perde sua centralidade na sociedade e monetização dos meios de vida no campo, já que nem todos os camponeses chegam ao ápice da modernização e já fazem parte dos chamados produtores excluídos, a chamada pobreza moderna) (IBID, p. 193).

Decorrente desse processo de modernização, muitos camponeses perderam suas terras e deram origem as chácaras, nessas propriedades a apropriação e o uso da terra e da água diferencia-se muito da lógica do uso da terra e da água para o campesinato. Nesse sentido, a nova configuração socioespacial presente na expansão das chácaras, demandou a elaboração de estudos que revelaram o que está por trás e implícito nessa realidade.

Surgiram questionamentos a respeito do interesse dos chacareiros por aquelas terras. Existe a água do Rio Piauí que está contida na bacia do Rio Piauí e aparece valorizando aquelas terras do recorte espacial estudado.

A Bacia do Rio Piauí abrange 15 municípios. A maior concentração populacional da Bacia está localizada na UP Piauí (134.861 hab), onde destacamos as cidades de Lagarto (63.884 hab), Estância (40.494 hab). O percentual da taxa de urbanização dos municípios localizados na Bacia do Rio Piauí é de 59%, o que indica um considerável índice de urbanização desses municípios. Apesar de grande parte dos municípios que compõem a Bacia ter sua economia voltada mais para a produção agrícola, encontramos um elevado índice de urbanização. Além da agricultura destacam-se também o comércio e as indústrias de alimentos, têxtil e embalagem. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos-SEMARH

Ainda de acordo com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos-SEMARH, a Bacia do Rio Piauí possui um grande potencial econômico por abranger municípios detentores de complexos minério-químicos, com parque industrial consolidado e grandes propriedades de produção agrícola, área de pastagem e desenvolvidas regiões comerciais. O setor industrial é de fundamental importância para a economia da região, destacando-se principalmente às indústrias: têxtil, de alimentos, metalúrgica, de papelão, cerâmica, gráficas, e de fumo (tabaco) no município de Lagarto, na qual a sua industrialização movimentava consideravelmente a economia local. Dentro do complexo minério-químico podemos destacar as atividades relacionadas a exploração de granito no município de Lagarto, calcário em Simão Dias, areia em Estância e argila nos municípios de Estância e Santa Luzia do Itanhy

Tal bacia tem grande importância para o estado de Sergipe, por contribuir para o desenvolvimento social e econômico. Para os camponeses, o uso da água se dá pela necessidade de continuar existindo e se reproduzindo socialmente. Através de entrevistas realizadas durante o mês de dezembro de 2020 a fevereiro de 2021, foi possível perceber que a água é utilizada para fins de consumo, seja humano, seja para atividades agrícolas e pecuárias.

No entanto, essa água tem sido apropriada pelos chacareiros com outras finalidades mercadológicas, a privação da água se dá para fins individuais e vem acarretando a limitação da mesma pelas populações que tinham acesso. A Superintendência de Recursos Hídricos de Sergipe destaca quais atividades de maior importância socioeconômica estão presentes na bacia do Rio Piauí.

agricultura, com a produção de laranja, limão, maracujá, mandioca, mamão, tangerina, milho, feijão e coco; pecuária, destacando-se as criações de bovinos, ovinos, suínos, equinos e galináceos; e mineração, com a exploração de argilas, areia, brita, cal, granito, águas minerais, turismo e lazer. (2004)

O turismo, tem ocasionado alguns conflitos para a sociedade, por interferir justamente no uso e apropriação da água. Salienta-se que o turismo tem se apropriado de espaços destinados ao uso social, com finalidade de privatizar e garantir a seleção de determinado público que paga pelo serviço e tem acesso. Esses bens da natureza que fazem parte do substrato material da vida, são apropriados de modo particular, o que vem interferindo diretamente na dinâmica social e de produção camponesa. A seguir, apresentamos dados dos povoados estudados, dinâmica de uso da terra e água, principalmente aqueles direcionados ao turismo, que tem atingido o campesinato e ocasionado limitações à sua reprodução.

O caso do povoado Brejo em Lagarto, no tocante ao estudo de seus minifúndios e pequenas propriedades, demonstra que este povoado está sendo “invadido” pela expansão das chácaras e pela apropriação da terra e água. O referido povoado está localizado a Sudeste da sede do município de Lagarto, é composto por uma população de 2.860 pessoas (EMDAGRO/ASPLAN/ Escritório Local de Lagarto), tem esse nome justamente por conta da alta vazão

do Rio Piauí e da capacidade dos lençóis freáticos, presente neste povoado. A sua marca é a forte presença do campesinato, que desfruta do Perímetro Irrigado do Rio Piauí, para plantações de produtos orgânicos destinados a feiras municipais e estaduais, e o processo de territorialização do capital que usa de modo corporativo o território camponês pelas principais empresas para os cultivar e controlar as seguintes plantações: laranja, limão, maracujá e pimenta para serem vendidos às indústrias do grupo Maratá.

No Povoado Brejo, localizado no Perímetro Irrigado do Rio Piauí, a expansão das chácaras de veraneio é *locus* de destino de chacareiros moradores de Aracaju e da cidade de Lagarto, alguns dos chacareiros entrevistados nesse povoado, são: bancários, comerciantes e professores que veem nesse povoado perspectivas de relaxar e ter uma propriedade extra que poderá ser vendida em caso de falta de dinheiro para as necessidades essenciais.

Esse é um povoado atrativo para expansão das chácaras e de espaços de lazer, possui balneário e parque de vaquejada. Se encontra bem localizado, e conseqüentemente o preço das terras é valorizado no mercado de terras. A entrada principal do povoado se dá pela Rodovia Antônio Martins de Menezes, 349, conhecida por ser a rodovia que liga Lagarto à BR 101.

O povoado Brejo também possui calçamento de paralelepípedo por ser considerado um espaço destinado a empreendimento valorizados pelo capital. Tais como as inúmeras chácaras destinadas ao lazer, ao ócio e a segunda residência, de chacareiros que não tem vínculo direto com a agropecuária. Um outro espaço de lazer que se destaca é o Parque das Palmeiras, esse é um amplo espaço destinado a festas de vaquejada, também podendo ter seu espaço alugado para festas particulares. Outro espaço de lazer é a Piscina do povoado Brejo que é considerada um espaço público, destinado aos moradores. Neste povoado identificamos como a expansão das chácaras tem modificado a realidade camponesa e como as relações socioespaciais tem se constituído.

Os povoados Coqueiro de Baixo e de Cima são povoados vizinhos da sede do município, marcados pelo predomínio das pequenas propriedades destinadas as atividades agropecuárias de base familiar, para plantações da policultura, e são também são povoados que tem despertado interesse de chacareiros. O número de lotes vendidos destinados a chácaras tem crescido

substancialmente. Desde a década de 1990 muitos camponeses se endividaram e tiveram que vender suas terras dando espaço ao mercado imobiliário, com especulação de pequenas e médias propriedades designados para ser espaços de lazer, como é o caso das chácaras, das segundas residências.

Alguns trabalhos de campo nos revelaram que esses são povoados considerado “desenvolvidos”, por apresentarem: calçamento, bares, escolas, associações de moradores, casas luxuosas e porque a maioria das propriedades tem poços de água privativos. Outra característica que tem influenciado no aumento do preço das terras é a proximidade desses povoados com a sede municipal. Esses povoados são considerados tranquilos para viver e para investir justamente pela valorização imobiliária e pelos fatores já supracitados.

Alguns chacareiros entrevistados afirmam que:” a *vizinhança é boa, quando nós precisamos de alguém para vigiar ou limpar a chácara, a gente fala com o vizinho e eles nos ajudam a contratar alguém conhecido ou até trabalham para nós, fazem serviço temporário*” (Sr. S. J. M. Trabalho de campo, povoado Coqueiro de Baixo, jan/2021).

O povoado Santo Antônio, é outro povoado caracterizado por espaços destinados ao lazer, muitos bares, parque aquático e chácaras são os principais empreendimentos. Em meio a imensa quantidade de minifúndios e pequenas propriedades que tem como base a agropecuária. De acordo com os trabalhos de campo, percebemos que os chacareiros não se limitam a Lagarto, pois existem também moradores de Aracaju e tem essas terras usadas para o lazer aos fins de semana, com o intuito de “desestressar da rotina, para desfrutar o período de férias e desacelerar dessa vida de cobranças e pressão laboral”.

Encontramos chacareiros que possuem mais de 1 tarefa de terra, e que cede um pedaço do terreno para um morador plantar alimentos, para na época de colheita fazer a divisão. O caseiro convidado pelo chacareiro pra cuidar da segurança da chácara e para realizar plantações são os próprios moradores do povoado que possuem terras pequenas ou não possuem nada, e como necessitam de uma moradia e de um trabalho para sobreviver que ainda possibilite produzir mesmo que seja na chácara de seu patrão, isso é indispensável para garantia de sua alimentação, pois sua vida depende do que ele planta e de quanto recebe pelo seu trabalho, diferente do chacareiro que não

tem importância se a terra tem plantações ou não, pois para eles a agropecuária está em segundo ou terceiro plano.

As terras escolhidas pelo mercado são as férteis, com recursos hídricos disponíveis. O mercado imobiliário tem transformado casas de camponeses em chácaras com água das nascentes, tanques e ainda perfuram poços para uso privativo destinado ao lazer. Em outros casos, piscinas, pesque pague, balneário e parque de vaquejada.

Observamos que a expansão das chácaras reforça a concentração fundiária, uma vez que a sua maior ocorrência é em terrenos considerados como minifúndios ou pequenas propriedades, esse terreno localizado no povoado Coqueiro de Baixo, há 1 ano estava com placa de “VENDE-SE PARA CHÁCARAS”, porque isso agregava valor a propriedade, e esse é um dos motivos o preço do terreno ficou cada vez mais alto. O terreno foi dividido em até vários pedaços de terra, porque ao realizar o loteamento mais pessoas têm como comprar e o valor final do terreno vai aumentar, conforme o entrevistado abaixo afirmou:

Essa terra já deu muito de comer pra minha família, agora que meus avós morreram, meus tios querem cada um a sua parte da herança, o sonho de minha mãe era nunca sair dessa terra, mas são muitos filhos e o pedaço de terra vai ser pequeno, e como a gente dividiu o sítio em lotes, vai ficar melhor de vender por um preço mais alto e a gente compra um pedaço de terra nos povoados que não são tão procurados. Aqui valorizou muito, um pedaço desse medindo 15 m de largura por 40 m de comprimento é de 50 mil a 70 mil. (Camponês R.L 40 anos. Coqueiro de Cima jan/2021)

Esse foi o relato de um camponês que estava à frente das negociações da venda do sítio da sua família. No decorrer da entrevista foi possível perceber que havia o desejo em permanecer no campo, e que por isso foi necessário vender um lote de terra pequeno, mas altamente valorizado por conta da fertilidade da terra, do acesso a água de forma prática e rápida, da localização e da quantidade de chácaras que estão sendo construídas. A venda do referido lote com seus atributos, permitirá a membros da família, comprarem outro

terreno maior, mas sem as mesmas características, pois os outros povoados têm uma infraestrutura mais simples e são mais distantes da sede do município.

Alguns fatores atrativos que influenciam a maior expansão das chácaras nos povoados Coqueiro de Baixo, Coqueiro de Cima, Brejo e Santo Antônio, são: fertilidade natural dos solos e localização das terras, pois favorece a mobilidade e as obras de infraestrutura que existem nos povoados estudados, como calçamento de paralelepípedo e a presença dos mananciais.

O aspecto da fertilidade natural dos solos se diferencia no resultado das plantações, esse fator interessa para aqueles chacareiros que pretendem ter plantações, nem todos escolhem o lote por causa disso, mas esse é um aspecto de valorização da propriedade, pois as chácaras não são uniformes, algumas tem plantações e já outras não, depende do tamanho da propriedade, mas por vezes a chacara fica como reserva de valor, um “desperdício” de terra.

No decorrer dos trabalhos de campo percebemos que não há um padrão na estrutura das chácaras, pois a figura 10 mostra um dos modelos encontrados, essa chacara foi comprada pelo chacareiro J. H. M, de 35 anos que tem a profissão de bancário, ele comprou a um camponês e como a casa tinha sido construída há pouco tempo, o chacareiro preferiu juntar dinheiro para realizar uma reforma no futuro e arquitetar uma chacara com um espaço para construção de piscinas e para construção de um parque de diversão para os filhos brincarem.

**Figura 10 - Vista frontal da Chácara, Pov. Coqueiro de Baixo, Lagarto-Se**



Fonte: SANTOS, Camila Silva. 2021

**Figura 11– Poço d'água cavado na Chácara, Pov. Coqueiro de Baixo**



Fonte: SANTOS, Camila Silva. 2021

A figura 11, mostra um Poço d'água cavado ainda quando o sítio era de camponeses, em entrevista com o camponês J, A, S 60 anos, relatou que cavou o poço para a finalidade abaixo:

“ a gente vivia da terra, tem que investir pra ver se ela vai produzir ainda mais, nós fizemos empréstimo pra cavar esse poço e irrigar as plantações o ano todo, perdemos mais de 6 mil, porque a gente vendeu a terra, antes de fazer a encanação, e a encanação era mais cara do que cavar o poço. O sonho da gente era além de ter as plantaçoão irrigada, ter água boa pra beber, porque a gente só bebia aquela água do Deso que só tem gosto de cloro.” (Camponês J, A, S 60 anos, Pov. Coqueiro de Baixo, jan 2021

Já o chacareiro J. H. M, de 35 anos quando questionado sobre a utilidade da água do poço, percebemos que os objetivos são díspares, pois o relato do chacareiro foi: “Ainda bem que esse terreno já tem o poço, se não tivesse eu ia ter que pagar pra cavar, porque eu quero fazer minha piscina e precisa de muita água, eu já ia mandar fazer a encanação, mas eu quero reformar essa casa primeiro e deixar tudo do meu jeito”.

Já a figura 12, apresenta outro padrão de chácara. O chacareiro (profissão policial) B. A.P, de 50 anos, informou que trabalhou muito para construir uma chácara do jeito que sonhou, uma chácara toda murada, com piscina e área de lazer (figura 13), também disponibiliza um espaço destinado a plantaçoão de frutas e hortas. Ele informou que em algumas épocas do ano, quando folga mais no trabalho, faz hortas sem uso de venenos, para a família ter a garantia de comer produtos saudáveis, mas é algo sem compromisso. (Entrevista realizada em novembro de 2020).

**Figura 12 – Entrada principal de Chácara, Pov. Brejo em Lagarto-Se**



Fonte: SANTOS, Camila Silva. 2020

**Figura 13 - Área de Lazer de Chácara**



Fonte: SANTOS, Camila, Silva. 2020

A partir das entrevistas percebemos que os chacareiros e chacareiras são trabalhadores que buscam complementar sua renda com trabalho informal. Uma chacareira informou ter 2 trabalhos de carteira assinada e um trabalho informal para conseguir juntar dinheiro durante muitos anos, dinheiro esse para comprar um pedaço de chão e construir sua chácara e ter um lugar para ir em feriados e convidar amigos para fazer festas. Para ela a chácara é uma forma de recompensa já que eles viviam para trabalhar e necessitavam de espaço para relaxar e aproveitar a vida, como mostra na fala da chacareira abaixo:

Ter essa chácara sempre foi um sonho de consumo, nós trabalhávamos e ainda trabalhamos muito, precisamos de uma qualidade de vida melhor, principalmente quando a velhice chegar, também de um espaço destinado ao lazer não só para mim, mas para os meus filhos também. (Chacareira (enfermeira), S. J. P.S 35 anos, Povoado Coqueiro de Baixo jan/2021)

Quando questionados sobre as motivações que levaram a comprar lotes em povoados, já que são moradores da cidade e não tem quase nenhum contato com atividades agrícolas, a resposta foi associada a vontade de ter no campo um espaço que pode trazer alguma renda no futuro:

Eu vejo esse povoado com um grande potencial, na verdade a zona rural tem grande potencial de crescimento e desenvolvimento, pois aqui nós garantimos um retorno financeiro certo, compramos esse lote com um preço até bom, quase 1 tarefa de terra por 70 mil foi um ótimo investimento, porque na cidade o povo compra um chão de casa medindo 5x20 no valor de mais de 100 mil reais, depende da localização, já aqui vai valorizar mais, daqui há algum tempo vai ser tudo calçado, assim como em outros povoados, a vizinhança é boa, aqui é bem tranquilo, fiquei satisfeita com minha compra. Já a zona urbana já está saturada, em termos de área, mas tem a facilidade no acesso à educação, saúde, e na prestação de serviços, morar na zona rural é um sonho por conta do lazer, da qualidade de vida, no entanto, ficamos muito preso a cidade por conta dos serviços e das obrigações com o trabalho. (Chacareira (enfermeira), S. J. P.S 35 anos, Povoado Coqueiro de Baixo, jan/2021).

Percebemos através da fala dos/as chacareiros/as, que a chácara está mais vinculada ao ócio, a terra como mercadoria e não como espaço de trabalho, a necessidade em desfrutar de um espaço tranquilo e que garanta uma qualidade de vida melhor no futuro, bem como a garantia de uma renda extra, quando as chácaras são alugadas para realização de eventos. É muito frequente nas falas dos entrevistados que o campo e essa terra não são a base de sustentação da família e que as atividades essenciais estão vinculadas a cidade.

Observamos um sítio que foi dividido em mais de 8 lotes e todos os chacareiros residem na cidade de Lagarto ou em outras cidades sergipanas. Em nenhum caso a base da economia familiar é retirada da chácara, e ainda, em todas as falas há a compreensão de que os filhos não podem estudar no campo porque ali eles não teriam a formação qualificada ideal. Sobre esse aspecto o avanço no número de chácaras colabora para o quadro de fechamento de escolas naqueles povoados.

Nos povoados Coqueiro de Baixo e Coqueiro de Cima 2 escolas municipais estavam fechadas e abandonadas. Mesmo existindo muitos filhos de camponeses que residem no local, e assim precisam se deslocar todos os dias para cidade.

Questionamos qual a renda usada na compra da chácara ou do terreno usado para tal finalidade, a resposta que obtivemos foi:

Durante muitos anos a gente vem juntando dinheiro e se privando de uma coisa ou outra, pois tem muitos anos que planejamos comprar um pedaço de chão para fazer uma chácara, esse dinheiro foi base de muito suor e trabalho pesado, como você pode ver, esse terreno eu comprei tem quase 2 anos, mas até hoje não consegui terminar a casa (figura 12), a gente que tem pouco dinheiro e muito trabalho tem que ter paciência e ir fazendo aos poucos, meu desejo era terminar essa chácara esse ano, mas parece que o povo se aproveita e aumenta os preços de tudo, material de construção mesmo dobrou o valor de tudo, eu nem sei quando vou terminar aqui, acho que vou ter que trabalhar mais 2 anos ou mais (risos). (Chacareiro (profissão professor), S. C. de J, 43 anos, entrevista concebida no Coqueiro de Cima, novembro 2020)

**Figura 14 : Chácara em construção no povoado Coqueiro de Cima, em Lagarto.**



Fonte: SANTOS, Camila Silva. Novembro 2020.

A partir das propostas elencadas na entrevista, constatamos que para alguns a terra é símbolo de vida e de realização enquanto sujeitos social, os camponeses lutam todos os dias para continuar vivendo na e da terra, mesmo que sua propriedade seja um minifúndio ou uma pequena propriedade, é dela que se retira o sustento da família. Enquanto para os grandes latifundiários e para o agronegócio, a terra é usada para exploração dos trabalhadores expropriados, onde os capitalistas e grandes proprietários de terra extrai a mais valia e os commodities, a terra para eles é como uma “mina de ouro”. Já para os chacareiros, a terra é um espaço destinado ao lazer e a uma residência extra, mas também uma reserva de valor, que garante dinheiro extra no futuro, quando os espaços se tornarem cada vez mais “escassos” e valorizarem.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A terra é o principal bem da humanidade, e em um sistema econômico capitalista de classes sociais antagônicas, tê-la como propriedade é um privilégio inexplicável, principalmente no Brasil que é um país marcado por profunda concentração de terra, renda e poder.

Em Sergipe, no menor estado brasileiro, essa realidade se repete, a questão agrária sergipana envolve: concentração fundiária, expropriação em massa de trabalhadores, proletarização do campesinato, intenso parcelamento dos minifúndios, e expansão do latifúndio vinculado ao agronegócio. Esses estigmas refletem a extrema desigualdade no campo e na cidade, pois a partir de 1960 esse estado foi “invadido” pelo discurso de desenvolvimento pautado na modernização do campo. A “necessidade” de modernizar veio acompanhada pelo interesse de subordinar o campesinato ao mercado nacional e internacional. Diante disso as terras se mantiveram concentradas, e o discurso de modernização foi como o “canto da sereia”, pois a princípio encantou os camponeses e estes foram inseridos no circuito da modernização do campo, mas como os objetivos do capitalismo era incluir para excluir, estes sujeitos não conseguiram acompanhar o ritmo das grandes propriedades que detinham/detém o controle das terras, do dinheiro e da tecnologia empregada nesse espaço agrário, o que acarretou e ainda acarreta na expropriação dos camponeses e nos altos índices de concentração fundiária.

Essa realidade se aplica à maioria dos municípios sergipanos, mas destacamos Lagarto, como um município que apresenta intensa concentração fundiária, bem como minifúndios e pequenas propriedades que produzem alimentos para o consumo municipal, estadual e internacional.

Lagarto é um município onde predomina o trabalho camponês, por isso a necessidade em garantir formas de sua subsunção ao capital, por meio da expansão do agronegócio, além da fragmentação da propriedade camponesa pela presença de chácaras. Os camponeses vitimados pelo desenvolvimento do capital no campo, têm convivido com a perda total ou parcial da sua unidade de produção, o que afeta diretamente a reprodução social de centenas de famílias.

Um módulo fiscal em Lagarto equivale a 35 (ha), mas a maioria das propriedades camponesas relacionadas a pesquisa não chegam nem a 1 módulo fiscal, pois a maioria das propriedades variam em média entre 2 a 15 tarefas<sup>20</sup> de terra. Embora sejam estabelecimentos considerado pequenos, é neles que a condição de vida dos sujeitos que vivem no campo se materializa. Com a expansão das chácaras nessas propriedades a terra mal consegue alimentar as famílias. Além da divisão por herança a divisão por causa das segundas residências, agrava a minifundização.

As segundas residências são moradias de menor necessidade, quando consideramos que vivemos em país de marcante desigualdade, em que uma parcela ínfima da população controla as riquezas. A medida em que o capitalismo cria formas de subordinação, simultaneamente causa aos trabalhadores a negação aos meios que condicionam a sobrevivência. De forma proposital garante a dependência de trabalhadores ao sistema de exploração do trabalho.

Por isso compreendemos que o desenvolvimento no campo brasileiro causou contraditoriamente danos destrutivos para os camponeses, que, ao perderem a terra de trabalho, perdem também a direção da vida, mas como estamos falando de uma classe consciente e resistente em sua trajetória, esse é um dos motivos que une e fortalece a luta pelo meio de produção, terra e outros meios de trabalho.

O problema da expansão das chácaras em povoados marcados pela forte presença camponesa, mesmo que a compra dos terrenos para chácaras esteja dentro da legalidade, atinge diretamente trabalhadores que da terra necessitam para viver, até porque a terra do campesinato já é dividida entre os membros da família, como fator necessário para sobrevivência destes, enquanto a grande propriedade mesmo que improdutiva, continua intacta ou usurpando ainda mais o espaço do campesinato. A terra destinada às chácaras é uma terra que foi do campesinato.

A contradição nesse processo de usurpação do território camponês, antes movido pelos discursos de desenvolvimento, de acordo com Lisboa (2007, p. 58), é “a maneira contraditória do desenvolvimento do/no capitalismo se

---

<sup>20</sup> Sendo que em Sergipe cada hectare de terra, equivale a 3,3 tarefas de terra.

expressa na exacerbação da interdependência das economias que apresentam forças produtivas em processos diferenciados de evolução”. Nós vivemos em um modo de produção capitalista, que especializa alguns sujeitos para perder e outros para ganhar. Nesse sistema não há meios de equalizar as condições de renda, e por isso a pobreza vai se firmar como expressão do dito desenvolvimento, pois enquanto os chacareiros compram suas segundas residências, os camponeses perdem a única parcela de terra que tinham.

Considerando a assertiva de Galeano (2010, p.396) “o sistema encontra seu paradigma na imutável sociedade das formigas. Por isso se dá mal com a história dos homens, pela frequência com que muda. E porque na história dos homens cada ato de destruição encontra sua resposta, cedo ou tarde, num ato de criação.” Em concordância com Galeano, que sejamos subversivos ao sistema econômico no qual estamos inseridos, que possamos pensar mais na coletividade e nas condições de vida que garantam a sobrevivência de toda a sociedade, pois desejar o fim das desigualdades é desejar o fim do capitalismo, e assim formar uma sociedade mais consciente que vincule a vida às necessidades de sobrevivência, que a alegria de alguns não seja a tristeza de vários.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida; PAULINO, Eliane Tomiasi. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. **Geografia**, Londrina, v, 9, n. 2, p. 113-127, jul. / dez. 2000 Disponível em: <[http://www.uel.br/laboratorios/latec/arquivos/artigos\\_eliane/27.%20fundamentos%20teoricos%20para%20o%20entendimento%20da%20questao%20agraria.pdf](http://www.uel.br/laboratorios/latec/arquivos/artigos_eliane/27.%20fundamentos%20teoricos%20para%20o%20entendimento%20da%20questao%20agraria.pdf)> Acesso em: 01 de Jun. 2021.

ARRAIS, Tadeu Alencar. **Morar na metrópole, viver na praia ou no campo: a segunda residência e o mercado imobiliário metropolitano**. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, 2013. Disponível em:<[Repositório da Universidade Federal de Goiás: Morar na metrópole, viver na praia ou no campo: a segunda residência e o mercado imobiliário metropolitano \(ufg.br\)](#)> Acesso em: 07 de mai. 2021.

ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

AQUINO, Cássio Adriano Braz; MARTINS, José Clerton de Oliveira. Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. **Revista Mal-estar e Subjetividade**. Fortaleza, Vol. VII, Nº 2, p. 479-500. 2007. Disponível em: <Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho (bvsalud.org)> Acesso em: 10 de jul. 2021.

BERNARDES, Jamile Ruthes. ANTONELLO, Ideni Terezinha. A interface entre a implantação de chácaras para lazer e a constituição do “novo rural brasileiro”. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v.4, n. 7, p. 112-139, fev. 2009. Disponível em:< a interface entre a implantação de chácaras para lazer e a constituição do “novo rural brasileiro” | sumários.org (sumarios.org)> Acesso em 10 de jun.2021.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH - USP, 2017. Disponível em: <05-larissa-bombardi-atlas-agrotoxico-2017.pdf — Conexao Agua (mpf.mp.br)> Acesso em: 13 de mai. 2021.

BULTO, Takele Soboka. Muito familiar para ignorar, muito novo para reconhecer:a situação do direito humano à água em nível global. 2015. In: CASTRO, José Esteban; HELLER, Léo; MORAIS Maria da Piedade. **O direito à água como política pública na América Latina: uma exploração teórica e empírica**. Brasília: Ipea, 2015. Disponível em: <O Direito à Água como Política Pública na América Latina: uma exploração teórica e empírica (ipea.gov.br)> Acesso em: 20 jun. 2021.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de cruz alta/RS**. 1 ed. Buenos Aires: Clacso, 2011. 208p.

CAMPOS, Christiane; CASTILHOS, Clarisse; CAMPOS, Rosana. Estado mínimo para que e para quem? In CONCEIÇÃO, Alexandrina e SANTOS, Fabrícia (org.). **A natureza imperialista do capital e a falácia do fim da crise**. São Cristóvão, UFS, 2015.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Estado, Capital, Trabalho e a farsa da expansão do agronegócio**. Geografia Meridiano, n. 2, 2013. Disponível em <<http://www.revistameridiano.org/n2/05>> Acesso em: 20 de dez. 2020.

DANTAS, Laís Diniz Martins. **CHACREAMENTOS RURAIS**: Contradições entre a legislação do parcelamento do solo rural e a propriedade. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, 2017. 94p. Disponível em:<CHACREAMENTOS RURAIS: Contradições entre a legislação do parcelamento do solo rural e a propriedade - PDF Download grátis (docplayer.com.br)> Acesso em: 10 de mai. 2021.

DELGADO, Guilherme, **O capital financeiro e agricultura no Brasil-1965-1985**. São Paulo: Ícone, Unicamp, 1985. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/6195>> acesso em 01 de jul. 21.

ELESBÃO, Ivo. **Transformações no espaço rural a partir do turismo**: um olhar sobre São Martinho (SC). 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro, 2017. 328f. Disponível em:<Portal eduCapes:Transformações no espaço rural a partir do turismo: um olhar sobre São Martinho (SC)> Acesso em: 12 jul. 2021.

FAJARDO, Sergio; NYCHAI, Roseli. Chácaras de lazer: um estudo sobre o espaço rural de Guarapuava. **Geo UERJ**. Ano 15, nº. 24, v. 2, 2013. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj>> Acesso em: 10 de abr. 2021.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Trad. Sérgio Faraco. Vol. 900. Porto Alegre: L&PM POCKET. 2017.

GOMÉZ, Jorge Ramon Montenegro. Crítica ao conceito de desenvolvimento. **Pegada – Revista de Geografia do Trabalho**, v. 3. n. 1, Presidente Prudente: Unesp, 2002. Disponível em:<<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/798>> Acesso em: 20 de dez. 20.

HOUTART, François. **El bien común de la humanidad**. 1ª ed. Quito: Editorial IAEN, 2013.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Tradução: Otto Erich Walter Maas. Nova Cultural. 1986.

MARX, Karl, **O capital**: crítica da economia política. 24 ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política. Livro III. Tradução Rubens Enderle. Edição de Friedrich Engels. São Paulo. Boitempo. 2017.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2002

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A mundialização da agricultura brasileira**. XII Colóquio Internacional de Geocrítica. Bogotá, 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>>. Acesso: 01 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p

OLIVEIRA JUNIOR, Manoel Pedro de. **A sujeição da renda da terra camponesa**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2012. 273p. Disponível em:< Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe - RI/UFS: A sujeição da renda da terra camponesa> Acesso em: 15 de jun. 2021.

OLIVEIRA, Vanessa Dias. **As tecnologias e suas interfaces no campo como estratégia de controle do Capital**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2007. 220f. Disponível em: <Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe - RI/UFS: As tecnologias e suas interfaces no campo como estratégia de controle do capital> Acesso em: 10 de jul. 2021.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006). 2008. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente. 2008. 428f. Disponível em: < <http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/eraldo.pdf> > acesso em 30 de jun. 2021.

RODRIGUES, Vanessa Paloma Alves. **Capital, Estado e a lógica dissimulativa das políticas de crédito no processo de expropriação e sujeição do trabalho no campo**. 2012. Dissertação. (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Sergipe. 2012. 250f. Disponível em:<[https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5590/1/VANESSA\\_PALOMA\\_ALVES\\_RODRIGUES.pdf](https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5590/1/VANESSA_PALOMA_ALVES_RODRIGUES.pdf)> Acesso em: 20 de jun. 2021.

SANTOS, Josefa de Lisboa; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Desenvolvimento local como simulacro do envolvimento: o novo-velho sentido do desenvolvimento e sua funcionalidade para o sistema do capital. **Terra Livre**. Presidente Prudente Ano 23, v. 2, n. 29 p. 115-132 Ago-Dez. 2007. Disponível em:<desenvolvimento local como simulacro do envolvimento: o novo-velho sentido do desenvolvimento e sua funcionalidade para o sistema do capital | terra livre (aqb.org.br)> Acesso em: 20 de Abr. 2021.

SANTOS, Josefa de Lisboa. Estrutura fundiária de Sergipe: o fracionamento da unidade de produção familiar camponesa. p. 218-250. In: SANTOS, Josefa de Lisboa; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; SANTOS, Laiany Rone Souza (org.). **Ajuste espacial do capital no campo**: questões conceituais e r-existências. Aracaju: ArtNer Comunicação, 2019. Coleção Universitária. 320 p.

SANTOS, Kleber José dos. MARTINS, José Clerton de Oliveira. **INCORPORANDO VALORES: O ÓCIO PARA ALÉM DO SENSO COMUM.** Revista Brasileira de Estudos do Lazer. Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 136-151, mai./ago. 2017. Disponível em: <INCORPORANDO VALORES: O ÓCIO PARA ALÉM DO SENSO COMUM (redib.org)> Acesso em: 20 de abr. 2021.

SILVA, José Graziano da. **Modernização Dolorosa** - Estrutura agrária fronteira agrícola e trabalhadores rurais do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

SMITH, Neil. Desenvolvimento Desigual. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 1988.

PRETTO, Fabelis Manfron. **ENTRE CIDADE E CAMPO: AS SEGUNDAS RESIDÊNCIAS NO ESPAÇO RURAL** 2018. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2018. 378f. Disponível em: <[https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/2711/1/Fabelis\\_Manfron.pdf](https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/2711/1/Fabelis_Manfron.pdf)> Acesso em: 15 de jun. 2021.

SOUZA, Suzane Tosta. CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Avanço do Capital e a barbárie societal no campo brasileiro. **Geopauta**. Volume 3, nº. 3, 2019. ISSN: 2594-5033. Disponível em < <http://periodicos2.uesb.br/index.php/geo>> Acesso em 01 de fev. 2020.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011

THOMAZ JUNIOR, Antônio. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no brasil do século XXI. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, Uberlândia, v.5, n.10, p. 92-122, ago. 2010. Disponível em:< o agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no brasil do século xxi | sumários.org (sumarios.org)> Acesso em: 20 de jun. 2021.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; LINDNER, Michele; SOUZA, Marcelino de. Residências secundárias e o espaço rural: manifestações e dinâmicas na sociedade contemporânea. Revista Espaço Geográfico em Análise, Curitiba, 23, p. 32-64, 2011. Disponível em <[http:// www.geografia.ufpr.br/raega](http://www.geografia.ufpr.br/raega)>. Acesso em: 16 jun. 2011.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. Tradução Paulo Henrique Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

**ANEXO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA- PPGeo

**QUESTIONÁRIO – Chacareiros**

Data de aplicação de questionário:

Nome:

Idade:

Localidade:

1. O senhor/senhora reside no campo ou na cidade? a quanto tempo? Há quanto tempo tem essa chácara?
2. O senhor/senhora possui propriedade da terra? Essa chácara possui quantas tarefas/hectares?
3. Vocês fazem plantações? Quais são?
4. Residência fixa, onde fica?
5. Trabalha de carteira assinada? Profissão? Possui vínculo com a terra?

6. Quais as motivações que levaram comprar essa chácara?
7. Por que comprou chácara nesse povoado? Existe um motivo específico?
8. Com qual frequência você vem a chácara? Pense em morar aqui algum dia? Por que?
9. Essa propriedade foi financiada? Qual foi a fonte de renda que garantiu a compra dessa chácara?